



INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
ESCOLA DE DIREITO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO

MARCELO IORIS KÖCHE JÚNIOR

**DEPENDÊNCIA ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO:
REFLEXÕES SOBRE O BRASIL E A CHINA**

Brasília

2022



MARCELO IORIS KÖCHE JÚNIOR

**DEPENDÊNCIA ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO:
REFLEXÕES SOBRE O BRASIL E A CHINA**

Dissertação de Mestrado desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Direito, sob a orientação do professor Leonardo Estrela Borges, apresentado para obtenção do Título de Mestre em Direito Econômico e Desenvolvimento.

**Brasília
2022**



MARCELO IORIS KÖCHE JÚNIOR

**DEPENDÊNCIA ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO:
REFLEXÕES SOBRE O BRASIL E A CHINA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito Econômico e Desenvolvimento do IDP, como requisito para obtenção do título de Mestre em Direito Econômico e Desenvolvimento.

Data da Defesa: 10/06/2022

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Orientador Leonardo Estrela Borges
IDP-DF**

**Profa. Avaliadora Mônica Sapucaia
IDP-DF**

**Prof. Avaliador Marcelo do Val
Università degli Studi di Roma**

“A explosão não vai acontecer hoje. Ainda é muito cedo... ou tarde demais.

Não venho armado de verdades decisivas.

Minha consciência não é dotada de fulgurâncias essenciais.

Entretanto, com toda a serenidade, penso que é bom que certas coisas sejam ditas.

Essas coisas, vou dizê-las, não gritá-las. Pois há muito tempo que o grito não faz mais parte de minha vida.

Faz tanto tempo...

Por que escrever esta obra? Ninguém a solicitou.

E muito menos aqueles a quem ela se destina.

E então? Então, calmamente, respondo que há imbecis demais neste mundo. E já que o digo, vou tentar prová-lo.

Em direção a um novo humanismo...

À compreensão dos homens...” – Frantz Fanon

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. Conceitos e Interpretações Iniciais.....	10
1.1 Desenvolvimento: conceitos e considerações.....	10
1.2 Subdesenvolvimento e Dependência Econômica: uma contextualização histórica e teórica.....	11
1.3 O Subdesenvolvimento Brasileiro: o caráter da dependência latino-americana.....	17
1.4 O caráter do (sub)desenvolvimento Chinês comparado ao brasileiro e a possibilidade de aplicação da TMD: sobre a necessidade de uma abordagem eclética.....	20
1.5 Dependência Econômica e Desenvolvimento Sustentável.....	23
2. Parte I: Brasil e o Desenvolvimento do Subdesenvolvimento.....	27
2.1 A República Populista e suas origens.....	27
2.2 Anos de Chumbo e de aprofundamento da dependência.....	36
2.3 A Nova República e o Aluno mais Dedicado do Consenso de Washington.....	41
2.4 Considerações Finais sobre a Parte I.....	50
3. Parte II: Subdesenvolvimento Chinês e Três Ideias para o Desenvolvimento de uma nação (Mao, Deng e Xi).....	53
3.1 A Era Mao e a Busca pelo Desenvolvimento.....	56
3.2 A Era Deng e as Quatro Modernizações.....	65
3.3 A Era Xi e o futuro da China.....	73
3.4 Considerações Finais sobre a Parte II.....	84
CONCLUSÃO	87
REFERÊNCIAS	90



RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo analisar como países subdesenvolvidos/dependentes têm se relacionado com a questão do desenvolvimento. Para isso, analisamos as relações de dependência econômica originadas no período colonial e como elas afetaram (e em alguns casos ainda afetam) a realidade do Brasil e da China. Devido à posição de destaque que a China possui atualmente, analisaremos as fases de seu desenvolvimento e como as lições aprendidas pela referida podem ser úteis para buscar o desenvolvimento sustentável no Brasil. Buscaremos utilizar a abordagem comparativista cultural para compreender as diferenças entre ambos os países, assim como a Teoria Marxista da Dependência para entender suas semelhanças econômicas, políticas e históricas. Espera-se que esse trabalho possa ser uma introdução ao tema do estudo comparado sino-brasileiro, além de um incentivo para maiores estudos na área do desenvolvimento em perspectiva.

Palavras-chave: Dependência Econômica; Desenvolvimento; Brasil; China.



ABSTRACT:

This research aims to analyze how underdeveloped/dependent countries have related to the issue of development. For this, we analyze the relations of economic dependence that originated in the colonial period and how they affected (and in some cases still affect) the reality of Brazil and China. Due to the prominent position that China currently has, we will analyze the phases of its development and how the lessons learned by China can be useful to seek sustainable development in Brazil. We will seek to use the cultural comparatist approach to understand the differences between both countries, as well as the Marxist Theory of Dependency to understand their economic, political and historical similarities. It is hoped that this work can be an introduction to the themes of Sino-Brazilian comparative study and an incentive for further studies in the area of development.

Keywords: Economic Dependence; Development; Brazil; China.

INTRODUÇÃO

“Poucos de nós temos consciência do caráter profundamente anti-humano do subdesenvolvimento. Quando compreendemos isto, facilmente explicamos porque as massas estão dispostas a tudo fazer para superá-lo”- Celso Furtado¹

Com o fim da segunda guerra mundial, o capitalismo americano estabeleceu sua hegemonia como nunca antes visto na história. As possibilidades de financeirização do capital em conjunto com a grande influência política dos Estados Unidos da América (EUA), dava luz a uma nova era do capitalismo mundial que geraria um contexto geopolítico que permanece, em sua grande parte, vivo até hoje. A era da colonização com base na força militar europeia seria substituída por uma colonização indireta realizada principalmente por meio das forças econômicas e políticas, partindo o mundo não mais em países colonizadores e colonizados mas sim em países centrais e dependentes².

Os primeiros, enquanto países que já se desenvolveram, têm sua economia baseada, principalmente, em produtos de complexidade tecnológica e industrial alta e, dessa forma, uma alta demanda por *commodities*. Os segundos, enquanto países subdesenvolvidos (a sua maioria formada de antigas colônias), acabam tendo toda a sua economia voltada para suprir a referida demanda. Esses países chamados dependentes, acabam por ter uma soberania econômica formal mas não uma material, pois não lhes é possível, enquanto inseridos nessa lógica político-econômica, definir os rumos de seu desenvolvimento e, dessa forma, de seu presente.

Com a chegada do novo milênio, o debate do desenvolvimento sustentável se expande e começa a se discutir não apenas o desenvolvimento como um crescimento desenfreado, mas um desenvolvimento que pode deixar um mundo mais próspero para as futuras gerações. Contudo, um país que não consegue ditar a política econômica do seu desenvolvimento presente jamais será capaz de realizar um desenvolvimento para o seu futuro.

A problematização central buscada por essa pesquisa é dar as bases teóricas para compreender se um país originalmente dependente pode realizar efetivamente os primeiros passos para uma política de desenvolvimento sustentável. Para isso iremos colocar como objetos de pesquisa dois países em posição econômica de destaque em suas respectivas regiões, o Brasil, na América Latina, e a China, na Ásia. Essa escolha foi feita não apenas por essa

¹ FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962

² BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2019, p. 34.

posição geopolítica mas, também, em razão de uma origem colonial (e posteriormente dependente) comum de ambas.

Colocando em perspectiva a história do desenvolvimento de cada um desses países (inclusive, em períodos similares) nos propomos a analisar a viabilidade da hipótese inicial de que sem um projeto de superação da dependência econômica não será possível que um país busque um desenvolvimento sustentável pleno. Tal suposição se funda na análise das várias tentativas de desenvolvimento buscadas em ambos os países, assim como em suas vitórias e fracassos. Ótimo

É necessário questionar por que o Brasil, com todas as grandes iniciativas de desenvolvimento durante o período da República Populista não conseguiu quebrar as amarras da dependência e ainda acabou subjugado por um golpe militar apoiado pelos EUA. Além disso, questionamos por que o chamado “Milagre Econômico”, que colocou o Brasil entre as maiores taxas de crescimento, não evoluiu em nada a situação de dependência, enquanto a Abertura Econômica chinesa, além de também colocar a China entre as maiores taxas de crescimento do mundo, tornou possível para que o país obtivesse a tecnologia e o investimento necessário para se tornar independente economicamente.

Com essa superação da dependência foi possível que a China desse os primeiros passos para um projeto de desenvolvimento sustentável que se adequasse à realidade de um país ainda em desenvolvimento. É aparente que a China teve um *catching up* industrial gigantesco para fazer e isso obviamente causou uma devastação ambiental, porém isso só ocorreu em razão de sua posição de dependência anterior. Não podemos pegar um modelo de desenvolvimento sustentável usado em um país europeu e esperar que ele se encaixe em um país subdesenvolvido. Inclusive, defenderemos a ideia de que não existem modelos prontos a serem aplicados no desenvolvimento sustentável, cada abordagem deve ser específica para cada país/região.

O marco teórico principal consistirá nos fundadores da Teoria Marxista da Dependência, assim como demais autores que abordam o tema tanto do desenvolvimento brasileiro quanto do chinês.

Para realizar a pesquisa proposta, foi feito um estudo de como as leis foram utilizadas para tentar abordar a questão do desenvolvimento e do desenvolvimento sustentável. Para o Brasil, abordamos diversos autores que contribuíram para a ideia do desenvolvimento nacional e colocamos suas ideias em perspectiva uma com a outra, ligando o aspecto histórico que o país estava em conjunto com o movimento de tratamento jurídico da questão econômica e ambiental.

Para a China, buscamos trazer autores, dados e citações que não são de fácil acesso ao público brasileiro, traduzindo parte dessas pesquisas para o português de forma a facilitar a leitura do trabalho assim como incentivar novas pesquisas sobre o direito chinês e sua relação com os diversos ramos do desenvolvimento. Não se tratando de uma abordagem comparativa mas sim reflexiva sobre os caminhos tomados por ambos os países.

Além disso, cabe ressaltar que o foco principal deste trabalho não é o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade, agindo esses temas como linha guia para compreendermos as especificidades do desenvolvimento econômico na sociedade contemporânea.

Por fim, indicamos que essa não se trata de uma pesquisa que busca a encerrar a discussão sobre o desenvolvimento e a dependência econômica, mas sim incentivar o debate sobre o tema e dar ferramentas para futuras pesquisas que pretendam abordar o desenvolvimento dependente em perspectiva tanto sobre o Brasil e a China quanto sobre outros países.

1. Conceitos e Interpretações Iniciais

Neste primeiro momento, abordaremos temas que serão importantes para o aprofundamento de nossa discussão e do estudo comparado dos dois países. Através dessas considerações, esperamos demonstrar a abordagem metodológica utilizada e os motivos de tal escolha, assim como facilitar a compreensão do tema para leitores que não sejam familiares com a área em questão.

1.1 Desenvolvimento: conceitos e considerações

Quando nosso olhar se volta para a história do pensamento econômico, somos confrontados com um desafio que persegue os economistas desde os tempos de Adam Smith: trata-se da questão de saber como seria possível gerir uma sociedade com cada vez mais pessoas em um planeta de recursos naturais cada vez mais escassos. O ser humano, através de sua capacidade de transformar recursos naturais em mercadorias, fez com que, ao longo da história, a riqueza proveniente das referidas se tornassem o centro da discussão econômica. Sobre isso:

Smith classificou sua obra *A Riqueza das Nações* como “uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das Nações”. J.S. Mill considerava a Economia como “a ciência prática da produção e distribuição da riqueza”. Mais modernamente, a ênfase tem passado do conceito de riqueza como ponto focal do estudo da Economia para o conceito de bem-estar material, ou seja, vem-se dando mais importância ao aspecto humano e seu relacionamento com bens materiais.³

³ DE ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti. **Introdução à Teoria Econômica**. São Paulo: Editora McGraw Hill do Brasil, 1973, p. 1.

A riqueza não mais poderia ser analisada em separado das condições sociais que ela cria, ou seja, sem a busca sobre uma função social da produção de riqueza e, dessa forma, sobre o que viria a ser conceituado como desenvolvimento econômico.

Define-se desenvolvimento, costumeiramente, como um ato de crescimento ou evolução de um estágio para o outro, contudo, o desenvolvimento econômico não é sinônimo de crescimento econômico. O desenvolvimento de um país, pela sua própria essência, é inconstante, passando por momentos de progressão e regressão das forças produtivas, assim como envolvendo outras questões da realidade social. Por exemplo, cabe analisar se podemos chamar um país extremamente rico, porém, com extrema desigualdade social e classificações preocupantes no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de desenvolvido⁴.

Nesse sentido, Furtado:

O ponto de partida do estudo do desenvolvimento, deveria ser, não a taxa de investimento, ou a relação produto-capital, ou a dimensão do mercado, mas sim o horizonte de aspirações da coletividade em questão, considerada esta não abstratamente mas como um conjunto de grupos ou estratos com perfil definido, assim como o sistema de decisões que prevalece nessa sociedade e os fatores limitantes que escapam ao poder interno de decisão. O desenvolvimento é a transformação do conjunto das estruturas de uma sociedade em função dos objetivos que se propõe alcançar nessa sociedade.⁵

Com essa visão em mente, todo país que tenha o desenvolvimento econômico como horizonte deve focar seu olhar não só para o crescimento econômico, mas, também, em como ele afeta as relações sociais e ambientais em um país. Uma expansão desenfreada da exploração dos recursos naturais de um país pode acabar trazendo prosperidade no curto prazo enquanto condena as gerações futuras a lidar com os efeitos colaterais dessa etapa anterior. Assim, o desenvolvimento não se resume ao progresso comercial/econômico, mas engloba toda uma situação social da relação do país com a sua natureza e com a sua população.

1.2 Subdesenvolvimento e Dependência Econômica: uma contextualização histórica e teórica

Com o início da década de 50, uma nova curiosidade aguça os sentidos dos intelectuais brasileiros. O debate econômico se tornava cada vez mais presente no cenário acadêmico, principalmente com a guerra fria colocando em conflito direto duas modalidades de desenvolvimento econômico, o liberal encabeçado pelos Estados Unidos e o socialista de

⁴ Essa questão será aprofundada ao longo do trabalho, principalmente devido ao fato de que Brasil e China são potências mundiais que sofrem de diversas mazelas sociais que fazem com que ainda sejam qualificados como países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

⁵ FURTADO, Celso. **Um Projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1968, p. 19.

planejamento centralizado da União Soviética. Os povos do chamado sul global (América Latina, África e Ásia), se viram questionando qual modelo seria o mais adequado (e se haveria algum adequado) para a sua realidade material.

É nesse contexto que um dos primeiros autores vitais para o nosso estudo se encontrou. O economista André Gunder Frank, de origem alemã, se via instigado pela realidade latino-americana, o que fez com que ele viesse ao Brasil em busca de aprofundar seus estudos. Conforme nos ensina Wasserman:

Desde 1960 começou a viajar pela América Latina. Chegou ao Brasil em uma época em que o “país estava irreconhecivelmente inteligente”. Conectadas com o desenvolvimento econômico brasileiro, as atividades culturais e intelectuais tiveram grande estímulo a partir dos anos 1950. O processo de industrialização ganhou um impulso, concorrendo para uma urbanização acelerada, o aumento do êxodo rural, acompanhado do crescimento do proletariado e da necessidade de explicar essas transformações. O alvo econômico do governo Vargas (1951-1954) era a remoção dos obstáculos ao crescimento. Almejava investir em energia elétrica, transportes, comunicações e petróleo. O início da produção de aço pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) abriu perspectivas para o desenvolvimento industrial do país, já que o aço constitui a matriz para vários ramos ou tipos de indústria. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criado em 1952, impulsionou grandes empreendimentos industriais e obras de infraestrutura. A suposição de que o país poderia superar a condição de periferia foi acompanhada de perspectivas intelectuais otimistas. Essas previsões de progresso eram comuns em vários países latino-americanos, entre os quais Brasil, Chile, Argentina e México.⁶

Além disso, esse período foi marcado pelo nascimento de diversas instituições focadas no desenvolvimento econômico:

A Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) havia sido constituída em 1948 a partir dessas expectativas. No Brasil foram criados, em 1952, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp) e, mais tarde, em 1955, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), ambos com o objetivo de discutir e projetar os rumos do desenvolvimento nacional. [...] O debate [...] e a prédica nacionalista formavam o contexto intelectual que André Gunder Frank testemunhou ao chegar ao país. Essas polêmicas tinham raízes no contexto de definição de rumos do desenvolvimento econômico brasileiro.⁷

Quando o referido autor chega ao Brasil, em 1962, ele vem a convite de Darcy Ribeiro para ser professor de Antropologia na recém-fundada Universidade de Brasília (UnB). É nesse ambiente que ele tem contato com as ideias da Cepal e de seu principal intelectual, Celso Furtado. Para este, “a economia mundial estava organizada como centro-periferia, arranjo que impedia o desenvolvimento da periferia”⁸, sendo necessário um controle estatal maior para redirecionar o excedente econômico do consumo para a produção.

⁶ WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, p. 30-31.

⁷ Idem, p. 31.

⁸ Idem, p. 49.

Contudo, no período em questão, as ideias cepalinas estavam perdendo tração na América Latina:

Nos anos 1960, o prestígio das teorias do desenvolvimento foi abalado pela conjuntura financeira internacional e, mais particularmente, pelo fracasso da economia latino-americana, cujos países mais ricos e desenvolvidos não conseguiam transpor as barreiras determinadas pela condição periférica. Do ponto de vista econômico, os países latino-americanos sofreram, simultaneamente, um esgotamento da capacidade de acumular e de realização da produção industrial. Houve um estrangulamento da capacidade de importação dos insumos necessários à ampliação do processo produtivo e, ao mesmo tempo, uma restrição na atividade industrial, que dependia principalmente do consumo interno. O consumo, por sua vez, era limitado pelas condições sociais dos países da América Latina: a maioria da população era muito pobre para consumir os produtos industrializados. A economia latino-americana e seu crescimento continuavam dependentes dos recursos gerados no setor primário-exportador ou do capital internacional.⁹

Foi essa situação concreta que enfraqueceu os argumentos utilizados pelos seus pensadores:

A fórmula cepalina sobre a qual a constituição de um projeto de desenvolvimento autônomo seria a solução para a dependência externa provocada pela deterioração dos termos de intercâmbio começou a ser questionada e substituída pela noção de que o sistema era interdependente, não admitindo a sonhada autonomia. Para melhor aclarar: o projeto de desenvolvimento autônomo, baseado na industrialização e que apostava nos estímulos advindos de um estado organizado para defender as atividades produtivas nacionais, investir em setores estratégicos e minimizar o problema de deterioração dos termos de intercâmbio apresentava sinais de esgotamento e fracasso.¹⁰

Com isso, buscaram-se novas teorias que poderiam analisar e dar respostas para a questão não só do subdesenvolvimento, mas, também, da dependência econômica. Neste momento, os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, provenientes de um órgão subsidiário da Cepal, o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES) trazem uma concepção inovadora para analisar a América Latina através de uma nova contextualização histórica das formações econômicas. Para os autores:

Deve ter-se em conta que, ao romper o “pacto colonial”, a vinculação entre as economias periféricas e o mercado internacional assume um caráter distinto, já que nessa relação a condição de “economia periférica” deve agregar-se a nova condição de “nação independente”. A ruptura do que os historiadores chamam de “pacto colonial” e a primeira expansão do capitalismo industrial europeu são, pois, as características históricas dominantes no período de formação das “nações novas” no século XIX. A expansão das economias centrais industrializadas — primeiro a da Inglaterra, e mais tarde a dos Estados Unidos — não se realizou no vazio, posto que se encontrou com sistemas econômicos e sociais já constituídos pelo efeito da expansão colonial anterior. A partir do período da independência, do ponto de vista sociológico, a dinâmica das economias e das sociedades recém-formadas apresenta-se simultaneamente como reflexa e autóctone, na medida em que a expansão do centro

⁹ Idem, p. 71.

¹⁰ Idem, p. 72.

encontra situações nacionais que tornam possíveis diferentes tipos de aliança, de resistência e de tensão.¹¹

E complementam:

O tipo de vinculação das economias nacionais periféricas às distintas fases do processo capitalista, com os diversos modos de dominação que este supõe, implica que a integração à nova fase realiza-se através de uma estrutura social e econômica que, apesar de modificada, procede da situação anterior. Serão distintos o modo e as possibilidades de desenvolvimento de uma nação que se vincula ao setor exportador internacional com um produto de alto consumo, segundo se verifique no período do capitalismo predominantemente competitivo ou no período predominantemente monopolista. Da mesma forma serão distintas, comparadas com as “colônias de exploração”, as possibilidades de integração nacional e de formação de um mercado interno naqueles países cuja economia nacional organizou-se mais como “colônias de população”, isto é, formadas sobre a exploração (controlada por produtores ali radicados) de produtos que requerem mão-de-obra abundante. Nesses casos, e no período posterior à independência, foi mais fácil a organização de um aparato político-administrativo interno para promover e executar uma “política nacional”.¹²

A obra citada em questão, “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”, se tornou paradigmática para as discussões sobre o tema, inaugurando o que seria conhecido como Teoria da Dependência (TD)¹³. Sua principal contribuição foi uma mudança no objeto central da interpretação realizada:

De fato, o mérito da análise de Cardoso e Faletto – e talvez a causa de terem sido considerados os fundadores da teoria da dependência – era suplantando a tendência de colocar o “desenvolvimento” no centro da interpretação da realidade latino-americana e substituir pela “dependência” como foco privilegiado do diagnóstico das sociedades periféricas. No entanto, a meta, ou finalidade da análise, permanecia inalterada: o desenvolvimento e a possibilidade de atingir patamar semelhante aos países centrais do capitalismo.¹⁴

Apesar dos avanços realizados no aspecto metodológico, Cardoso e Faletto chegavam à mesma conclusão de Furtado, consistente na ideia de que a dependência econômica poderia ser superada através de um chamado “capitalismo nacional”, onde, dentro da própria estrutura dependente, seria possível reverter a lógica do subdesenvolvimento, por meio do controle nacional do sistema de exportação e investimentos, além de uma aliança de classes capaz de criar um mercado interno para um processo de industrialização. É em resposta a essa ideia, que André Gunder Frank escreve sua obra “*Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina*”, que, juntos com as demais contribuições de outros intelectuais da UnB, dariam forma a chamada Teoria Marxista da Dependência (TMD).

¹¹ CARDOSO, Fernando Henrique & FALLETO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 48.

¹² Idem, p. 48-49.

¹³ Nos referimos a essa teoria com a sigla TD para diferenciá-la da Teoria Marxista da Dependência (TMD) oriunda dos avanços do grupo de Brasília que será abordado a seguir.

¹⁴ WASSERMAN, Claudia. Op. Cit. p. 77.

Os intelectuais em questão são Vania Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, que viria a ser o maior nome da TMD por realizar diversos dos maiores desenvolvimentos da teoria. Esses autores, em conjunto com Gunder Frank, formariam o chamado Grupo de Brasília, que representava uma nova intelectualidade que surgia na UnB que unia a atividade intelectual com a prática política e isso seria reflexo de suas obras. Inclusive, esse foi o grande motivo que fez com que seu pensamento acabasse sendo alvo da ditadura militar instaurada em 1964.

A maior diferença entre a TD e a TMD consiste no fato de que para a primeira seria possível um processo de amenização dos efeitos da dependência por meio de um acordo/aliança entre as classes subalternas e a burguesia que tornaria possível um processo de industrialização financiado pelo setor privado e pelos investimentos externos. A TMD, por outro, entende que esse financiamento da industrialização por meio do capital estrangeiro é prejudicial para a economia nacional pois, como explicaremos mais adiante, as empresas multinacionais são um dos principais agentes de manutenção dos interesses dos países centrais na periferia.

Por muitos anos a TMD não foi estudada no Brasil. Isso ocorre pois, assim como aconteceu com diversos intelectuais cujos pensamentos eram divergentes aos interesses do regime militar, os criadores dessa teoria foram removidos de seus cargos nas universidades públicas, exilados¹⁵ e esquecidos no mundo acadêmico¹⁶. Após essa rápida contextualização passaremos a definir os conceitos que serão fundamentais para nosso estudo.

O conceito de dependência da TMD deve estar muito claro para seguirmos adiante, essa condição se trata não apenas de uma posição periférica no contexto geopolítico, mas também de uma classificação da economia de um país, sobre isso:

a) Em primeiro lugar, devemos caracterizar a dependência como uma situação condicionante. A dependência é uma situação na qual certos grupos de países têm sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual se encontra submetida. [...] Uma situação condicionante determina os limites e possibilidades de ação e comportamento dos homens. [...] b) Deste ponto podemos chegar a nossa segunda conclusão geral introdutória: a dependência condiciona uma

¹⁵ NAPOLITANO, Marcos. **No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970**. Estud. av., São Paulo, v. 28, n. 80, p. 41-58, Apr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25/10/2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-4014201400010000>

¹⁶ Apenas recentemente, através principalmente da atuação do grupo IELA (Instituto de Estudos Latino Americanos) da Universidade Federal de Santa Catarina, esses livros vieram à tona para a comunidade acadêmica brasileira. Para citar um pequeno exemplo, o livro do principal nome da TMD, Ruy Mauro Marini, “Subdesenvolvimento e Revolução” foi lançado originalmente em 1969 no México e apenas em 2012 no Brasil

certa estrutura interna que a redefine em função das possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais.¹⁷

Assim, pode-se afirmar que o fato de um país se encontrar em situação de dependência afeta drasticamente suas possibilidades estruturais. Em outras palavras, essa situação condicionante definirá se um país terá condições tanto de concretizar seus objetivos políticos na esfera nacional e internacional, assim como seus objetivos políticos, em outras palavras estabelecer plenamente sua soberania¹⁸. Pode-se falar que a dependência econômica está diretamente interligada com o meio com o qual um país vai abordar o seu desenvolvimento.

Um país central terá uma grande liberdade para definir os rumos que a sua política econômica tomará, ou seja, ele é livre para decidir, por exemplo, por uma política de industrialização de base ou de foco em tecnologia de ponta. Um país dependente, necessariamente, devido a sua defasagem tecnológica que será abordada ao longo desse trabalho, acaba por adotar uma economia de exportação de commodities pois sua política econômica é vinculada aos interesses dos países centrais que se beneficiam de uma política baseada em compra de produtos de baixa complexidade dos países dependentes para depois vender produtos de alta complexidade industrial. Relação que acaba por sempre beneficiar os países centrais em razão do valor agregado que seus produtos industrializados possuem.

Fatos estes, que tem total conexão com o próximo conceito a ser abordado, o subdesenvolvimento que pode ser definido como um conjunto de características econômicas e sociais, ou seja, é a:

Condição de um país, de uma região ou de uma economia, cujas principais características são: baixo padrão de vida, baixa renda *per capita*, pouco ou nenhum desenvolvimento tecnológico, deficiente exploração dos recursos naturais, insuficiente desenvolvimento das indústrias e dos transportes, mercado interno reduzido, agricultura atrasada, escolarização insuficiente ou de baixa qualidade, ausência de quadros técnicos e científicos, insuficiência ou má qualidade dos serviços de assistência e saúde, falta de incrementos para a pesquisa científica e tecnológica, dependência externa quanto a produtos industrializados.¹⁹

A definição do caráter econômico de um país norteia a nossa compreensão de como se dão as suas relações estruturais e sociais. Nesse sentido, o subdesenvolvimento tem total relação com a posição geopolítica de um país, existe uma formação de uma relação Centro-Periferia,

¹⁷ BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. Florianópolis: Insular, 2019, p. 38, apud SANTOS, Theotonio dos. *La Crisis de la Teoría del Desarrollo y las Relaciones de Dependencia en América Latina. Cuadernos de Estudios Socioeconomicos (CESO), Universidad de Chile*, n. 11, 1970.

¹⁸ Cabe ressaltar que não utilizaremos nesse trabalho o conceito de soberania normalmente usado no Direito Internacional, mas sim o conceito de soberania como quase sinônimo da soberania econômica para o desenvolvimento de um país, como o utilizado pelos autores da TMD e outros autores brasileiros como Gilberto Bercovici e José Augusto Fontoura Costa.

¹⁹ SIMPSON, J. (ed). *Oxford English Dictionary* (3ª ed.). Oxford: Oxford University Press, 2017.

onde o valor econômico é produzido na periferia, mas se acumula nos países centrais. Sobre isso:

O subdesenvolvimento, [...] é uma especificidade de dada sociedade e é uma produção do próprio desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, não se constitui em etapa do processo de desenvolvimento, ou seja, o subdesenvolvido não ascende à condição de desenvolvido necessariamente. Assim, a condição de subdesenvolvimento pode persistir, pode aprofundar-se e pode ser irreversível, se não forem implementadas as medidas/políticas necessárias à sua reversão. Nesse sentido, mesmo que desejável, o desenvolvimento não necessariamente será atingido por todos os países.²⁰

Contudo, essa afirmação não significa que os países subdesenvolvidos não avançam em seus aspectos político-econômicos, basta ver o desenvolvimento gigantesco da agropecuária brasileira ou os processos de redemocratização pela América Latina para perceber que este não é o caso. A ideia central que a TMD propõe é que, independente desses avanços, o subdesenvolvimento dos países dependentes se mantém em razão de sua subordinação aos interesses econômicos dos países centrais, fato que impede seu desenvolvimento científico e tecnológico pleno, o que acaba por deteriorar o processo de desenvolvimento na periferia do sistema. Assim, se realiza a condição em que os países periféricos são reduzidos à função de exportadores de matéria prima e importadores de produtos industrializados.

Com esses conceitos brevemente esclarecidos, passaremos a analisar a relação da dependência e do subdesenvolvimento em dois países de terceiro mundo que tiveram duas abordagens extremamente diferentes sobre como lidar com o caráter da dependência e do subdesenvolvimento, além de esclarecer os motivos pela escolha desses países em específico.

1.3 O Subdesenvolvimento Brasileiro: o caráter da dependência latino-americana

Para entender as bases da TMD se torna necessário analisá-las diante da realidade econômica e política de um país, com o objetivo de evitar generalizações contraproducentes. Para compreender a realidade brasileira é necessário, primeiro, conhecer o surgimento das instituições econômicas brasileiras, atentando-se para que o Brasil tem como suas primeiras estruturas produtivas as estruturas da economia colonial:

[...] a terra brasilis e outras paragens do Novo Mundo presenciaram a instalação de estruturas sociais e econômicas subordinadas aos interesses dos comerciantes de praças, como Antuérpia, do século XVI e depois, de Amsterdam e Londres. E estes comerciantes, não raro, foram definidos de forma caricatural pela sua avidez a lucros. Por serem elaboradas com o objetivo de possibilitar a produção e transferência de riquezas para o Velho Mundo, as estruturas econômicas da América deviam conter, ao menos, algumas características ou um “sentido manifesto”, como destacava Caio Prado: produzir mercadorias a baixos custos de modo a permitir na sua revenda lucros

²⁰ CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Subdesenvolvimento e mercado de trabalho: uma análise a partir do pensamento latino-americano. Sociologias, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 126-157, Dec. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000300006&lng=en&nrm=iso>. acesso em: 25 Oct. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222010000300006>.

extraordinários para o capital mercantil europeu; possuir um mercado que adquirisse manufaturados, de modo a fomentar a produção industrial europeia; ter por base a mão de obra africana e com isto ampliar o comércio de homens e mulheres no Atlântico Sul, atividade controlada pelos negreiros europeus. [...] ²¹

Além disso:

Por outro lado, no processo de constituição histórica da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial. Incluíram-se a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário. Em tal contexto, cada uma dessas formas de controle do trabalho não era uma mera extensão de seus antecedentes históricos. Todas eram históricas e sociologicamente novas. Em primeiro lugar, porque foram deliberadamente estabelecidas e organizadas para produzir mercadorias para o mercado mundial. Em segundo lugar, porque não existiam apenas de maneira simultânea no mesmo espaço/tempo, mas todas e cada uma articuladas com o capital e com seu mercado, e por esse meio entre si. Configuraram assim um novo padrão global de controle do trabalho, por sua vez um novo elemento fundamental de um novo padrão de poder, do qual eram conjunta e individualmente dependentes histórico-estruturalmente. Isto é, não apenas por seu lugar e função como partes subordinadas de uma totalidade, mas também porque sem perder suas respectivas características e sem prejuízo das descontinuidades de suas relações com a ordem conjunta e consigo mesmas, seu movimento histórico dependia desse momento em diante de seu pertencimento ao padrão global de poder. Em terceiro lugar, e como consequência, para preencher as novas funções cada uma delas desenvolveu novos traços e novas configurações histórico-estruturais. ²²

E complementando:

Na medida em que aquela estrutura de controle do trabalho, de recursos e de produtos consistia na articulação conjunta de todas as respectivas formas historicamente conhecidas, estabelecia-se, pela primeira vez na história conhecida, um padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. E enquanto se constituía em torno de e em função do capital, seu caráter de conjunto também se estabelecia com característica capitalista. Desse modo, estabelecia-se uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial. ²³

Foi essa estrutura de controle global da economia que deu início ao aspecto inicial da dependência latino-americana, contudo, o seu novo caráter se forma após o fim desse momento histórico. O início dos movimentos por independência das colônias fez com que as grandes potências precisassem manter seu domínio econômico por meios indiretos, haja vista que não tinham mais estrito controle sobre as decisões econômicas dos países independentes.

O período histórico onde esse controle indireto fica mais claro é no período de 1951 a

²¹ FRAGOSO, João. **Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio.** História (São Paulo) v.31, n.2, p. 106-145, jul/dez 2012 ISSN 1980-4369. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/his/v31n2/07.pdf>. Acesso em: 30/11/2020

²² QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/surur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 30/10/2020

²³ Idem.

1960, quando houve um dos maiores fluxos de entrada líquidas de capitais estrangeiros da história da América Latina (5,6 bilhões de dólares), sendo superados em quantidade apenas pelos investimentos na Ásia (8 bilhões de dólares)²⁴. Essas aplicações se concentravam majoritariamente nos setores manufaturados e a intensificação da presença estrangeira nesses setores criou uma série de consequências que são paradigmáticas para o caráter da dependência latino-americana. As referidas são caracterizadas por Vânia Bambirra como²⁵:

- Controle cada vez maior do capital estrangeiro nos setores produtivos da indústria;
- Concentração da economia nas mãos do capital estrangeiro através de progressivas monopolizações (diretas e indiretas) onde as empresas nacionais acabam por serem absorvidas (por exemplo: fusões e compras);
- Desnacionalização dos meios de produção dos setores nacionais da indústria;
- A integração do país aos interesses hegemônicos do capital internacional, seja pela economia ou pela política externa.

Em outras palavras, o caráter de colônia subserviente aos interesses exteriores é restabelecido nessa nova fase, mas, dessa vez, de maneira indireta. O caráter dominante que o capital estrangeiro tem nas economias latino-americanas faz com que as referidas nunca possam ultrapassar a barreira do subdesenvolvimento. Assim, torna-se cada vez mais necessário buscar meios para que os setores produtivos não fiquem presos aos interesses dos países centrais, que sempre buscarão que os países periféricos não sejam concorrência e nem ameaça aos seus interesses.

Além disso, acreditamos que é possível falar, inclusive, de uma dependência científica nos países periféricos, onde a maioria das produções científicas de qualidade, seja de contribuições teóricas ou patentes, são incentivadas à publicação no exterior, seja por programas estrangeiros ou pela própria estrutura de produção científica do país²⁶. Isso cria situações em que pesquisas sobre, por exemplo, plantas que só existem no Brasil e que são estudadas por pesquisadores brasileiros, tenham seus resultados publicados e suas patentes registradas em países centrais do capitalismo por meio de projetos predatórios de financiamento

²⁴ BAMBIRRA, Vania. Op. Cit., 2019, p. 124.

²⁵ Idem, p. 126.

²⁶ O autor Nildo Ouriques do IELA faz análises aprofundadas sobre esse tema em suas obras como “A Queda do Figurino Francês” publicado pela Editora Insular, em 2015.

de pesquisa²⁷.

Agora passaremos a analisar como as características da dependência podem ser objetivas em realidades distintas da brasileira, como, mais especificamente, a chinesa.

1.4 O caráter do (sub)desenvolvimento Chinês comparado ao brasileiro e a possibilidade de aplicação da TMD: sobre a necessidade de uma abordagem eclética

As relações Brasil-China tem uma longa tradição histórica que nos ajuda a contextualizar sua duração. Sobre isso:

A história das relações entre Brasil e China remonta ao período colonial quando o Brasil era um entreposto entre Lisboa e Macau. Na época em que a corte portuguesa residiu no Brasil, D. João VI chegou a trazer algumas famílias de chineses com objetivo de produzir chá no país (PIRES, PAULINO, 2011). Sob D. Pedro II, em 1881, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação assinado com o imperador chinês Guangxu (Dinastia Qing) estabeleceu as primeiras representações diplomáticas nos dois países, a livre circulação no território para cidadãos munidos de passaporte e o acesso mútuo de navios comerciais e de guerra aos respectivos portos.²⁸

Complementando:

Em 1978, Brasil e China assinaram o “Acordo Comercial Brasil - República Popular da China” com o propósito de reforçar a amizade entre os dois povos, de fortalecer e de desenvolver suas relações comerciais de forma equilibrada. O acordo, todavia, não resultou em um aumento de troca comercial entre as duas nações. Em 1988, os dois países iniciaram uma cooperação científica, tecnológica e financeira para juntos desenvolverem dois satélites (China Brazil Earth Resources Satellite – CBERS). O projeto foi precedido pela visita de dois mandatários brasileiros à China: General João Figueiredo (1984) e José Sarney (1988). Em 1993, o presidente chinês Jiang Zemin retribuiu a visita e selou a “parceria estratégica” estabelecida entre as duas nações. Priorizou-se, inicialmente, a aliança estratégica na esfera científica que resultou no lançamento em órbita de dois satélites de sensoriamento remoto (1999 e 2003) e na intensificação do programa CBERS entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (OLIVEIRA, 2013).²⁹

Ao escolhermos a China como país objeto de nosso estudo comparado, o fizemos não apenas em razão da longa história comercial entre as duas nações mas, também, em razão de o que chamamos de uma posição dependente originária similar. Em outras palavras, quando levamos nosso olhar ao início do século XX, podemos ver várias semelhanças no subdesenvolvimento dos dois países. Em razão de seu passado colonial, ambos sofreram com as consequências do sistema de colônias que afetou drasticamente suas economias.

²⁷ Sobre isso ler: OURIQUES, Nildo e RAMPINELLI, Waldir. **Crítica à Razão Acadêmica: reflexão sobre a universidade contemporânea**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 75.

²⁸ DE MORAES, Ísaías Albertin; et al. **Relações Brasil-China: Uma Parceria Para Desenvolvimento Ou Uma Relação De Dependência?**. Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XX – V. 2 - N. 40 – Agosto de 2018 - Salvador, BA – p. 402 – 432.

²⁹ Idem.

Quanto à China, aqui nos referimos especificamente aos tratados de Nanquim e demais ocorridos durante os séculos XIX e XX, onde a China foi obrigada por pressão militar e política a conceder territórios a potências estrangeiras que criaram verdadeiras colônias de exploração nessas áreas (por exemplo: Macau, que foi concedida a Portugal). Assim, invés de ser conquistada por inteiro, a China foi forçada a gradualmente ceder econômica e territorialmente às potências europeias e ao Japão.

As incessantes sanções econômicas e pressões internacionais fizeram com que a China desenvolvesse um sistema econômico voltado para exportação e não para o seu mercado interno. O colonialismo não deixou apenas uma marca econômica no país, mas também cultural. A época de concessões e derrotas para potências estrangeiras é conhecida até hoje na China como “O Século da Humilhação”. Assim, tanto o Brasil quanto a China têm suas economias marcadas pela colonização.

A escolha de ambos os países para o nosso estudo tem a ver não só com seu passado, mas com seu presente. Ambos lutam pela superação do desenvolvimento tendo função protagonista em seus respectivos continentes (América Latina e Ásia), tendo se aproximado economicamente de forma a muitos estudiosos considerarem Brasil-China uma relação de codependência³⁰. Assim, cabe questionar se a TMD pode ser utilizada para entender a China da mesma forma que para o Brasil.

É aparente, ao nos debruçarmos sobre as especificidades da TMD, que a referida teoria foi criada com um olhar voltado ao caráter da dependência latino-americana, sendo esse seu foco analítico principal. Assim, se nós fizéssemos a pergunta “A Teoria Marxista da Dependência pode ser aplicada de maneira mecânica para compreender a realidade chinesa?”, a resposta seria um sonoro “Não”. Contudo, não existem respostas simples para questões complexas, o que torna necessário certo aprofundamento interpretativo.

Ao criar a TMD, os seus autores principais se encontram mergulhados na realidade econômica do Brasil, fato que fez com que os estudos de caso³¹ da TMD fossem focados nessa delimitação regional. Entretanto, é de nosso entendimento que o arcabouço sólido das bases teóricas principais da TMD pode ser adaptado às realidades de qualquer continente que tenha passado por etapas similares do desenvolvimento econômico mundial e que sejam, ou no caso da China tenham sido³², relegadas ao mesmo papel periférico na produção mundial de capital.

³⁰ DE MORAES, Ísaías Albertin; et al. Ob. Cit., p. 420.

³¹ Para citar os mais conhecidos: Cuba, Equador, Chile e Brasil.

³² No caso da China, essa situação só começa a mudar a partir de 1979, enquanto no Brasil ela permanece até os dias de hoje..

A referida adaptação já foi realizada por outros pesquisadores ao utilizar categorias da TMD para realizar interpretações do continente africano³³ e do asiático, inclusive, especificamente sobre os casos da Coreia do Sul e da China³⁴. Além disso, não podemos deixar de mencionar o grandioso trabalho de Carlos Escudé sobre a relação entre China e Argentina, que nos trouxe a importante ressalva:

Nada garante que nosso relacionamento com a China será tão frutífera quanto nosso vínculo com a Grã-Bretanha entre 1880 e 1914. Teremos que nos precaver contra vários riscos, como a possibilidade de que a sede chinesa por matérias-primas leve à nossa desindustrialização; o perigo de que nosso meio ambiente seja danificado por práticas de mineração desaconselháveis, ou a possibilidade de que uma quantidade excessiva de terras argentinas caia em mãos estrangeiras. Toda oportunidade vem com riscos. Mas esses riscos são preferíveis à certeza estrutural de uma relação desvantajosa com o poder hegemônico, como aconteceu quando os Estados Unidos substituiu o Reino Unido, na fatídica década de 40. (tradução nossa)³⁵

O que essas interpretações têm em comum é a utilização de uma abordagem metodológica eclética utilizando as categorias da TMD em conjunto com outros autores e teorias que, apesar de não necessariamente marxistas, utilizam métodos diferentes para chegar a conclusões semelhantes sobre a realidade da periferia do sistema capitalista.

Em outras palavras, a TMD não pode ser aplicada de maneira mecânica aos outros países periféricos. É necessário que se analise o contexto social, econômico e político que moldaram a formação histórica do país para compreender em que ponto o país se adequa às categorias da TMD e isso deve ser feito, principalmente, com auxílio de estudiosos do país e autores que já abordaram essa relação entre centro e periferia do sistema capitalista.

Entre eles, podemos citar principalmente Chossudovsky, que possui uma leitura extremamente crítica da forma com que os aparatos internacionais, em conjunto com as pressões políticas e econômicas das nações centrais, afetam as economias periféricas. Sobre isso:

A crise global não está concentrada em uma única região do mundo. As economias nacionais estão interligadas, os bancos comerciais e os negócios (controlados por cerca de 750 corporações) transcendem limites econômicos, o comércio internacional está integrado e os mercados financeiros de todo o mundo conectam-se por um sistema de telecomunicação em tempo real. A crise atual é muito mais complexa do que a do período entreguerras; suas consequências sociais e implicações geopolíticas, de longo

³³ CALVETE & LOPES. **A Inserção das Maiores Economias da África Subsaariana no Sistema Capitalista Contemporâneo: uma Leitura à Luz da Teoria de Rosa Luxemburgo**. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 38, n. 76, p. 75-94, jun. 2020. DOI: [dx.doi.org/10.22456/2176-5456.78468](https://doi.org/10.22456/2176-5456.78468); AVELHAN, Livia Liria. **A presença brasileira na África: um estudo sobre o Programa Embrapa-Moçambique**. *Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional*, Volume 02, Número 03, Dez., 2014.

³⁴ OSORIO, Jaime. **América Latina frente al espejo del desarrollo de Corea del Sur y China**. México, *Problemas del desarrollo*, núm. 182, Instituto de Investigaciones Económicas (IIEc), UNAM, 2015

³⁵ ESCUDÉ, Carlos. **La inserción internacional de Argentina frente al ascenso de China**. Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales, v. 1, p. 1-12, 2011.

alcance, são sentidas particularmente neste incerto período pós-guerra fria.³⁶

Complementando:

O movimento da economia global é regulado por um processo de cobrança de dívida em âmbito mundial, que sufoca as instituições do estado nacional e contribui para eliminar empregos e reduzir a atividade econômica. No mundo em desenvolvimento, o peso da dívida externa atinge dois trilhões de dólares: países inteiros foram desestabilizados em consequência do colapso das moedas nacionais, o que resultou frequentemente na eclosão de lutas sociais, conflitos étnicos e guerra civil.³⁷

Além do referido autor, iremos utilizar, ao analisar a China, contribuições marcantes para o estudo da China visando complementar o marco teórico da TMD.

1.5 Dependência Econômica e Desenvolvimento Sustentável

Desde os anos 80³⁸, o conceito de desenvolvimento sustentável tem sido utilizado em momentos de debate sobre qual a importância que a prevenção a danos ambientais deve ter no desenvolvimento econômico. Esse conceito se refere, também, a uma nova linha de pensamento que tem se fortalecido cada vez mais nas últimas décadas e tem pautado debates em escala nacional e internacional³⁹. Quanto ao mencionado, Mourthe Jr., esclarece:

O mais importante, no entanto, é que, como já foi dito, devemos estar atentos aos reducionismos que emergem a cada instante nas constantes polarizações próprias da modernidade. Não é apenas um estilo de pensamento desenvolvimentista e outro ambientalista que se tensionam na emergência de um novo estilo, gerando os desconfortos de um inevitável oxímoro. São inumeráveis as concepções que versam sobre diferentes formas de desenvolvimento e outros tantos estilos que se inserem em um estilo de pensamento que temos considerado como ambientalista.⁴⁰

E complementa:

Em síntese, o início do uso institucional do termo desenvolvimento sustentável fica denotado pela demarcação inexpugnável de um conjunto de coerções do estilo de pensamento ambientalista, sobre as quais as estratégias de desenvolvimento não deveriam abrir mão. Em outras palavras, o conceito de desenvolvimento sustentável emerge em um documento que deixa clara a necessidade de subsidiar a elaboração de políticas públicas em um enfoque conservacionista, o que reforça o objetivo geral do World Conservation Strategy: “alcançar o desenvolvimento sustentável através da

³⁶ CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999, p. 11

³⁷ Idem.

³⁸ Utilizamos essa data pelo uso proeminente do termo em documentos como, por exemplo, o *World Conservation Strategy (WCS) Living Resource Conservation for Sustainable Development*.

³⁹ Sobre o desenvolvimento sustentável como uma linha de pensamento, recomendamos a leitura da tese de Doutorado de Carlos Alberto Mourthé Junior na UFMG, disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AVSFC6/1/tese_de_doutorado_carlos_mourth_.pdf

⁴⁰ MOURTHE JR, Carlos Alberto. **O Desenvolvimento Sustentável Como Um Estilo De Pensamento – Uma Abordagem Histórica**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2017, p. 159 Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AVSFC6/1/tese_de_doutorado_carlos_mourth_.pdf. Acesso em: 24/02/2021

Além da questão da conservação dos recursos naturais, um dos temas mais pautados nos debates da ecologia é a questão do risco de dano futuro. Atualmente, no processo de industrialização, por exemplo, podemos falar de risco pós-industrial, enquanto antigamente os efeitos adversos da poluição eram sofridos por pessoas direta ou indiretamente relacionadas com o processo industrial, contemporaneamente esses efeitos têm se tornado difusos, afetando áreas alheias à do comércio, sendo cada vez mais difícil determinar a sua escala⁴².

Com essas considerações em mente, nos cabe refletir sobre qual função do desenvolvimento sustentável no futuro do desenvolvimento econômico. Ao nosso ver, com o passar dos anos, não se poderá falar de um sem trazer o outro em destaque, e é nesse sentido que esse trabalho buscará não só analisar o crescimento econômico dos países subdesenvolvidos em questão, mas sim compreender os impactos desse crescimento e como eles podem ser mitigados através da utilização cada vez mais frequente de métodos de sustentabilidade.

O desenvolvimento sustentável é visto por muitos como o novo paradigma do desenvolvimento nacional e mundial. Entretanto, ao observar a realidade distinta no centro e na periferia do sistema capitalista mundial, nos deparamos com a constatação de que os países centrais se desenvolveram através do uso quase irrestrito de métodos poluentes de exploração e produção, enquanto os periféricos lutam para desenvolver sua economia e agora sofrem com restrições quanto aos métodos utilizados. Sobre isso, vejamos a figura a seguir.

Figura 1- Pilares do Desenvolvimento Sustentável⁴³

⁴¹ Idem

⁴² BORGES, Leonardo Estrela. **As Obrigações de Prevenção no Direito Ambiental Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 30.

⁴³ FILHO, Gilberto Montibeller. **Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios**. Textos de Economia, Florianópolis, v. 4, a. 1, 1993, p. 131-142

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Componentes e Objetivos de Cada um dos Cinco Pilares do Ecodesenvolvimento

DIMENSÃO	COMPONENTES PRINCIPAIS	OBJETIVO
SUSTENTABILIDADE SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de postos de trabalho que permitam renda individual adequada e melhor condição de vida e a melhor qualificação profissional. - Produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais. 	REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS.
SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> - Fluxo permanente de investimentos públicos e privados (estes últimos com especial destaque para o cooperativismo). - Manejo eficiente dos recursos. - Absorção pela empresa dos custos ambientais. - Endogeneização: contar com suas próprias forças. 	AUMENTO DA PRODUÇÃO E DA RIQUEZA SOCIAL, SEM DEPENDÊNCIA EXTERNA
SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA	<ul style="list-style-type: none"> - Produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas. - Prudência no uso de recursos não renováveis. - Prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis. - Redução da intensidade energética e conservação de energia. - Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos. - Cuidados ambientais. 	QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE E PRESERVAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS ENERGÉTICOS E NATURAIS PARA PRÓXIMAS GERAÇÕES
SUSTENTABILIDADE ESPACIAL ou GEOGRÁFICA	<ul style="list-style-type: none"> - Descentralização espacial (de atividade, de população). - Desconcentração - democratização local e regional do poder. - Relação cidade-campo equilibrada (benefícios centripetos). 	EVITAR EXCESSO DE AGLOMERAÇÕES
SUSTENTABILIDADE CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> - Soluções adaptadas a cada ecossistema. - Respeito à formação cultural comunitária. 	EVITAR CONFLITOS CULTURAIS COM POTENCIAL REGRESSIVO

Fonte: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/6645/6263>

Como pode ser visto, um dos pilares do desenvolvimento sustentável consiste na sustentabilidade econômica que tem como objetivo o aumento da produção e da riqueza social sem dependência externa. Em outras palavras, a soberania é um pressuposto da possibilidade de concretização do desenvolvimento sustentável, um país dependente terá extrema dificuldade em concretizar os demais pilares pois, além de sua produção, a sua poluição também está atrelada à situação de dependência.

Sobre isso, o autor José Miguel Villagómez Páez explica:

[...] os custos ambientais provocados pela acumulação de capital dos países capitalistas desenvolvidos são transferidos, em condições desiguais, para as comunidades pobres dos países desenvolvidos e para os países em desenvolvimento, em razão de que o consumo e a produção dos países centrais demandam quantidades maiores de recursos naturais para serem utilizados como matéria prima nos processos produtivos. Evidentemente a exploração dos recursos naturais ocasiona consequências negativas no ambiente ou, como coloca Falconi (2004), gera “passivos ambientais”. Para o autor, o termo “passivo ambiental” se refere à poluição da água, do solo, do ar e a deterioração dos recursos e dos ecossistemas, provocados pelas ações

antiecologicas das empresas poluidoras e/ou extrativas.⁴⁴

E complementa, utilizando como exemplo o caso do Equador:

As empresas petrolíferas, visando maximizar os lucros, não contabilizam as consequências ambientais negativas causadas ao longo do processo extrativo, embora existam normativas que “controlem” as atividades petrolíferas. Yanza (2004) indica que o uso de tecnologia inadequada nas atividades extrativas realizadas pela Texaco na região amazônica equatoriana provocou a poluição dos ecossistemas naturais e, conseqüentemente, causou graves prejuízos ambientais e severos danos à saúde das comunidades que habitam nas proximidades da localidade explorada. O autor aponta que um estudo realizado pela Universidade de Harvard em 1993 determinou uma elevada incidência atípica de oito tipos diferentes de câncer entre as comunidades prejudicadas pela ação poluidora da Texaco.⁴⁵

Dessa forma, existe uma clara contradição em como as empresas de países centrais lidam com a poluição. Enquanto no centro, respeitam as rígidas imposições da legislação ambiental nacional e internacional, contudo, enquanto na periferia, abusam das lacunas legais e até mesmo infringem a legalidade, se aproveitando da deficiente fiscalização dos países mais pobres. Existe uma clara “terceirização da degradação ambiental”, enquanto os países centrais diminuem a sua própria poluição eles exportam as atividades poluidoras para a periferia do sistema. Essa “terceirização” ocorre quando, em razão das legislações cada vez mais rígidas dos países centrais na questão ambiental, as atividades extremamente poluidoras destes países acabam sendo realizadas nos territórios de países dependentes⁴⁶. Assim, com a atividade poluidora em outro país, este fica também com os danos ambientais que essa atividade pode causar.

Um exemplo disso é o Desastre de Bhopal, na Índia, onde um vazamento de gás por uma multinacional americana que se utilizou da legislação ambiental deficiente do país⁴⁷, acabou por afetar mais de quinhentas mil pessoas⁴⁸ conforme o governo indiano. Complementando e trazendo a situação para o contexto latino-americano, podemos citar as já mencionadas ações poluidoras da Texaco no Equador e demais países da América do Sul. Além disso, em todos os danos ambientais de grande escala que já aconteceram os estados jamais

⁴⁴ PÁEZ, José Miguel Villagómez. **Capitalismo Periférico e Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise da Exploração Petrolífera no Equador (Dissertação)**. Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 120.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Isso ocorre tanto em razão de uma legislação ambiental deficiente quanto pelo poder político que os países centrais tem em relação aos dependentes o que faz com que seja rara uma resistência a essas práticas por parte das lideranças nacionais e regionais.

⁴⁷ BROUGHTON, E. **The Bhopal disaster and its aftermath: a review**. *Environmental Health* 4, 6, 2005. Disponível em: <https://ehjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/1476-069X-4-6#citeas>. Acesso em: 18/02/2022.

⁴⁸ Isso sem contar as mortes e pessoas com deficiência permanente em razão do desastre.

foram responsabilizados, tendo a indenização das vítimas sido por meios e fundos privados⁴⁹.

Assim, existe uma relação intrínseca entre a dependência econômica e a busca pelo desenvolvimento sustentável. Um país dependente não tem controle total sobre a sua própria produção e, como vimos, nem sobre as suas próprias atividades poluidoras, não sendo possível que um país alcance pleno desenvolvimento sustentável se ele é impedido, por suas condições materiais, de alcançar sequer o desenvolvimento econômico comum.

É necessário, portanto, analisar as condições econômicas que tornam possível que o desenvolvimento e a sustentabilidade andem lado a lado. Nos próximos capítulos, iremos analisar como o Brasil e a China têm lidado tanto com a superação da dependência econômica, quanto na busca pelo desenvolvimento sustentável. Ao fim, iremos realizar um balanço dos avanços e retrocessos que aconteceram neste processo e analisar quais práticas foram proveitosas e poderiam servir de exemplo para outros países da periferia do sistema capitalista mundial.

2. Parte I: Brasil e o Desenvolvimento do Subdesenvolvimento

Neste momento, passaremos a abordar como a dependência econômica tem afetado o Brasil em suas diversas etapas históricas, além de fazer uma análise de como a questão da proteção ambiental foi tratada ao longo desses períodos. A metodologia da TMD será uma constante para compreender como foi formada a dependência econômica brasileira e quais são as suas raízes que se propagam até os dias atuais.

○ 2.1 A República Populista e suas origens (1945-1963)

Quando um pesquisador se compromete a compreender o contexto social e econômico de um país dependente, ele deve primeiro direcionar seu olhar para a sua formação histórica. Não se pode compreender a história de um país latino-americano sem analisar o processo expansionista dos países europeus que vieram a transformar drasticamente todos os países com que teve contato⁵⁰. Assim, para compreendermos os processos de desenvolvimento econômico e de formação social do Brasil devemos primeiro analisar a sua origem colonial.

A TMD é uma corrente de pensamento que compreende que as características da dependência latino-americana, apesar de apenas terem sido verificadas no século XX, tem sua origem na relação colônia-metrópole que mais tarde seria substituída pela relação país

⁴⁹ BORGES, Leonardo Estrela. Ob Cit., p. 426-427.

⁵⁰ SANTOS, Theotônio dos. **Evolução Histórica do Brasil: Da colônia à crise da Nova República**. São Paulo: Expressão Popular, 2021, p. 19.

dependente-país central. Sendo sempre formada uma relação em que o desenvolvimento do país em estado de submissão é moldado para se adequar a demanda. Sobre isso, Theotonio dos Santos indica:

A história das economias e sociedades dependentes se divide entre as pressões para se ajustar a essas demandas e as tentativas de escapar a esta sorte. As que melhor se ajustaram, por diferentes razões históricas, viveram grandes auges econômicos que, entretanto, não permitiram que iniciassem um processo autônomo de crescimento e se submeteram, em geral, a uma sorte ingrata quando as suas riquezas se esgotaram ou quando mudou a orientação da demanda dos centro dominantes.⁵¹

A primeira fase da dependência brasileira começa com a própria fase de maior crescimento do capitalismo mercantil. A expansão de Portugal e Espanha em direção à África, e posteriormente à América, tinha como objetivo uma expansão marítima e comercial, “tratava-se de contatar a China e a Rota da seda, através de seu ponto mais próximo, o rico centro comercial hindu e o Oceano Índico, e reorientar o seu comércio com a Europa”⁵². Em outras palavras, como o comércio entre os pontos comerciais citados e a Europa eram, em sua esmagadora maioria, feitos pelo continente, a criação de novas rotas marítimas colocaria os países ibéricos em uma posição de poder nunca antes vista em relação ao resto dos países europeus. Estabelecido o sistema colonial no Brasil, ficaram presentes três aspectos característicos das formações socioeconômicas latino-americanas desta época⁵³:

- Direcionamento da economia colonial para o fortalecimento e expansão da Monarquia a que ela estava ligada, tendo sua produção administrada e organizada pela referida;
- Monopólio do comércio e produção da colônia pela Coroa que podia, inclusive, ceder a exploração a particulares mediante pagamento de tributos;
- Determinação externa de sua produção, fazendo com que toda oferta fosse realizada de modo a atender a demanda do mercado europeu.

Com o passar das décadas, o domínio ibérico sobre a América Latina foi sendo quebrado aos poucos com o aumento da influência da Inglaterra sobre o mercado mundial. No Brasil, essa quebra ocorreu principalmente em razão da invasão de Napoleão a Portugal, que fez com que Dom João VI transferisse o centro do poder imperial para o Brasil. Os Ingleses se aproveitaram dessa situação de vulnerabilidade e fizeram com que vários tratados de abertura comercial que, em conjunto com a independência de 1822, marcaram o fim da dependência em

⁵¹ Idem, p. 20.

⁵² SANTOS, Theotonio dos. Op Cit, p. 30.

⁵³ Características designadas com base na obra de Theotonio dos Santos previamente citada.

relação a Portugal mas apenas o início do que viria a ser a dependência em relação à Inglaterra.

Esse período que vai de 1822 até o início da primeira guerra mundial é marcado por uma série de mudanças referentes à modernização da economia exportadora brasileira que, apesar de se desenvolver para uma sociedade de caráter liberal, ainda era confrontada com uma elite oligárquica extremamente ligada ao capital estrangeiro. Conforme Theotonio dos Santos, são características desse momento histórico:

1) Abriu-se o comércio do país ao mercado mundial (particularmente ao inglês), fundamentando-o num intercâmbio baseado no valor (com relações desiguais, devido a razões que veremos posteriormente), e orientando pela doutrina do livre câmbio. A luta que se deu neste período, entre a doutrina liberal e o protecionismo, terminou com a vitória da primeira e a consolidação da burguesia agrário-exportadora, cujos interesses se confundiam com o imperialismo inglês, neste momento em plena ascensão; 2) Não obstante a sobrevivência das relações escravistas até 1888, o capital industrial inglês já vinha pressionando, primeiramente para acabar com o comércio de escravos, e depois com a escravidão, chegando-se a implantar, ao final do século, uma mistura de regime salarial capitalista e relações de trabalho semiservi, como a meia, o colonato, a parceria etc. [...] 3) Apesar do caráter conservador da classe dominante, devido ao fundamento arcaico de seu poder, a superestrutura jurídica e política teve que se modernizar e se ajustar, com importantes adaptações, a uma sociedade liberal-burguesa.

Essas características seriam intensificadas ao fim da segunda guerra mundial, fato histórico que é fundante para compreender a dependência latino-americana. O referido período é fundamental por ser responsável pelo que a TMD chama de formação do centro hegemônico do sistema capitalista mundial.

Esse conceito consiste na compreensão de que, com a derrota do eixo, foi formado no ocidente o chamado bloco capitalista, liderado pelos EUA, que se tornou o centro que convergiu toda a economia ocidental ao seu entorno. Os países latino-americanos, e até certo ponto os europeus que se encontravam economicamente debilitados pela guerra, se viram obrigados a se adaptar às necessidades e demandas do país que se tornaria o centro hegemônico do capitalismo, tomando o lugar de potência mundial que pertencia anteriormente à Inglaterra.

Vânia Bambirra, defende que as condições que tornaram esse acontecimento possível foram⁵⁴:

- Abertura de novos campos de tecnologia e fortalecimento dos já existentes que passaram por novo ciclo de produção que, em razão da guerra, puderam ser concentrados nas mãos do governo e grandes empresas americanas;
- Concentração da maioria dos cientistas refugiados do eixo nos EUA, fato que facilitou a expansão da pesquisa científica baseada na relação integrada governo-

⁵⁴ Colocações adaptadas de: BAMBIRRA, Vania. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2019, p. 122.

empresa-universidade que acontecia no ensino superior norte-americano;

- Considerável ampliação das forças produtivas em razão da aplicação das novas descobertas tecnológicas que foi possível graças à concentração que os EUA tinham dos setores econômicos e financeiros globais.

Sobre esses fatos, a referida autora conclui:

Essas mudanças básicas nas forças produtivas elevaram os Estados Unidos a um novo patamar de produtividade, muito superior ao de seus aliados capitalistas. Os efeitos desse processo sobre a organização do trabalho, sobre o sistema de propriedade capitalista, sobre a administração empresarial, sobre as técnicas de vendas, de publicidade etc., além dos efeitos culturais- que assumem formas particulares na sociedade americana, com tradições culturais muito recentemente constituídas, em uma população com as mais diversas origens-, todos esses fatos permitem que os Estados Unidos acumulem em suas mãos os elementos de domínio mundial. Todos os fatos apontados revelam a inevitável situação de hegemonia capitalista em que os Estados Unidos se colocaram no pós-guerra.⁵⁵

Enquanto isso ocorria, o Brasil passava por um de seus períodos mais autoritários até então, o Estado Novo de Vargas. Regime este que, em razão do caos que estava alastrado pela Europa, conseguiu realizar diversos planos de fomento à indústria nacional que não tiveram que enfrentar, em sua maioria, conflitos por parte dos interesses das potências europeias. Neste sentido:

É verdade que a industrialização que se realizou nos anos 1930 e 1940, teve esse caráter nacional. Mas ela foi consequência de uma conjuntura internacional e nacional específica: a crise capitalista de 1929 e sua seqüela, a Segunda Guerra Mundial. Nessa conjuntura, o capital dos países dominantes não tinha condições de se mover para o exterior, e ocorreu uma enorme queda no comércio mundial dos anos 1930. Durante a Segunda Guerra Mundial aumentam as compras de alimentos e matérias-primas por parte dos países beligerantes, mas as suas exportações são mínimas. Em tais condições, o capital nacional se viu com enormes superávits cambiais, com quase todo o mercado interno em suas mãos. Com o apoio do Estado conseguiu alcançar as bases da industrialização.

Contudo, com o fim do apoio da burguesia nacional ao Estado Novo, Vargas acaba sendo forçado a renunciar, dando início a um novo período da história brasileira.

A República Populista⁵⁶ (1946-1964), foi um período singular do desenvolvimento brasileiro, marcado pelos governos Dutra, Vargas, Kubitschek, Quadros e Goulart. Neste capítulo, não pretendemos esmiuçar as particularidades de cada governo, mas sim analisar os pontos mais importantes para o desenvolvimento econômico e para a análise de como era abordado o desenvolvimento nacional até então.

Durante o referido período, havia um grande movimento popular e intelectual que buscava uma nova forma de fazer com que o Brasil se desenvolvesse. Esta ideologia ficou

⁵⁵ BAMBIRRA, Vania. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2019, p. 122-123.

⁵⁶ Também chamada de quarta república, república nova e república de 46.

conhecida como Nacionalismo Populista, cujas pretensões podem ser definidas da seguinte forma:

O esquema teórico e prático em que se fundamentava o nacionalismo populista tinha alguns princípios básicos que destacamos e que se resumiam na criação de uma economia nacional independente, sobre uma forte base industrial. Vimos que, no pensamento nacionalista, a industrialização era associada à liberação nacional. O imperialismo e a dependência eram vistos como expressão da economia agrário-exportadora. A liberação nacional e a independência se associavam com o desenvolvimento industrial dirigido ao mercado interno.

As referidas ideias acabam se coadunando com os interesses norte-americanos de expansão de seu controle pelo globo como nova potência mundial. Os principais objetivos dos EUA eram⁵⁷:

- Recuperar o controle das economias nacionais que passavam por uma fase de extremo protecionismo;
- Incentivar a exportação de seus produtos e recuperar sua indústria pesada;
- Acelerar a substituição do parque industrial norte-americano com tecnologias mais avançadas.

Em outras palavras, a grande indústria formada pelos EUA para suprir a demanda bélica europeia acabou ameaçada de recessão com o fim da segunda guerra mundial. Diante disso, se tornou vantajoso para os norte-americanos venderem sua tecnologia, que agora já estava ultrapassada, para os países dependentes de modo a financiar a aquisição de novas tecnologias e começar um processo de inserção do capital internacional nas economias nacionais. Isso, fez com que os EUA precisasse “se mover rapidamente aos países dependentes, instalando novas indústrias e serviços para conquistar o mercado destes países e aproveitar-se da mão de obra barata e abundante que estes lhe proporcionam”⁵⁸.

Contudo, é importante salientar que essa penetração do capital internacional não ocorreu de maneira imediata, se prolongando por todo período da república populista. Theotonio, define a primeira etapa dessa penetração da seguinte forma:

A primeira fase se situa entre 1945 e 1950. Nela o capital estrangeiro (quase totalmente estadunidense, devido ao debilitamento europeu e japonês neste período) instala, sobretudo, setores de montagem e finalização de produtos. Com a pressão do governo e dos industriais nacionais, instalam-se fábricas de peças de reposição no país. Ao mesmo tempo, o governo estadunidense envia uma missão econômica (o mesmo ocorre em vários países) para propor um plano de desenvolvimento. Trata-se de forçar com pressões e créditos internacionais para que os governos nacionais instalem uma infraestrutura que permita uma maior taxa de inversão do capital estadunidense.⁵⁹

⁵⁷ SANTOS, Theotonio dos. Op Cit, p. 92.

⁵⁸ Idem, p. 93.

⁵⁹ Idem.

A segunda etapa (1950-1955) foi marcada pelos avanços que o governo Vargas (agora eleito) fez, em clara convergência com a burguesia nacional, com as massas e, inclusive, com o capital internacional, sobre setores estratégicos da economia de modo a criar a infraestrutura mencionada na citação anterior. Esses setores foram: petróleo (essencial para autonomia nacional de um país dependente conforme a TMD entende), energia elétrica, minerais atômicos, entre outros.

Contudo, com a grande luta pelo domínio dos referidos setores entre capital nacional e internacional, em conjunto com o alcance do Nacional Populismo no seio das massas, criaram uma situação social cada vez mais instável, causando “a tentativa de “impeachment” de Vargas, o seu suicídio, [...] uma enorme mobilização de massas que contém o golpe de Estado que se armara contra ele e obriga a uma nova negociação entre as forças em confronto”⁶⁰.

Essa nova negociação marcou a terceira fase da inserção do capital americano (1955-1960), simbolizada por Kubitschek (JK) e sua política desenvolvimentista. Por meio do Plano de Metas, se iniciou um processo de industrialização de setores chaves que contariam com o apoio do capital estrangeiro (automóveis, metalurgia, etc). Porém, enquanto a burguesia nacional acreditava que estava de certa forma impondo suas condições para o capital estrangeiro, no fim acabou sendo reduzida a um papel de sócio minoritário, com a maioria dos frutos indo para o exterior⁶¹.

Esse processo de penetração, chega a seu momento mais crítico com os anos seguintes. O sucessor de JK, Jânio Quadros, tem um governo extremamente conturbado, o que colocou todos os agentes políticos do Brasil em confronto direto pelo poder, fato que acaba com a renúncia de Jânio Quadros e sua sucessão por João Goulart. Contudo, essa não foi uma transição tranquila, como indica Ruy Mauro Marini:

Após uma tentativa fracassada dos ministros militares de Jânio para submeter o país à tutela militar - anunciando o que ocorreria em 1964 - e graças sobretudo à resistência feita pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, o vice-presidente João Goulart assumiu por fim a presidência, ainda que no marco de um compromisso que substituiu o regime presidencial pelo regime parlamentarista. Tratava-se, evidentemente, de uma trégua. Prontamente, Goulart deixou claro que não aceitaria a situação, iniciando uma campanha cada vez mais violenta de desmoralização do parlamentarismo. Por outro lado, se na esfera da política externa o dinamismo impresso por Jânio era mantido, no plano interno se entrava em uma fase de relativo imobilismo.⁶²

E complementa:

⁶⁰ SANTOS, Theotonio dos. Op Cit, p. 95.

⁶¹ Idem, 95-96

⁶² MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Insular, 2017, p. 96-97

É necessário observar aqui que esse imobilismo não era exclusivamente, nem sequer principalmente, o resultado da trégua parlamentar, como Goulart e seus partidários davam a entender, mas, acima de tudo, da estagnação da expansão industrial e do impasse ao qual as tensões sociais haviam chegado. Efetivamente, desde 1962 a taxa de investimento declina (sinal certo de que a taxa de lucros caíra), enquanto os movimentos reivindicativos da classe operária e da pequena burguesia, reforçados pela mobilização provocada pela crise de agosto, tornam-se cada vez mais agressivos. Era evidente que a economia brasileira estava em um beco sem saída. A trégua política resultante dessa situação a agravava, uma vez que não permitia que nenhuma classe impusesse uma solução.⁶³

O governo Goulart, apesar de ser de grande influência nos sindicatos e demais partidos de esquerda, tinha certo apoio da burguesia, que o via como um caminho para a conciliação com as classes baixas e para a volta da rentabilidade dos investimentos. Contudo, com o agravamento da crise econômica e, principalmente, com a radicalização dos movimentos de massas (como o brizolismo e a Ação Popular) e movimentos reacionários (como as Milícias Anti Comunistas e a Patrulha Auxiliar Brasileira), houve uma sucessiva perda de apoio da burguesia ao governo de Goulart. Esse fato, foi influenciado, também, por pressões externas como pode ser visto:

A intervenção estadunidense tampouco tardou em se revelar. Como declarou publicamente o subsecretário Thomas Mann, as verbas da Aliança para o Progresso se dirigiam, sem passar pelo governo federal, àqueles governadores “capazes de sustentar a democracia”; apenas o governador Lacerda recebeu, entre 1961 e 1963, 71 milhões de dólares por essa via. O embaixador Lincoln Gordon atuava intensamente junto às classes empresariais. Além disso, um organismo diretamente financiado pelos grupos estrangeiros e, segundo denunciou o governo de Goulart, pela Embaixada dos Estados Unidos - o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) -, interferiu abertamente na vida política, sustentando um grupo parlamentar (Ação Democrática Parlamentar) e financiando, nas eleições, os candidatos de sua preferência.⁶⁴

Com o acirramento do conflito ideológico no Brasil, os americanos começaram a se preocupar cada vez mais com os rumos do governo brasileiro.

Contudo, esse clima pré-revolucionário deu a luz a uma revolução conservadora, onde houve uma grande transformação política porém com os mesmos atores da burguesia no controle dos meios de produção. O golpe militar, instaurado em 31 de março de 1964, surge como uma reação à política nacionalista e ao nacional populismo da época, botando em cheque a teoria da Cepal de que um governo verdadeiramente nacionalista poderia industrializar o país a revelia dos interesses internacionais do capitalismo central.

Nos voltando para a questão do desenvolvimento sustentável nesse período, é possível ver que o termo “Desenvolvimento Sustentável” não era parte do vocabulário sequer dos economistas, passando o Brasil, até a década de 1930, um período de grande devastação

⁶³ Idem, p. 97

⁶⁴ Idem, p. 102

ambiental conforme demonstrado:

Durante a República Velha (1889-1930), o país não demonstrava grande preocupação com os recursos naturais. Nesse período a legislação era liberal e garantia aos proprietários rurais autonomia e poder ilimitado sobre a propriedade. Com o avanço do desmatamento proporcionado pelo crescimento da agricultura, despertou-se no governo a necessidade de se conservar os recursos florestais. Nos anos 20, surgiu a ideia de se criar no Brasil um Código Florestal para estabelecer o uso racional das florestas. Em 1934, com a implantação do Estado Novo, foi instituído o primeiro Código Florestal, que era a principal norma que regulava o uso das florestas (BRASIL, 2009). Na década de 30 ocorreram outros eventos de importância ambiental⁶⁵

Esses eventos são expostos a seguir:

Ainda em 1934, mais precisamente em julho do referido ano, foi criado o Código de Águas, Decreto nº 24.643 (Brasil, 1934). Este código assegurou o uso gratuito de qualquer corrente ou nascente de água para as primeiras necessidades da vida e permitiu que todos pudessem usar as águas públicas. No art. 88 do referido código, foi previsto a exploração da caça e da pesca (Silva, 2013; Milaré, 2018). Outro importante avanço foi dado ainda em 1934 pelo Decreto-Lei nº 24.645 (Brasil, 1934), de julho daquele ano, ele trouxe em seu art. 1º a dimensão ecológica, garantindo que os animais são tutelados pelo estado e assistidos pelo Ministério Público ou membros da sociedade protetora dos animais. Um pouco mais adiante, em novembro de 1937, houve a edição do Decreto-Lei nº 25, que disciplinou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Brasil, 1937). Entre os anos de 1938 a 1965 foram criados 14 parques nacionais e uma reserva florestal, ainda em 1938 houve a implementação do Código da Pesca, o Decreto-Lei nº 794/1938 (Brasil, 1938).⁶⁶

Essa guinada, em busca da maior proteção ambiental criou um caráter preservacionista na política ambiental brasileira e ainda tinha abordagens pouco sistêmicas, normalmente focando em alguns aspectos do meio-ambiente como florestas ou águas, sendo chamada por alguns autores como “política da administração dos recursos naturais” Nesse sentido:

Mediante a urgência pela industrialização, o início das ações governamentais em políticas ambientais no País foi caracterizado pela adoção de uma série de códigos e medidas administrativas. Estas, tinham por objetivo racionalizar o uso e a exploração dos recursos naturais, configurando-se em políticas públicas setoriais que regulamentavam o acesso e a apropriação desses recursos (Sánchez, 2008a). Em caráter suplementar, a estratégia também procurou definir áreas de preservação ambiental.⁶⁷

E complementando:

A política de “administração dos recursos naturais” ainda refletia uma visão de sistema econômico pouco integrado com as questões ambientais. Ou seja, as potencialidades e restrições naturais não eram adequadamente consideradas nas decisões relacionadas à produção com vistas no longo prazo. A julgar pela opção de desenvolvimento baseada em uma industrialização voltada à exploração intensiva de

⁶⁵ BORGES, et al. **Evolução da Legislação Ambiental no Brasil**. Revista em Agronegócios e Meio Ambiente, v.2, n.3, p. 447-466, set./dez. 2009 - ISSN 1981-9951

⁶⁶ MOREIRA, et al. **A evolução da legislação ambiental no contexto histórico brasileiro**. Research, Society and Development, v. 10, n. 2, e14010212087, 2021 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12087>

⁶⁷ FERREIRA & SALLES. **Política Ambiental Brasileira: Análise Histórico-Institucionalista Das Principais Abordagens Estratégicas**. Revista de Economia, v. 43, n. 2 (ano 40), mai./ago. 2016

recursos naturais não renováveis, especialmente minério de ferro e petróleo. Estratégia estas, notadas tanto na primeira industrialização promovida no governo de Getúlio Vargas, como na gestão de Juscelino Kubitschek nos anos 1950 – quando o governo estipulou metas físicas envolvendo o aumento da produção de combustíveis fósseis e produtos primários, por exemplo (Orenstein; Sochaczewski, 2014). Percebeu-se mais tarde que, além de deletério ao meio ambiente, o desenvolvimento industrial promovido no Brasil neste período, bem como em toda a América Latina, não produziu o efeito esperado em relação à redução da dependência externa, nem conseguiu obter capacidade de crescimento sustentado – apesar de ter promovido uma diversificação importante da estrutura produtiva desses países.⁶⁸

É nesse momento que vemos uma das falhas principais tanto da questão da abordagem cepalina quanto da ideologia desenvolvimentista. A industrialização, por si só, não basta para que as amarras da dependência sejam rompidas, é necessário todo um projeto nacional de emancipação social e econômica do pacto colonial. Em outras palavras, toda abordagem de desenvolvimento deve ser sistêmica quanto à produção e infraestrutura do país e quanto aos seus recursos naturais.

Além disso, tentar romper as amarras da dependência é também enfrentar um certo “establishment internacional” dos países que se beneficiam com essa situação. Assim, uma política industrial não pode ser feita sem levar em consideração a totalidade econômica, social e política. Inclusive, essa desconsideração acaba por levar o Brasil ao golpe militar e, durante todo esse período, de mais subordinação aos interesses estrangeiros.

Agora, passaremos a analisar quais foram os efeitos da tomada de poder dos militares para o desenvolvimento econômico, para a dependência econômica e para a política ambiental no Brasil. Antes de passarmos ao próximo item, deixamos o leitor com alguns dados desse período.

	1945	1963
PIB ⁶⁹ (em milhões de reais ⁷⁰)	54.120	185.295
População ⁷¹	45.592.012	76.168.814
Taxa de Analfabetismo da	50.6 % ⁷³	39.7% ⁷⁴

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/contas-nacionais>

⁷⁰ O valor do real utilizado é o de 1999 por ser o valor de referência utilizado nos registros do IBGE.

⁷¹ Idem.

⁷³ Referência do ano de 1950 por ter sido a década contemplada na pesquisa citada.

⁷⁴ Referência do ano de 1960 por ter sido a década contemplada na pesquisa citada.

População ⁷²		
Expectativa de Vida (em anos) ⁷⁵	48 ⁷⁶	52,5 ⁷⁷
Emissões de CO2 (toneladas métricas per capita) ⁷⁸	0.14	0.71

2.2 Anos de Chumbo e de aprofundamento da dependência (1964-1988)

O período militar não pode ser compreendido fora de suas origens internas e externas. Os militares sempre foram atores políticos extremamente ativos em todos os períodos da história brasileira. Porém, não havia até então tomado o poder para si, tendo preferido, na maioria das vezes, circundar o poder pelos diversos líderes políticos de esquerda e de direita que necessitavam de seu apoio. Essa mudança tem ligação direta com a mudança da ideologia das forças armadas nesse período que assume uma característica de contra-insurreição⁷⁹.

A própria função contra revolucionária que as forças militares assumem explica a ideologia inicial do regime. No governo Castelo Branco (1964-1966), o discurso oficial ainda era o de que os militares apenas estavam "restabelecendo a ordem no país" para depois devolvê-lo à um governo civil⁸⁰. É neste momento que, no aspecto econômico, com a direção de Roberto Campos, o regime adota uma política extremamente rigorosa de recuperação:

- Em primeiro lugar, uma violenta contenção dos salários, os quais perderam aproximadamente 45% do seu valor de compra num curto período. Com isso se elevou imediatamente a margem de lucro das empresas em geral.
- Em segundo lugar, uma violenta contenção dos créditos estatais, que paralisou as inversões especulativas e quebrou grande parte das empresas tecnologicamente atrasadas e financeiramente mal administradas, assim como as pequenas empresas. Diminuíram assim a circulação financeira e as pressões inflacionárias.
- Em terceiro lugar, aumentou a arrecadação fiscal com um forte aumento dos impostos, uma racionalização da imposição, um aumento da repressão sobre as enormes evasões e, por fim, a adoção de mecanismos de revisão anual das dívidas ao Estado segundo o índice de aumentos de preços, que não permitiam aos devedores mais manhosos aproveitar-se da inflação. Esta técnica se expandiu posteriormente e assumiu o nome de correção monetária. Ela se complementou com a modernização

⁷² BRAGA, A. C.; MAZZEU, F. J. C. O analfabetismo no Brasil: lições da história. Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, p. 24-46, 2017. DOI: 10.22633/rpge.v21.n1.2017.9986. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9986>. Acesso em: 2 maio. 2022.

⁷⁵ Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/23200-em-2017-expectativa-de-vida-era-de-76-anos.html>

⁷⁶ Referência do ano de 1950 por ter sido a década contemplada na pesquisa citada.

⁷⁷ Referência do ano de 1960 por ter sido a década contemplada na pesquisa citada.

⁷⁸ Disponível em: <https://ourworldindata.org/co2/country/brazil>

⁷⁹ DOS SANTOS, Theotonio. Op Cit, p. 122-123

⁸⁰ Posição que se demonstrava cada vez mais improvável com a sucessão de Atos Institucionais (AI) que foram editados nesse período, em especial o AI-4 que revogou a Constituição de 1946

do serviço público através da demissão de pessoal e racionalização de funções. Conseguiu assim regularizar num período relativamente curto, tratando-se de uma economia capitalista, a dívida pública.

-Em quarto lugar, foi imposta uma política cambial cujo objetivo era aumentar as exportações (com poucos resultados imediatos, mas melhores a médio prazo) e, sobretudo, diminuir as importações, que se faria possível devido a recessão ocorrida no período, que diminuiu o consumo de produtos importados.⁸¹

Como se pode imaginar, essas políticas optaram por “salvar” a economia às custas das classes menos favorecidas e da própria classe média que apoiou o regime. As taxas de lucro das grandes empresas decolam em razão da diminuição drástica de salários e a quebra das pequenas e médias empresas favorece os grandes conglomerados econômicos.

Com o seu sucessor, Costa e Silva (1966-1968), logo foi demonstrada a verdadeira intenção do setor militar mais conservador. Com o crescimento de movimentos estudantis contra o regime e o episódio que ocorreu com o deputado Márcio Moreira Alves⁸². O governo militar optou por editar o Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968, com isso se intensifica o seu caráter centralizador e autoritário.

Contudo, o modelo econômico seguido por Castelo Branco permaneceu o mesmo e apenas foi adaptado pelo governo que sucedeu Costa e Silva, Médici (1969-1974). Isso dá luz ao que é chamado pelos economistas e historiadores de “Milagre Econômico Brasileiro”, onde o Produto Interno Bruto (PIB) chegou a níveis extremamente elevados. Contudo, não podemos usar o PIB como único referencial para o desenvolvimento, pois ele apenas indica a produção de um país.

Além disso, é necessário analisar como essa produção se desenvolveu e como isso afetou a autonomia nacional no que se refere à dependência. É nesse sentido que podemos afirmar que, conforme os autores da TMD, houve na verdade uma intensificação da dependência e um reforço das antigas relações econômicas na cidade e no campo. Quanto a questão rural e a abordagem da ditadura quanto as antigas oligarquias agrárias, Theotonio indica:

Passemos a analisar a política econômica que seguiu a ditadura neste sentido. É necessário assinalar primeiramente que ela atuou com grande eficiência e ampla visão das necessidades do sistema, que lhe cabia defender e ampliar, e isto a inscreve no marco geral de um regime modernizador, que confunde muitos teóricos e analistas. Poucos brasileiros entenderam, em 1964, o significado real deste regime. Não se tratava de um regime que viesse defender as velhas oligarquias agrário-exportadoras aliadas do velho imperialismo. Pelo contrário, a ditadura militar, apesar de que salvava estas classes de um movimento reformista que as tinha como principais inimigos, e

⁸¹ SANTOS, Theotonio dos. Ob. Cit., p. 131-132.

⁸² O deputado em questão fez um discurso contra o regime, os militares então pediram a quebra de sua imunidade parlamentar, exigência que não foi atendida pelo Congresso, fato que intensificou as divergências entre o legislativo e o executivo.

lhes oferecia um caminho de readaptação forçada, propunha-se, ao mesmo tempo, modernizar a estrutura econômica, social e política do capitalismo brasileiro, de maneira a abrir caminho para o grande capital monopólico internacional e nacional. Sua violência e sua política de força não se baseavam em caudilhos e nas desmoralizadas e estreitas forças paramilitares do velho latifúndio, apesar de tê-las utilizado politicamente. A ditadura modernizou, tecnicizou e aperfeiçoou os órgãos policiais e as forças armadas segundo os princípios e as tendências do aparelho burocrático do Estado monopolista contemporâneo.⁸³

E complementa:

Apesar de seu caráter modernizador, a ditadura não pôde ocultar entretanto sua essência contrarrevolucionária. Isto se revela, por exemplo, no conteúdo de sua política agrária. Ao não atacar o latifúndio em suas raízes, não conseguiu criar um mercado rural. O que conseguiu foi somente ampliar parte deste mercado, prosseguindo a obra do período Kubitschek, com a expansão das fronteiras agrícolas nos Estados selváticos do Brasil (Mato Grosso, Goiás e a região amazônica). Mas, ao não mudar as relações de produção, nem sequer as formas de propriedade agrícola, não conseguiu e não conseguirá criar uma massa assalariada suficientemente significativa para sustentar um aumento generalizado do consumo. Pelo contrário, a política de modernização dos grandes latifundiários provoca uma expulsão da mão-de-obra muito superior ao que pode ser absorvido nas regiões de nova fronteira e pelos centros urbanos que se expandem descontroladamente.⁸⁴

Em outras palavras, houve uma modernização da forma com que a empresa rural se relacionava com o mercado exterior, mas isso não foi acompanhado de uma mudança nas estruturas de poder que esses setores tinham e nem de uma medida de mitigação da exploração do camponês e do êxodo rural. Sobre a economia nacional como um todo, pode-se afirmar que:

[...] o mercado brasileiro sofreu uma verdadeira revolução em quatro anos, integrando-se no mercado financeiro mundial e convertendo o país em mais um peão a mais de uma economia financeira mundial altamente sensível. [...] O que se chamou de “Milagre Brasileiro” ou “Modelo Brasileiro” estava fundamentado na constatação de que o capitalismo dependente pode encontrar mercado para seus produtos além de seus próprios trabalhadores, criadores da riqueza do país. Ainda que este crescimento se fizesse às custas de nossa independência e soberania, das liberdades mais elementares, através da mais profunda miséria do povo, do aumento da exploração sobre seus operários e da criação de um gigantesco aparelho repressivo para sustentá-lo, durante um período foi apontado como a solução ideal para o subdesenvolvimento.⁸⁵

Diante disso, neste momento, cabe a nós realizar uma breve análise crítica do que significa o “Milagre Econômico Brasileiro” para um país dependente como o Brasil. Muito se fala sobre a necessidade dos países em desenvolvimento se abrirem para o mercado internacional e para uma quase submissão política e econômica ao capital estrangeiro e às multinacionais visando a industrialização do país. Inclusive, Fernando Henrique Cardoso e, até certo ponto, a Cepal, acabam sendo adeptos de que o Brasil precisava dessa industrialização a

⁸³ Idem, p. 137-138

⁸⁴ Idem, p. 138-139.

⁸⁵ DOS SANTOS, Theotonio. Op cit, p. 136

qualquer custo.

Contudo, é nesse momento em que a TMD se diferencia dos demais, através da análise concreta do desenvolvimento das forças produtivas do Brasil neste período, Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra puderam ver que o suposto desenvolvimento econômico que ocorreu no “Milagre”, apenas agravou a dependência econômica e, conseqüentemente, agravou a situação da autonomia econômica nacional. Os principais aspectos que precisam ser analisados podem ser resumidos nos seguintes pontos:

- O “Milagre” apenas tornou possível o crescimento econômico por um curto período de 7 anos, que foi seguido por um período de 6 anos de recessão;
- Esse próprio crescimento podia ser resumido basicamente em um aumento do PIB e dos lucros das grandes empresas. Conforme mencionamos ao longo deste capítulo, o desenvolvimento não pode ser medido pelo crescimento se o mesmo não contribui para o desenvolvimento da sociedade como um todo;
- A queda gigantesca dos salários e o prejuízo sofrido pelas empresas pequenas e médias apenas confirmou que o resultado final do “Milagre” foi fortalecer os monopólios e o poder das multinacionais;
- A ideia de que é possível desenvolvimento no subdesenvolvimento foi comprovada. Contudo, conforme as próprias teses da TMD, esse desenvolvimento apenas ajudou a manter a situação de dependência econômica

Agora passamos a analisar quais foram as medidas tomadas quanto ao quesito de sustentabilidade durante o regime. Na década de 60, começam a se criar novas iniciativas legislativa em matéria ambiental, sobre isso:

Em meados da década de 1960, foram publicadas várias legislações, como: em 1964 o Estatuto da Terra, o código florestal em 1965 (em substituição ao anterior de 1934), a lei da proteção à fauna, o código de pesca e o código de mineração em 1967. Ainda em 1967 foi criado o Conselho Nacional de Saneamento, vinculado ao ministério do interior. E em janeiro de 1968, o código nacional de trânsito trouxe regras importantes sobre: uso de veículos, instrumentos que diminuam ou impeçam a poluição do ar (Borges et al., 2009; Milaré, 2018). Ainda nessa década, no ano de 1966, a Lei nº 5.106 (Brasil, 1966) trouxe um olhar peculiar da legislação ambiental para as empresas e gestores municipais quando concedeu benefícios e incentivos às empresas e municípios que investem nas ações socioambientais e culturais.⁸⁶

Contudo, é com a década de 70 que a preocupação mundial com o tema começa a crescer, principalmente com a Conferência de Estocolmo ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, onde a ideia do embate entre desenvolvimento e meio ambiente

⁸⁶ MOREIRA, et al.;Ob. Cit.

aparece de maneira mais robusta. Com isso, esse tema começa a ser debatido intensamente no cenário nacional, porém ainda com iniciativas legislativas de foco isolado:

Num segundo momento, a fase fragmentária, o legislador - agora já preocupado com largas categorias de recursos naturais mas ainda não com o meio ambiente em si mesmo considerado- impôs controles legais às atividades exploratórias. A recepção incipiente da degradação do meio ambiente pelo ordenamento operava, no plano ético, pelo utilitarismo (tutelando somente aquilo que tivesse interesse econômico) e, no terreno formal, pela reducionismo, tanto do objeto (o fatiamento do meio ambiente, a ele ainda se negando, holisticamente, uma identidade jurídica própria), como, até em consequência, do aparato legislativo. Encaixam-se aí o Código Florestal, de 1965; os Códigos de Caça, de Pesca, de Mineração, todos de 1967; a Lei da Responsabilidade por Danos Nucleares, de 1977; a Lei do Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição, de 1980 (embora traga ela elementos próprios da terceira fase); a Lei de Agrotóxicos 12, de 1989. Ainda nesse período, pelo Decreto Federal n. 73.030, de 30.10.73, foi criada a SEMA, Secretaria Especial do Meio Ambiente, subordinada ao Ministério do Interior, o que não deixa de ser curioso, já que temos aí um precedente em que a estrutura administrativa, mesmo que em caráter precursor, adianta, se ao quadro normativo especializado, que só apareceria mais adiante.⁸⁷

Porém, é nos anos 80, com a criação do III PND que a questão ambiental realmente toma forma através de uma visão holística e o direito ambiental se consolida no ordenamento jurídico nacional:

Finalmente, indicando uma (re)orientação radical de rumo, aparece a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (1981), dando início à fase holística, onde o ambiente passa a ser protegido de maneira integral, vale dizer, como sistema ecológico integrado (resguardam-se as partes a partir do todo), com autonomia valorativa (é, em si mesmo, bem jurídico) e com garantias de implementação (= facilitação do acesso à justiça). Só com a Lei n. 6.938/81, portanto, é que verdadeiramente começa a proteção ambiental como tal no Brasil, indo o legislador além da tutela dispersa, que caracterizava o modelo fragmentário até então vigente (assegura-se o todo a partir das partes). Afastando-se da metodologia de seus antecessores legislativos, a lei não só estabeleceu os princípios, objetivos e instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, como ainda incorporou, de vez, no ordenamento jurídico brasileiro o Estudo de Impacto Ambiental, instituindo, ademais, um regime de responsabilidade civil objetiva para o dano ambiental, sem falar que lhe coube conferir ao Ministério Público, pela primeira vez, legitimação para agir nessa matéria.⁸⁸

É um marco desse período a referida lei, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e criou o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (SINIMA). Essa década é marcada, também, por iniciativas internacionais de preocupação com a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável como a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, o Protocolo de Montreal, a Convenção da Basiléia

⁸⁷ BENJAMIN, Antônio Herman. Introdução ao Direito Ambiental Brasileiro. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS**, Porto Alegre, v. 2, n. 5, ago. 2014. ISSN 2317-8558. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/49540>>. Acesso em: 17 fev. 2022. doi:<https://doi.org/10.22456/2317-8558.49540>.

⁸⁸ Idem.

sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito, entre outras.

Com o fim da década de 80, o regime militar vai aos poucos perdendo apoio popular e suporte americano que começa a focar seus interesses industriais na Ásia, isso fará com que ocorra uma sucessiva redemocratização da política, graças a movimentos como o Diretas Já, que culminará na criação de uma nova assembleia constituinte e na promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), cujos efeitos econômicos e ambientais serão analisados no capítulo a seguir. Por fim, deixamos o leitor mais uma vez com os dados do período.

	1964	1988
PIB ⁸⁹ (em milhões de reais ⁹⁰)	191.595	784.737
População ⁹¹	78.414.141	139.280.140
Taxa de Analfabetismo da População ⁹²	39,7 % ⁹³	19.7% ⁹⁴
Expectativa de Vida (em anos) ⁹⁵	52,5 ⁹⁶	66.9 ⁹⁷
Emissões de CO2 (toneladas métricas per capita) ⁹⁸	0.7	1.45

○ 2.3 A Nova República e o Aluno mais Dedicado do Consenso de Washington

Com a promulgação da CF/88, os ares da democracia voltam a fluir pelo Brasil.

⁸⁹ Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/contas-nacionais>

⁹⁰ O valor do real utilizado é o de 1999 por ser o valor de referência utilizado nos registros do IBGE.

⁹¹ Idem.

⁹² BRAGA, A. C.; MAZZEU, F. J. C. O analfabetismo no Brasil: lições da história. Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, p. 24–46, 2017. DOI: 10.22633/rpge.v21.n1.2017.9986. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9986>. Acesso em: 2 maio. 2022.

⁹³ Referência do ano de 1960 por ter sido a década contemplada na pesquisa citada.

⁹⁴ Referência do ano de 1990 por ter sido a década contemplada na pesquisa citada.

⁹⁵ Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/23200-em-2017-expectativa-de-vida-era-de-76-anos.html>

⁹⁶ Referência do ano de 1960 por ter sido a década contemplada na pesquisa citada.

⁹⁷ Referência do ano de 1990 por ter sido a década contemplada na pesquisa citada.

⁹⁸ Disponível em: <https://ourworldindata.org/co2/country/brazil>

Contudo, o cenário internacional que o país encontrou era muito diferente daquele do início do regime militar. A China se consolidava cada vez mais como uma potência econômica em formação, assumindo, na etapa inicial de sua abertura econômica, o título de “Fábrica do Mundo”, sendo acompanhada pelos demais países asiáticos que também apresentavam uma grande presença na economia mundial.

Além disso, no cenário político mundial também houve uma grande mudança paradigmática. No final da década de 80, a União Soviética já apresentava sinais de seu iminente colapso que se consolidou no dia 25 de dezembro de 1991. Com o maior símbolo de enfrentamento ao capitalismo ocidental eliminado, a sociedade e a academia ocidental acabam por adotar ideia de que o capitalismo e, conseqüentemente, a democracia liberal seriam os modelos definitivos, e até mesmo ideais, para o desenvolvimento da humanidade. Francis Fukuyama⁹⁹, notoriamente, indicou que havíamos chegado ao fim da história e que não haveria mais modelos de desenvolvimento capazes de concorrer com os ocidentais. Conforme indicou Mark Fisher, tornou-se mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo¹⁰⁰.

Esse novo paradigma é mais bem exemplificado pelo surgimento do chamado Consenso de Washington e a expansão global da ideologia neoliberal pelo mundo. Essa política é explicado pelos professores Gilberto Bercovici e José Augusto Fontoura Costa da seguinte forma:

A aplicação das teses neoliberais na América Latina foi imposta pelo chamado “Consenso de Washington”, um programa de dez instrumentos de política econômica e fiscal sintetizado pelo economista John Williamson: disciplina fiscal, reordenação e controle rígido dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização das taxas de juros, liberalização das taxas de câmbio, liberalização do comércio, liberalização dos investimentos estrangeiros, privatização de empresas estatais, desregulação econômica e garantias efetivas aos direitos de propriedade. O apoio das elites brasileiras às políticas neoliberais do “Consenso de Washington” gera o paradoxo, segundo José Luís Fiori, de um discurso liberalizante proveniente dos grandes beneficiários da “ineficiência” estatal. Ao fazerem isso, confundem a reforma do estado com a simples redução do tamanho do setor público, destruindo o aparato estatal e abandonando a perspectiva de internalização dos centros de decisão econômica pela associação subordinada ao mercado internacional.¹⁰¹

A adesão quase irrestrita do Brasil a essa série de instrumentos faz com que ele se torne “o melhor aluno do Consenso de Washington” seguindo muitas das políticas do FMI e do Banco Mundial indo na direção contrária até mesmo da CF/88. Afirmamos isso pois a

⁹⁹ FUKUYAMA, Francis. *The end of history and the last man*. Free Press; Maxwell Macmillan Canada; Maxwell Macmillan International, 1992.

¹⁰⁰ FISHER, Mark. *Capitalist Realism: Is There No Alternative?* Zero Books, 2009.

¹⁰¹ BERCOVICI & COSTA. **Nacionalização: necessidades e possibilidades**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021, p. 25

Constituição atual é definida como uma Constituição de Caráter Dirigente, impondo-se uma série de medidas para a transformação da ordem social e econômica, reconhecendo as desigualdades da população brasileira e determinando como seu objetivo a sua superação¹⁰². Em outras palavras, se trata de uma Constituição Econômica de caráter, ideologia e rigor científico extremamente claros, cujos objetivos de “endogeneização do desenvolvimento tecnológico e a internalização dos centros de decisão econômicos” se inspiraram diretamente nas teses da Cepal de planejamento estatal para superação do subdesenvolvimento.

Autores como os já citados Gilbertos Bercovici e José Augusto Fontoura Costa, assim como um dos fundadores do Direito Econômico no Brasil, Washington Peluso Albino de Souza, concordam que o caráter econômico da CF/88 é de uma constituição que busca a formação de um forte estado social em busca a efetivar os direitos previstos nela. Posição essa que é totalmente contrária ao proposto pelo Consenso de Washington.

Contudo, nem mesmo as teses de planejamento e industrialização da Cepal, que nem são tão radicais quanto às propostas pela TMD, foram cumpridas pelo estado brasileiro. A adesão ao Consenso de Washington faz um ataque direto ao setor público, precarizando-o e tornando a atuação e intervenção do estado na economia quase um “pecado” que só poderia ser “perdoado” com mais medidas de austeridade fiscal. Isso, nada mais é do que uma nova forma de agravamento da dependência econômica controlada pelo capital estrangeiro, conforme indica Chossudovsky:

Em outras palavras, uma nova “divisão triangular de autoridade” surgiu, baseada na estreita colaboração entre o FMI, o Banco Mundial e a OMC para “vigiar” a política econômica dos países em desenvolvimento. Sob a nova ordem do comércio (que surgiu da conclusão da Rodada Uruguai, em Marrakesh, e da criação da OMC em 1995), a relação entre as instituições sediadas em Washington e os governos nacionais foi redefinida. A imposição das prescrições políticas do FMI-Banco Mundial deixou de depender apenas dos acordos de empréstimos de nível nacional (que não são documentos “geradores” de obrigação legal”). Muitas das cláusulas do PAE (por exemplo, a liberalização do comércio e o regime de investimento estrangeiro) foram inseridas de forma permanente nos artigos do acordo da OMC. Esses artigos têm servido de base para “controlar” países (e impor “condicionalidades”) de acordo com a lei internacional.¹⁰³

E complementa:

O mesmo cardápio de austeridade orçamentária, desvalorização, liberalização do comércio e privatização é aplicado simultaneamente em mais de cem países devedores. Estes perdem a soberania econômica e o controle sobre a política monetária e fiscal; seu Banco Central e Ministério da Fazenda são reorganizados (frequentemente com a cumplicidade das burocracias locais); suas instituições são anuladas e é instalada uma “tutela econômica”. Um “governo paralelo” que passa por cima da sociedade civil é estabelecido pelas instituições financeiras internacionais

¹⁰² STRECK, Lenio. **Verdade e Consenso**. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 126

¹⁰³ CHOSSUDOVSKY, Michel. Op Cit, p. 28.



(IFIs). Os países que não aceitam as “Metas de Desempenho” do FMI são colocados na lista negra.¹⁰⁴

Por fim, o referido autor indica que essa forma de “controle”, principalmente pela dívida externa, tem como objetivo a aquisição de ativos e a propriedade de setores estratégicos das economias em desenvolvimento:

O ajuste estrutural constitui um meio de aquisição do ativo real dos países endividados através de um programa de privatização, bem como de cobrança das obrigações do serviço da dívida. A privatização das empresas estatais está sempre vinculada à renegociação da dívida externa do país. As paraestatais mais lucrativas são assumidas pelo capital estrangeiro ou por *Joint-Ventures* frequentemente em troca da dívida. O produto dessas vendas é depositado no Tesouro e canalizado para os Clubes de Londres e Paris. O capital internacional obtém o controle e/ou a propriedade das empresas estatais mais lucrativas a um custo muito baixo. Além do mais, quando um grande número de países endividados estão negociando suas empresas públicas ao mesmo tempo, o preço do ativo estatal cai. Em alguns países, as propriedades dos setores estratégicos (por exemplo, petróleo, gás, telecomunicações) e dos serviços públicos estão na Constituição como exclusivamente do Estado. A privatização desses setores pode exigir, como no caso do Brasil, uma Emenda Prévia da Constituição.¹⁰⁵

A soberania nacional está sempre em constante ameaça no novo mundo globalizado. O capital dos países centrais luta com seus lobbys e coligações para cada vez mais concentrar os recursos naturais dos países dependentes. Isso ocorre, pois é inerente ao sistema de produção capitalista a incessante busca pelo excedente econômico e, com a escassez cada vez maior de recursos, isso tem se tornado cada vez mais insustentável. Com a falta de recursos no centro global, a periferia volta mais uma vez a seu papel de colônia de exploração, apenas, agora, com mais etapas para esse processo.

A própria hegemonia americana, apoiada fortemente no seu poderio bélico e no dólar como moeda de reserva mundial, fez com que muitos governos se tornassem subservientes aos mandos e desmandos de Washington e o Brasil não foi exceção.

Com a crise desenfreada causada pela hiperinflação do fim do regime militar, os governos Sarney e Collor tentaram sem sucesso estabilizar os preços por meios de planos de congelamento de preços (como o Plano Cruzado e o Plano Collor) que acabaram sequer conseguindo efetivar suas medidas. Porém, é com o governo Itamar e o Plano Real que a adesão do Brasil ao Consenso de Washington começa e seus efeitos iriam vir a afetar todos os próximos governos.

O Plano Real consistia em uma medida de estabilização da inflação por meio da criação de uma nova moeda e não de um novo congelamento de preços. Sobre isso, o professor Edmar

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ CHOSSUDOVSKY, Michel. Op Cit, p. 55.

L. Bacha explica:

O sucesso inicial do Plano Real demonstrou na prática o acerto das proposições teóricas que o sustentavam: que era preciso, antes de mais nada, deixar patente que o governo poderia equilibrar suas contas sem o auxílio da corrosão dos gastos orçamentários propiciada pela inflação; que a conversão dos salários e outros contratos, de cruzeiros reais, para uma unidade de conta indexada diariamente (a urv), não necessariamente levaria a uma aceleração da inflação em cruzeiros reais, desde que as conversões fossem feitas pela média; e que a inflação poderia, por meio de uma reforma monetária, ser trazida para próximo de zero instantaneamente, de forma pré anunciada, sem confiscos de ativos financeiros, nem congelamentos de preços e salários. Um dos principais problemas era a discrepância entre o aumento dos salários nominais, determinado pelas regras da política salarial, e a apreciação da moeda doméstica, determinada pelo curso das políticas cambial e monetária. Os salários foram convertidos em URV, em março de 1994, pelas médias reais dos quatro meses anteriores. Essas médias, entretanto, foram calculadas nos dias de pagamento, e não nos dias médios de dispêndio. Isso implicava um ganho no poder de compra dos salários, pós-Real, equivalente ao imposto inflacionário que antes os corroía, em cruzeiros reais, entre o dia de recebimento e o dia médio de dispêndio.¹⁰⁶

Contudo, a efetiva valorização da nova moeda Real em relação ao dólar causava um grave problema ao longo prazo, a vinculação da “soberania monetária nacional” às flutuações do dólar. Além disso, o Plano Real propôs, junto com a nova moeda, uma série de medidas de austeridade (corte de gastos públicos, privatizações, etc) que “preparam o terreno” para a efetivação do Consenso de Washington no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

O governo FHC marca o momento em que as medidas fiscais do Consenso de Washington começam a se tornar a regra e não a exceção na política econômica brasileira. O seu sintoma mais claro foram as privatizações em massa de empresas públicas com objetivo de reduzir o tamanho da máquina pública, substituindo uma política de industrialização (no viés cepalino) por uma política extrativista-exportadora. Nesse sentido:

A América Latina reverteu, então, sua estratégia de desenvolvimento, regredindo da industrialização por substituição de importações para exportações de produtos primários, aproveitando-se de uma elevação dos preços internacionais daqueles produtos agrícolas ou minerais. Com preços internacionais favoráveis, os países latino-americanos aceleraram seu processo de crescimento baseado na primarização ou reprimarização das exportações. No Brasil, por exemplo, a política de exploração dos recursos minerais e energéticos foi desestruturada nos anos de 1990, com o processo de privatização, cuja principal polêmica se deu em torno da venda da Companhia Vale do Rio Doce, em 1997. Com a decisão de privatizar a Companhia Vale do Rio Doce, o Governo Fernando Henrique Cardoso ignorou o papel que a empresa tinha no desenvolvimento regional do país. A Companhia Vale do Rio Doce tinha capacidade autônoma de atrair investimentos e parcerias, além de ser internacionalmente competitiva. A sua política não era exclusivamente voltada à mineração e exportação, mas também articula espacialmente as várias áreas abrangidas por sua atuação, sendo, na expressão de Maria da Conceição Tavares, um

¹⁰⁶ BACHA, Edmar. **Plano Real: uma segunda avaliação**. In: O Plano Real e outras experiências internacionais de estabilização. — Brasília: ipea/cepal, 1997, p. 179-180 Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1541/S3395B81P.pdf?sequence=1>

FHC, como criador da teoria original da dependência, via na adesão ao Consenso de Washington um meio de incentivar o investimento estrangeiro no país. Conforme vimos nos capítulos iniciais desta pesquisa, a Teoria da Dependência acreditava que o melhor meio para a superação da dependência seria a abertura econômica para as multinacionais e os capitais do mundo inteiro. Contudo, como a própria TMD já alertava, a inserção desregulada do capital estrangeiro tem o efeito exatamente oposto.

As próprias privatizações desse período já deixavam claro que a verdadeira intenção do capital estrangeiro não era diminuir a “máquina pública ineficiente”, mas sim encontrar meios de controlar setores chaves das economias dependentes. Assim, era consolidado um pacto neocolonial, onde o país dependente (assim como a colônia) tinha sua política econômica moldada para atender os interesses do país central (assim como a metrópole), determinando uma política brasileira de exportação de produtos primários e importação de produtos industrializados dos países centrais.

Essa política de subordinação ocorre até os dias de hoje, apesar dos avanços sociais realizados pelos governos FHC (1995-2003) e Lula (2003-2011), pois a lógica da política econômica brasileira permaneceu a mesma. Muitos intelectuais brasileiros viram os dois governos Lula (e até certo ponto o primeiro governo Dilma (2011-2014) como uma “Revolução Social” devido aos diversos programas sociais baseados no crescimento econômico pelo consumo¹⁰⁸. Contudo, aos nossos olhos, existem três problemas cruciais nas políticas realizadas neste período:

- O cerne do capitalismo dependente brasileiro não foi alterado. As políticas monetárias, financeiras e econômicas permanecem a serviço de uma estratégia de desenvolvimento agrário-exportadora. Em outras palavras, seguimos exportando matéria-prima e importando produtos industrializados sendo isso benéfico apenas aos países centrais a quem não interessa uma competição com as suas indústrias (como fazem Coréia do Sul e China, por exemplo);
- A referida estratégia de desenvolvimento é extremamente dependente de uma expansão constante da fronteira agrícola brasileira. Isso, diferente do que

¹⁰⁷ BERCOVICI & COSTA. **Nacionalização: necessidades e possibilidades**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021, p. 36-37.

¹⁰⁸ Consiste, basicamente, na ideia de que, através do aumento da renda média das classes médias e baixas, o aumento do consumo de produtos em geral (carros, casas, etc.) por parte da população poderia alavancar a economia brasileira.

aconteceria com um setor industrial desenvolvido, acaba por aumentar o desemprego pois o setor agropecuário é extremamente mecanizado e invés de gerar empregos acaba por tirá-los, como acontece com a população que depende da agricultura familiar que ou perder suas terras pela concorrência ou tem suas terras compradas a preços ínfimos pelo agronegócio¹⁰⁹;

- Os programas sociais realizados apenas contribuíram para um pequeno *boom* em alguns setores na economia (como no caso do setor de construção civil), isso ocorre pois medidas necessárias, como a tentativa de efetivar o pleno emprego¹¹⁰ no Brasil, acabaram sendo descartadas por medidas sociais paliativas que foram rapidamente revertidas por governos posteriores.

Esses problemas acabaram sendo agravados com o governo Temer (2016-2019), que substituiu Dilma no meio de seu segundo mandato em razão do impeachment, que pôs em prática uma série de políticas de corte de gastos e privatizações que apenas foram continuadas no governo posterior.

No aspecto ambiental, a CF/88 trouxe um novo modo de pensar o meio-ambiente no ordenamento jurídico por ter elevado a sua tratativa ao nível constitucional. O seu artigo 225, prescreve:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público: [...]
IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; [...]

Esse artigo, segundo autores como Monosowski, indica uma nova abordagem da política ambiental brasileira, primeiro por determinar a preocupação com as futuras gerações, dando um caráter de desenvolvimento sustentável ao longo prazo, e por fim, ao determinar o estudo prévio de impacto ambiental, mostrava seu caráter conservacionista. Nesse sentido:

Monosowski (1989) destaca o caráter conservacionista da Carta Magna, especialmente por enfatizar aspectos de restrição ao uso de determinados recursos e espaços, e pouco elaborados quanto à utilização das potencialidades naturais para o desenvolvimento. A autora ressalta também a manutenção do diacronismo em relação às políticas de desenvolvimento. As medidas propostas não visavam orientar o

¹⁰⁹ Apesar das promessas realizadas pelos governos Lula e Dilma, a reforma agrária nunca foi efetivamente realizada no Brasil.

¹¹⁰ Não definimos como medidas de pleno emprego o incentivo a setores de empregabilidade temporária, como o caso do setor civil, e nem incentivos aos chamados subempregos em que a população desempregada acaba sendo forçada a “empreender” vendendo sua força de trabalho por meios informais como os aplicativos de entrega e serviços.

planejamento econômico, constituindo-se numa reação aos seus efeitos. Na ocasião, já se identificavam problemas nos procedimentos do licenciamento ambiental, pelo fato desse instrumento retardar a avaliação de impacto para um momento quando as decisões já teriam sido tomadas, expondo sua limitação enquanto ferramenta de planejamento.¹¹¹

Além disso, nesse período, começa a se intensificar a criação de legislações visando a responsabilização pelo dano ambiental. Sobre isso:

Em 1998, é aprovada a Lei de Crimes Ambientais no Brasil, uma das mais avançadas do mundo. Condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente passam a ser punida civilmente (ressarcimento pecuniário, prestação de serviço e execução judicial), administrativamente (multas) e penalmente (dolo ou de culpa do agente causador). Espera-se com esta lei que órgãos ambientais e ministério público possam contar com um instrumento a mais que lhes garantem agilidade e eficácia na punição dos infratores do meio ambiente. O diploma também inova ao tornar realidade a promessa constitucional de se incluir a pessoa jurídica como sujeito ativo do crime ambiental. Essa lei altera profundamente a tipificação de condutas em matéria de Direito Penal ambiental, tal como a desobediência à legislação ambiental, com graduações adequadas a cada infração.¹¹²

As duas últimas décadas também foram marcadas por uma maior preocupação com a proteção do meio-ambiente para as futuras gerações, principalmente em decorrência do aquecimento global. Isso fez com que o Brasil participasse mais ativamente em iniciativas internacionais sobre o tema, adotando metas e estratégias para o desenvolvimento sustentável consideráveis, como no caso da conferência das Partes (COP 21) das Nações Unidas sobre mudança do clima, onde “o Brasil chega à reunião como o único país em desenvolvimento a se comprometer com a redução absoluta das emissões de gases de efeito para conter o aquecimento global, cujas metas são 37% até 2025 e 43% até 2030”¹¹³. Porém, na contramão desses compromissos, o Brasil permanece até os dias de hoje com uma política de desenvolvimento incapaz de superar o subdesenvolvimento e, conseqüentemente, de efetivar um desenvolvimento sustentável.

Definir o país como o aluno mais dedicado do consenso de Washington, apesar de agir como uma alegoria para dar nome a este subitem desta pesquisa, acaba por se tornar um desanimador diagnóstico de como a política economia do país tem sido abordada. Se afastando cada vez mais das perspectivas radicais de desenvolvimento da TMD e até mesmo das moderadas como as da Cepal. O que nós vemos é um país entregue a uma política extrativista e agroexportadora, onde ocorre um grave processo de desindustrialização¹¹⁴ mas cujos danos

¹¹¹ FERREIRA & SALLES. Ob. Cit.

¹¹² MOREIRA, et al. Ob Cit.

¹¹³ Idem

¹¹⁴ Sobre isso, recomendamos a leitura do trabalho de Paulo César Morteiro: MORCEIRO, Paulo César. **Desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011: abordagens e indicadores**. São Paulo:

são escondidos por um dito crescimento econômico¹¹⁵ causado pelo moderno agronegócio.

Muitos dos críticos da TMD acabam por argumentar que o próprio crescimento econômico que o Brasil teve nesse último século graças ao agronegócio é um indicativo de que a TMD “falhou em seu diagnóstico” de que não é possível o desenvolvimento em um país subdesenvolvido.

Essa crítica é falaciosa primeiro por pressupor que a TMD tem um viés estagnacionista, ou seja, que os teóricos da dependência acreditariam que se um país permanecesse em situação de dependência ele teria uma economia estagnada e sem desenvolvimento, ou seja, com crescimento lento ou incompatível com a capacidade do país do Produto Interno Bruto (PIB). Quando, na verdade, a TMD determina que há “desenvolvimento”¹¹⁶ nos países dependentes mas esclarece que esse “desenvolvimento” apenas reforça o caráter dependente dessa economia, o que acaba por, ironicamente, agravar o próprio subdesenvolvimento.

Tamanho investimento realizado pelo estado brasileiro no agronegócio acabou por causar três graves problemas, sendo eles:

- Desindustrialização progressiva causado por um subfinanciamento do setor industrial como um todo;
- Agravamento da dependência tecnológica brasileira pois o país que não tem setores avançados de tecnologia acaba por depender de técnicas e patentes estrangeiras;
- Fragilização da estabilidade econômica brasileira pois o país é cada vez mais sujeito a ingerências da política internacional que afeta a compra e venda de commodities.

Uma política econômica voltada para uma vertente agroexportadora é uma política econômica de submissão total do país ao papel de economia dependente que, por sua própria natureza, é incapaz de romper os laços coloniais e neocoloniais que moldam a hegemonia capitalista contemporânea. A dependência econômica pavimenta o caminho para uma dependência tecnológica, científica e, no final das contas, também cultural. Um país que não é capaz de ditar os rumos de seu desenvolvimento também é incapaz de ditar o meio como lida

Cultura Acadêmica, 2012. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579833717. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109252>>.

¹¹⁵ Aqui, apesar do termo crescimento econômico ser usado, é de conhecimento geral que esse crescimento é apenas um dado numérico de aumento do Produto Interno Bruto de um país e não se relaciona com o conceito de desenvolvimento utilizado ao longo dessa pesquisa.

¹¹⁶ No sentido de desenvolvimento como apenas crescimento do PIB e outros indicadores meramente econômicos.

com a sua economia, com o seu meio-ambiente e com o seu povo, fazendo com que (com a ajuda de mais uma alegoria) o estado nacional se torne anêmico de forma a agonizar todos os aspectos políticos, sociais, econômicos e, principalmente, humanos que o formam.

Estudar o desenvolvimento brasileiro é estudar como o aluno mais dedicado do consenso de Washington aplicou cegamente a doutrina de como aprofundar a sua própria dependência. Em outras palavras, estudar o desenvolvimento brasileiro é estudar o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Pela última vez nesta parte da pesquisa, deixamos o leitor com os dados sobre este período.

	1989	2020
PIB ¹¹⁷ (em milhões de reais ¹¹⁸)	809.534	7.400.000 ¹¹⁹
População ¹²⁰	141.714.953	212.559.409
Taxa de Analfabetismo da População ¹²¹	19.7 % ¹²²	7% ¹²³
Expectativa de Vida (em anos) ¹²⁴	66.9 ¹²⁵	76.8 ¹²⁶
Emissões de CO2 (toneladas métricas per capita) ¹²⁷	1.45	2.20

○ 2.4 Considerações Finais sobre a Parte I

Nosso objetivo com essa primeira parte da pesquisa era fazer um apanhado histórico de como, aos olhos da TMD, o Brasil tem lidado com a questão do subdesenvolvimento e suas

¹¹⁷ Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/contas-nacionais>

¹¹⁸ O valor do real utilizado é o de 1999 por ser o valor de referência utilizado nos registros do IBGE.

¹¹⁹ Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=BR>

¹²⁰ Idem.

¹²¹ BRAGA, A. C.; MAZZEU, F. J. C. O analfabetismo no Brasil: lições da história. Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, p. 24–46, 2017. DOI: 10.22633/rpge.v21.n1.2017.9986. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9986>. Acesso em: 2 maio. 2022.

¹²² Referência do ano de 1990 por ter sido a década contemplada na pesquisa citada.

¹²³ Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SE.ADT.LITR.ZS?locations=BR>

¹²⁴ Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/23200-em-2017-expectativa-de-vida-era-de-76-anos.html>

¹²⁵ Referência do ano de 1990 por ter sido a década contemplada na pesquisa citada.

¹²⁶ Disponível em: _____ em:

<https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=expectativa%20de%20vida&searchphrase=all>

¹²⁷ Disponível em: <https://ourworldindata.org/co2/country/brazil>

pretensões de superação. A república populista, além de um período conturbado da história brasileira, também representou um processo de ebulição intelectual por parte dos pensadores do desenvolvimento. Pensar a superação dessa condição se tornou não apenas uma opção, mas uma necessidade do intelectual brasileiro.

As teorias desenvolvimentistas da Cepal e a teoria da dependência de FHC e Enzo Falleto buscaram compreender historicamente o processo de desenvolvimento. Porém, na nossa compreensão, falharam em não abordar o contexto geopolítico que torna quase impossível a superação da dependência nos moldes tradicionais da reforma do estado capitalista. Muitas vezes a industrialização é considerada imperativa por essas teorias, mas sem analisar os motivos externos que impedem que essa se realize. A TMD, por outro lado, busca compreender, por meio do arcabouço teórico marxista, o desenvolvimento da formação hegemônica do capitalismo em sua história. Assim, para essa teoria, parece evidente que entender a história do chamado terceiro mundo é também entender a história do colonialismo e das cicatrizes deixadas por ele.

A colonização representa os primeiros indícios de como se dará a divisão do mundo com a evolução do capitalismo como modo de produção e de sua principal característica, a necessidade constante de expansão. Com o inevitável esgotamento dos recursos e mão de obra na Europa, as grandes potências expandiram seu domínio econômico para suas colônias que seriam fonte não apenas de matéria prima para suas indústrias, mas também de força de trabalho precarizada ou escravizada.

A situação de dependência econômica tem as suas raízes formadas nessa relação colônia-metrópole. Isso ocorre, pois a colônia estava em situação de submissão total de sua economia aos interesses da metrópole, aquela só poderia produzir e incentivar a produção de produtos de baixa complexidade que essa demandar. Com o fim do período colonial e com a reorganização do capitalismo pós-guerra, essa relação assume a mesma forma, porém com uma roupagem diferente.

A divisão do mundo em países centrais e periféricos espelha a sua formação anterior no sentido de que ainda existem países cujo capital dominante produz produtos de alta complexidade e que precisam dos commodities das antigas colônias. Porém, com a mudança da perspectiva mundial sobre o colonialismo essa relação de dominação começou a se dar por meios indiretos. As pressões econômicas e políticas expostas ao longo dessa pesquisa demonstram a falha crucial das teorias desenvolvimentistas divulgadas e aplicadas durante a república populista.

O desenvolvimento dos países dependentes vai contra os interesses dos países centrais que além de não desejarem perder suas fontes de commodities também não desejam concorrência com seus produtos industrializados. A partir do momento que o Brasil deu meros indícios de se movimentar contra o interesse majoritário dos países centrais os EUA apoiou um golpe apoiado pela burguesia nacional para que a situação de submissão ao interesse do capital estrangeiro permanecesse e fosse intensificada por meio do regime militar.

Nesse trágico período da história brasileira, foram comprovadas as percepções da TMD de que apenas uma política econômica de industrialização não bastaria para trazer a verdadeira soberania econômica ao país pois ela só poderia existir com uma radical transformação do estado nacional de forma a superar as estruturas tradicionais do capitalismo dependente. Enquanto isso não ocorrer, os países continuarão usando seu poder geopolítico e militar para minar as possibilidades de superação do subdesenvolvimento.

Além disso, o período militar também nos mostra que uma política de inserção do capital estrangeiro e de incentivo à entrada desregulada de multinacionais na economia nacional não cria por si só um desenvolvimento econômico duradouro e sequer adequado, conforme abordado em nossa pesquisa. O que se chamou de “milagre econômico” não passou de uma série de concessões para o grande empresariado, em detrimento da população, que acabou por realizar um aumento na taxa de lucro que simulou um suposto aumento no crescimento brasileiro. Esses poucos anos de “milagre” foram seguidos por uma grave recessão que apenas provou o quão simulado era este crescimento.

A redemocratização trouxe esperança para o futuro mas não sem os seus desafios iminentes. Mesmo enquanto a Constituição Federal de 1988 pregava um estado democrático de direito com uma maior atuação do estado de forma a garantir uma economia nacional voltada para o desenvolvimento, a pressão interna da classe dominante, em conjunto com a nova fase de expansão do capitalismo após o fim da União Soviética, fizeram com que a liberalização progressiva da economia colocasse em perigo até mesmo os tímidos desejos da Constituição Cidadã.

O melhor aluno do consenso de Washington se graduou com destaque e inicia a virada do século com uma economia modernizada para a dependência, tendo o agronegócio como setor com as maiores produções e incentivos por parte do estado, enquanto a indústria desfalece. Isso é complementado por um alinhamento cada vez maior com os países centrais, em especial com os Estados Unidos e os demais países centrais que se beneficiam dessa cultura de exportação de produtos de baixa complexidade e importação de produtos de alta complexidade.

Ainda, é de nossa compreensão que um país que não é capaz, por meio da superação da dependência, de estabelecer uma plena soberania econômica, jamais poderá se adaptar à necessidade contemporânea de um desenvolvimento com viés sustentável. Além das atividades agroexportadoras terem considerável potencial poluidor, também ocorre um processo citado ao longo deste trabalho como “terceirização” das atividades poluidoras, em que os países centrais transferem suas produções industriais e extrativistas para os países dependentes. Realizando um processo em que as economias centrais tornam suas economias mais “verdes” enquanto poluem os países dependentes que ficam com a fama de poluidores.

Em suma, tanto o desenvolvimento como o desenvolvimento sustentável ficam pendentes de plena efetivação enquanto a situação da dependência permanece. Essa parte do trabalho buscou mostrar as especificidades que levaram a dependência brasileira a manter o status econômico-social de subdesenvolvido do país. Sendo assim, seria possível que um país com os recursos geopolíticos e econômicos similares aos do Brasil criasse as condições para superar a dependência e, conseqüentemente, o subdesenvolvimento?

A segunda parte deste trabalho busca responder essa pergunta transferindo a análise do gigante latino-americano para o gigante asiático. Pretendemos, por meio da análise do desenvolvimento chinês, compreender se é possível que um país supere a condição de dependência mesmo com as influências dos países centrais e de seu capital. Assim como, se é possível usar o caráter predatório das multinacionais e do capital estrangeiro a favor de um país subdesenvolvido.

Esperamos, por meio dessa comparação, encerrar o trabalho com considerações palpáveis sobre os métodos de superação da dependência/subdesenvolvimento de ambos os países e o que se pode aprender com as experiências históricas em questão.

3. Parte II: Subdesenvolvimento Chinês e Três Ideias para o Desenvolvimento de uma Nação (Mao, Deng e Xi)

Um país de cinco mil anos de história não é, e provavelmente nunca será, um objeto de fácil aproximação por parte de qualquer estudioso, independentemente de sua área. Porém, quando falamos da abordagem que um estudioso do direito e, além disso, um estudioso ocidental do direito, existe uma série de precauções que devem ser tomadas ao abordar sistemas jurídicos em perspectiva comparada. Assim, iniciaremos este capítulo abordando os cuidados que são essenciais para a compreensão do direito chinês e, principalmente, da China moderna

e isso não poder ser feito sem analisar primeiramente o conceito de Orientalismo.

O autor Edward Said, em seu clássico livro sobre o tema, define o Orientalismo indicando que “O que é comumente conhecido sobre uma cultura não são verdades, mas representações (tradução nossa)”¹²⁸. Em outras palavras, muitas vezes os estudiosos ocidentais tratam o Oriente não como uma civilização mas como “O Outro”¹²⁹, ou seja, aquele que é diferente de mim e isso é basicamente o que o Orientalismo faz, ele cria um processo de objetificação e abstração do objeto de estudo, no caso o Oriente.

Essa prática foi herdada da época colonial, onde os países europeus incentivam essa abordagem tornando-se em uma área extremamente popular de pesquisa, sendo inclusive disciplina acadêmica em muitas universidades. Isso fez com que boa parte das produções acadêmicas desse período, e as que ainda viriam, fossem extremamente carregadas de uma visão eurocêntrica, onde a civilização européia era um modelo a ser seguido e tudo que desviasse dele era um exemplo de primitivismo ou barbárie¹³⁰. Basta lembrar que a origem da palavra bárbaro não vem de selvagem mas sim da palavra grega *βάρβαρος* que significa “estrangeiro”.

Sobre isso, o já mencionado autor complementa:

Minha concepção é que, sem analisar o orientalismo como um discurso, é impossível entender a disciplina enorme e sistemática por meio da qual a cultura ocidental foi capaz de gerir, e até mesmo produzir politicamente, sociologicamente, militarmente, cientificamente, ideologicamente, e com grande imaginação, o Oriente (tradução nossa).¹³¹

O primeiro cuidado que o comparativista deve ter ao abordar a China é quebrar a perspectiva paradigmática do orientalismo e para isso devemos analisar a formação jurídica chinesa sem tentar buscar similitudes com o nosso próprio direito brasileiro. O grande comparativista francês Pierre Legrand nos dá um excelente exemplo de como fazer isso ao abordar a relação do direito brasileiro com o inglês:

Interessar-se por um direito estrangeiro, portanto um direito diverso do “seu” (como se o direito pertencesse a alguém...), é para o jurista brasileiro, antes de tudo, sair do território brasileiro. É também abandonar o ambiente de pensamento jurídico brasileiro, tal como este foi organizado para ele, por exemplo, na universidade brasileira onde se formou em direito. Assim, o estudo do direito da Inglaterra lhe permite notar que é possível construir um direito sem código civil e que, portanto, a presença desse instrumento na caixa de ferramentas da regulação jurídica não é, de

¹²⁸ SAID, Edward. **Orientalism**. New York: Vintage Books, 1979

¹²⁹ Quando dizemos “O Outro” nos referimos a um termo filosófico, usado principalmente por Said, para definir uma cultura, uma pessoa, uma ideologia, como algo amedrontador e que deve ser temido. Um exemplo clássico seria como o egípcio era visto pelos ingleses.

¹³⁰ Exemplos clássicos disso são autores extremamente consagrados como Montesquieu e Hegel se referindo a China como um país condenado a barbárie por ter uma evolução jurídica diferente da europeia.

¹³¹ SAID, Edward. Ob. Cit.

forma alguma necessária. Mas significa dizer que os ingleses são incapazes de codificar seu direito? Essa ausência de código civil significa que o direito inglês é primitivo? Não e não. Os ingleses conhecem bem os sistemas jurídicos nos quais prevalecem os códigos civis. Eles sabem que nesses países, como é o caso do Brasil, eminentes juristas se declaram satisfeitos com seus códigos e não veem razão para se separarem deles. E os ingleses possuem- é preciso esclarecer isso? – as capacidades intelectuais necessárias para sistematizar seu direito sob a forma de código. A justificativa do direito inglês, desse modo, deve ser buscada em outro lugar.¹³²

Dessa forma, Legrand propõe que para entender a formação jurídica de um país é necessário compreender a formação cultural que deu forma ao direito do país estudado:

Minha tese é de que, se o comparativista brasileiro quer compreender uma questão de direito inglês, ele não pode se contentar em analisá-lo de um ponto de vista positivista. Ele deve também medi-lo a partir do plano cultural. Em última análise, uma descrição positivista (tal leis, tais decisões jurisprudenciais) explica muito pouco ou quase nada. O comparativista nos descreve o direito, ele nos (re)diz o que diz o direito. Mas ele não fornece uma justificativa do direito no sentido forte do termo. Não elucida dessa forma nem o “como” e nem o “porquê” do direito. Ele não responde a pergunta: “mas então, o que é que isso significa?”. Somente uma abordagem culturalista permite fornecer elementos para uma interpretação elucidativa do direito a fim de se chegar a uma compreensão.¹³³

Para realizar essa abordagem, portanto, será necessário entender como a cultura chinesa influenciou o seu ordenamento jurídico e isso pode trazer grande estranhamento ao pesquisador ocidental. A cultura chinesa sempre teve o coletivo como algo mais importante que o individual, esta questão aparece em todos os aspectos da sociedade chinesa, por exemplo o nome familiar (sobrenome) vem antes do pessoal (prenome) no nome de um cidadão chinês. Inclusive, é importante ressaltar que a língua chinesa¹³⁴ sequer continha uma palavra que equivalesse ao “individualismo”, termo tão presente na filosofia ocidental. A palavra em chinês para esse termo (*ge-ren-zhu-yi*) foi um neologismo trazido do Japão com grande influência ocidental¹³⁵.

Isso ocorre, pois a questão social sempre foi ligada intrinsecamente ao povo chinês, uma prova disso é que os direitos sociais surgiram antes dos individuais na China, fugindo totalmente da ideia ocidental de evolução do estado de direito (estado liberal, estado social e estado democrático de direito). Além disso, a própria tentativa de alguns autores ocidentais de classificar a China como de modelo *Civil Law* ou *Common Law* já demonstra uma profunda penetração do orientalismo na visão dos referidos, sempre tentando usar a história ocidental como padrão a ser seguido. Autores com uma abordagem culturalista como John Warren Head,

¹³² LEGRAND, Pierre. **Como ler o direito estrangeiro?** - São Paulo: Editora Contracorrente, 2018, p. 27-28.

¹³³ Idem, p. 66-67.

¹³⁴ A língua chinesa é formada por dezenas de dialetos falados por diversas etnias que compõem a nação chinesa. Para facilitar a compreensão do leitor, quando nos referimos à língua chinesa, nos referimos ao mandarim que é a língua oficial do país.

¹³⁵ FERRARI, Leandro. **Introdução ao pensamento jurídico chinês: estudo histórico-crítico.** Canoas: Consultor Editorial, 2017, p. 54.

abordam a tradição chinesa como a terceira grande tradição legal, em posição de igualdade em relação às outras duas mencionadas¹³⁶.

Nos próximos subitens, veremos três fases do desenvolvimento chinês, onde abordaremos as relações de dependência que ocorreram durante o período colonial, a ruptura do pacto colonial por meio das revoluções chinesas, como se deu o desenvolvimento chinês, como foi o processo de criação de normas ambientais no país e como foi abordada a questão do desenvolvimento sustentável nesses períodos.

3.1 A Era Mao e a Busca pelo Desenvolvimento

Para compreender a China e o seu desenvolvimento, precisamos primeiro compreender como se deu a inserção do país no mercado internacional. A China sempre representou significativa parte da economia mundial. Estima-se que durante a revolução industrial, onde a Europa estava no ápice do seu desenvolvimento até então, a China ainda representava cerca de 70% do PIB global¹³⁷. Contudo, isso muda conforme o capitalismo mundial começa a tomar forma e influenciar politicamente todos os países do globo.

Sobre isso, o autor Giovani Arrighi cita como até mesmo o economista liberal Thomas Friedman se impressiona com a precisão com que Marx previu os acontecimentos que ocorreriam com a consolidação da revolução industrial:

Os pressupostos de Marx têm muita semelhança com a tese do “mundo plano” que Thomas Friedman vem divulgando nos últimos anos. Depois de ler (ou reler) o Manifesto Comunista, Friedman se diz “espantado com a incisividade com que Marx detalhou a forças que aplainaram o mundo durante o surgimento da revolução industrial e como previu o modo como essas forças continuariam aplainando o mundo até o presente”. Depois, cita os famosos trechos em que Marx e Engels defendem que a necessidade de expandir constantemente o mercado leva a burguesia a criar vínculos em “todo o globo terrestre”, a substituir as velhas indústrias nacionais por indústrias “que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do mundo”. Como consequência, “o antigo isolamento de regiões e nações auto suficientes” dá lugar a “um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações”- interdependência universal que traz em sua esteira o desenvolvimento capitalista generalizado.¹³⁸

Em outras palavras, a China é obrigada a abandonar sua relativa “indiferença” para com o resto do mundo não só pelas incursões militares das potências militares, como também

¹³⁶ Sobre isso, recomendamos a leitura de: HEAD, John Warren. **Great Legal Traditions: civil law, common law and chinese law in historical and operational perspectives**. Durham, North Carolina: Carolina Academic, 2011.

¹³⁷ ARRIGHI, Giovani. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

¹³⁸ Idem, p. 36.

em razão da pressão econômica realizada durante esse período, direta e indiretamente como define o próprio Marx:

Com a rápida melhora dos instrumentos de produção e das comunicações, a burguesia logra integrar na civilização até os povos mais bárbaros. Os preços baratos de suas mercadorias são a artilharia pesada com a qual ela derruba todas as muralhas da China [...]. Sob a ameaça da ruína, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção; força-as a introduzir a assim chamada civilização, quer dizer, se tornarem burguesas. Em suma, ela cria um mundo à sua imagem e semelhança.¹³⁹

Esses efeitos acabam por culminar na divisão do capitalismo global em países centrais e países periféricos. Sendo sempre importante relembrar a lição de um dos criadores da TMD:

[...] André Gunther Frank lançava a metáfora “desenvolvimento do subdesenvolvimento” para descrever e explicar essa enorme divergência. Esta, afirmava ele, nada mais era que a expressão do processo de expansão capitalista global, que gerava desenvolvimento (riqueza) em seus pontos centrais (Europa Ocidental e, mais tarde, América do Norte e Japão) e ao mesmo tempo subdesenvolvimento (pobreza) no resto do mundo. O processo foi apresentado com base numa série de relações metrópole-satélite, nas quais a metrópole se apropria do excedente econômico dos satélites para seu próprio desenvolvimento econômico, ao passo que os “satélites permanecem subdesenvolvidos por falta de acesso a seu próprio excedente e em consequência da mesma polarização e das contradições exploradoras que a metrópole impõe e mantém na estrutura interna do satélite”.¹⁴⁰

A China passou, entre 1849 e 1949, pelo o que seus próprios estudiosos costumam se referir como “O século da humilhação”¹⁴¹, subjugada pelas grandes potências da época a China se via diante de um uma monarquia debilitada, uma economia colonial cuja produção era escoada para o exterior contra sua vontade e cujo espírito nacional estava abalado¹⁴². Diante disso, o gigante asiático realizou dois processos de ruptura: a Revolução de Xinhai (1911)¹⁴³, de caráter nacionalista, rompendo com a monarquia da Dinastia Qing; e a Revolução Comunista (1949)¹⁴⁴, que rompeu com as instituições capitalistas iniciando um processo socialista tradicional¹⁴⁵ que viria a durar até 1976.

Nesse primeiro período (1949-1976), o processo de desenvolvimento chinês foi liderado

¹³⁹ MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 17

¹⁴⁰ ARRIGHI, Giovanni. Ob. Cit., p. 37.

¹⁴¹ Para uma breve introdução sobre os acontecimentos deste período, recomendamos a leitura da Seção 3, “A Atual Sociedade Colonial, Semi-colonial e Semi-feudal”, do texto do próprio Mao Zedong sobre o tema; TSETUNG, Mao. **Obras Escolhidas de Mao Tsetung**. Pequim: Edições do Povo, 1975, p. 493-543. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1939/12/revolucao.htm#i4> Acesso em: 22/05/2021

¹⁴² WAHED, Mohammad Shakil. **The Impact of Colonialism on 19th and Early 20th Century China**. Cambridge Journal of China Studies Volume 11, No. 2, 2016, p. 27-32

¹⁴³ POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Unesp, 2016, p.41.

¹⁴⁴ *Idem*, p. 82.

¹⁴⁵ Nesse caso, utilizamos a expressão “processo socialista” no sentido clássico, que busca a transformação progressiva da propriedade privada em propriedade comum afim de realizar a transição para o comunismo (sociedade sem propriedade privada e sem classes).

por Mao Zedong¹⁴⁶. Essa Era foi composta pela chamada busca pelo desenvolvimento, período no qual foi criada uma série de planos (sociais e econômicos) com o objetivo de modernizar a economia e a sociedade chinesa de forma com que pudesse se destacar em escala global. A primeira medida de planejamento central tomada durante esse período foi de grande inspiração no modelo soviético de desenvolvimento (que até então servia de maior inspiração para os novos países socialistas), como podemos observar:

[...] a implementação do I Plano Quinquenal (1953-1957), [...] contou com enormes desafios, e por isso a inviabilidade de seguir a risca o modelo de coletivização das grandes fazendas estatais da URSS (kolkhozes). A socialização da agricultura se deu inicialmente pelas “políticas irmãs”, articulada e dando sustentação ao processo de industrialização nascente na forma da empresa estatal. Esta sim, espinha dorsal do planejamento econômico fundamentado na experiência soviética, teve importância crucial para a China contra os ataques diretos dos EUA.¹⁴⁷

Como pudemos ver, a industrialização e a reforma agrária andaram lado a lado durante os primeiros momentos de reforma do sistema semicolonial chinês. Com a ruptura do neocolonialismo, a China precisou repensar a sua estrutura econômica para si mesma, e não mais para os interesses dos países centrais. Dessa forma, a criação de uma indústria nacional e a transformação do campo de um modelo latifundiário para um modelo cooperativo e de regionalização da produção, que teve que ocorrer em diversas etapas:

A tomada de terras se deu sobre a pequena fração de latifundiários, sendo poupadas as terras dos camponeses ricos que, na visão de Mao, eram os responsáveis pelo grosso da produção de alimentos. A determinação de classe para o confisco era feita de acordo com decisões democráticas nas Assembléias Camponesas e nas Conferências de Representantes pelo método de autotaxação e debate político. Cada uma das residências no campo deveria sugerir sua própria classificação em: camponeses pobres, camponeses médios mais pobres, camponeses médios abastados, camponeses ricos ou senhores de terra [...], entravam nas “quatro grandes propriedades”, além da terra, os animais, implementos agrícolas e a casa com móveis que também eram redistribuídas.¹⁴⁸

Além das medidas de autotaxação, também foi vital para a efetividade da reforma a promulgação da Lei da Reforma Agrária de 1950¹⁴⁹, cujos principais pontos estão expostos a seguir:

A distribuição das terras foi estabelecida no art. 10 da seção III “[...] de maneira

¹⁴⁶ Nota de esclarecimento: ao longo desse texto o leitor verá o sobrenome de Mao escrito como Zedong e Tsetung em algumas situações, isso ocorre pois Tsetung era a tradução utilizada pelo antigo modelo de romanização do mandarim chamado Wade-Giles, enquanto Zedong utiliza o modelo moderno chamado de hanyu pinyin, que é o utilizado atualmente na China. Para uma explicação mais aprofundada ver: YEE, Dannis K. **Comparison of Pinyin and Wade-Giles Romanizations**. University of Hawaii: p. 18-40. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctv9hvs6k.5> Acesso em: 22/05/2021

¹⁴⁷ MOREIRA & FALEIROS (Org.). **Reflexões sobre a Revolução Chinesa**. São Paulo: Expressão Popular, 2021, p. 72.

¹⁴⁸ Idem, p. 77.

¹⁴⁹ Disponível para consulta em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182012>

uniforme, equitativa e racional, entre os camponeses pobres que possuam pouca ou nenhuma terra e outros que não disponham de meios de produção” [...] ficando sob controles das associações camponesas de *hsiang*. No entanto, a titulação real da terra ficou para a administração local, com poder de requisitá-la a qualquer momento, não sendo legalizada pela administração socialista central. Coordenada pela administração comunal, o processo de reforma agrária foi estruturado a partir da formação de equipes de trabalho, compostas por 3 a 30 militantes comunistas, entre veteranos e jovens estudantes. No art. 12 da mesma seção, vincula o processo “de conformidade com o princípio de doar a terra a quem a cultiva [...]” (Lei de Reforma Agrária, 1950, p. 4).¹⁵⁰

Essa forma idealizada por Mao de uma distribuição regional das competências e de autoadministração em escalas foi vital para o desenvolvimento das regiões mais pobres do país. Contudo, a questão rural foi apenas um ensaio para um dos programas mais ambiciosos da era Mao, que seria a tentativa de aumentar as forças produtivas chinesas em uma escala nunca antes vista.

O Grande Salto Adiante (*Dà yuè jìn*) (1958-1962) se tratou de um plano econômico que visava aumentar a produção industrial e agrícola em números drásticos em um curto espaço de tempo. Durante essa campanha do governo Mao foram realizadas intensificações de coletivização da agricultura conforme explica o pesquisador Helder Gomes:

Da mesma forma eram distribuídas às unidades de produção, comercialização e de crédito entre as comunas. As unidades industriais comunais, cooperativadas, gozavam de alguma autonomia financeira e tinham seus preços regulados centralmente pelo Estado, com alguma flexibilidade para alguns produtos, cujos preços eram controlados em âmbito local, pela comuna. Nessas fábricas e oficinas, a contratação de trabalho se baseava em postos permanentes ou sazonais. Por seu turno, as atividades de comercialização eram controladas pelas cooperativas de compra e venda, responsáveis pelo comércio atacadista e pelo controle dos fluxos do varejo. Essas ações serviam como base do Estado na execução e na regulação de todo o circuito de movimentação comercial dos insumos e dos produtos das comunas, especialmente no controle das cotas planejadas, que deveriam ser entregues à administração central (Charrière, 1971). Existiam, também, as cooperativas de crédito, responsáveis pelo financiamento das atividades produtivas que, assim como as cooperativas comerciais, também faziam operações entre as comunas.¹⁵¹

E complementa:

Desse modo, o sistema distributivo mantinha alguma diferenciação social. As famílias cotistas das cooperativas de crédito e de comercialização atacadista, por exemplo, além de participar dos critérios gerais de repartição, tinham direito a uma parcela dos resultados operacionais das respectivas unidades em que eram acionistas, enquanto às famílias que compunham as equipes ou brigadas de produção cooperativada eram destinadas cotas da produção segundo tabelas de pontos. Essas tabelas de pontos tinham critérios diversificados, conforme a região do país, mas, em geral, estabeleciam as cotas de distribuição considerando, de um lado, a média per capita para um determinado volume da produção (deduzidas as parcelas entregues ao Estado) e, de outro, a idade e as condições físicas de cada indivíduo da família associada (Nabuco, 2015). No entanto, é possível observar o esforço social em se afastar do regime de assalariamento no campo, com grandes avanços no sentido da coletivização

¹⁵⁰ MOREIRA & FALEIROS (Org.). Ob. Cit., p, 76.

¹⁵¹ MOREIRA & FALEIROS (Org.). Ob. Cit., p, 140.

pretendida.¹⁵²

Contudo, esse período do Grande Salto, infelizmente, ficou marcado por seus efeitos negativos. A coletivização excessiva do campo (aproximadamente 790.000 cooperativas se transformaram em apenas 26.000 comunas, totalizando 99% da população camponesa¹⁵³), acabou por ter sido às pressas invés de gradualmente, fato que acabou por afetar a produção agrícola e industrial do país. Nesse sentido:

Em um esforço nacional para aumentar a produção industrial, algumas fábricas foram removidas para o campo. O intuito era fazer com que os camponeses aprendessem as técnicas usadas na indústria e também aproveitá-los neste tipo de trabalho durante as entressafas. Isso diminuiria a pressão migratória sobre os centros urbanos chineses incapazes de absorver, naquela ocasião, os trabalhadores necessários para o salto industrial que constava na meta do Terceiro Plano Quinquenal. Esperava-se que o aumento da produção agrícola, que era o setor central do plano, impulsionasse o crescimento da produção industrial. Depois de uma boa colheita no verão de 1958, que serviu de estímulo aos planos chineses, o Comitê Central do PCCh passou a considerar as comunas como o caminho adequado para fazer avançar a construção socialista e o desenvolvimento da China. Estimava-se que a produção agrícola da China fosse dobrar em 1958. Posteriormente, quando foi feito o balanço, o total anunciado da produção de grãos para o ano de 1958 de 375 milhões de toneladas teve que ser revisto para 250 milhões e depois para modestos 200 milhões. Nenhum dos responsáveis pela contagem queria se arriscar a indicar que a meta não tinha sido atingida, e sofrerem com a alcunha de derrotistas ou derrotistas, o resultado foi que, naquele ano, as cotas em praticamente todas as localidades foram formalmente atingidas.¹⁵⁴

As mencionadas ingerências do governo central em conjunto com a série de desafios internos (calamidades naturais de 1959-1960 e crises políticas como a destituição do general Peng Duhai)¹⁵⁵ e externos (guerra do Vietnã e ruptura com a União Soviética)¹⁵⁶ fizeram com que a fome voltasse a assolar. Inclusive, as pesquisas mais recentes realizadas estimam que cerca de 15 milhões de pessoas tenham morrido em razão do fracasso do Grande Salto Adiante em cumprir as metas pretendidas¹⁵⁷. Fato que afetou drasticamente o governo de Mao:

¹⁵² MOREIRA & FALEIROS (Org.). Ob. Cit., p. 140-141.

¹⁵³ NABUCO, Paula. **O Grande Salto Adiante e a Questão da Transição Chinesa**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2009. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/o-grande-salto-adiante-e-a-questao-da-transicao-chinesa.pdf

¹⁵⁴ NABUCO, Paula. **O Grande Salto Adiante e a Questão da Transição Chinesa**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2009. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/o-grande-salto-adiante-e-a-questao-da-transicao-chinesa.pdf

¹⁵⁵ Pomar, Wladimir. Ob. Cit., p. 94-95.

¹⁵⁶ A ruptura sino-soviética foi trágica para o Grande Salto Adiante especialmente pelo fato da União Soviética ter retirado seus técnicos e equipamentos da China e ter começado a exigir o pagamento das dívidas adquiridas. Para um maior aprofundamento recomendamos a leitura de: NABUCO, Paula. **O Grande Salto Adiante e a Questão da Transição Chinesa**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2009. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/o-grande-salto-adiante-e-a-questao-da-transicao-chinesa.pdf

¹⁵⁷ HOUSER, Daniel. *et al.* **Three parts natural, seven parts man-made: Bayesian analysis of China's Great Leap Forward demographic disaster**. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 2009, p. 148–159.

O fracasso e posterior balanço do Grande Salto impôs severas mudanças nos rumos adotados pelo PCC. Segundo as avaliações iria demorar algum tempo até que a agricultura retomasse os patamares de produção anteriores ao Grande Salto e havia 30 milhões de jovens camponeses que tinham sido deslocados para as cidades chinesas e que, segundo as novas diretrizes do partido, deveriam retornar ao interior. As recomendações incluíam também o fechamento de pequenas indústrias ineficientes estabelecidas durante estes anos. Uma pequena parcela das terras agrícolas (cerca de 6%) seria devolvida aos camponeses na forma de pequenas propriedades privadas, e também foi autorizada a reabertura de pequenos mercados rurais particulares e as cotas de produção voltaram a ser de responsabilidade de unidades familiares. O setor que se opunha a Mao, liderado por Liu Shaoqi, Zhou Enlai e Deng Xiaoping obteve uma significativa vitória na cúpula do partido.¹⁵⁸

Essa derrota fez com que Mao renunciasse a maioria de seus cargos e que nos anos seguintes as tomadas de decisão no plano econômico fossem tomadas pelo conjunto do partido. Com isso, “começou um processo de desmonte das comunas, combinado com a autorização para que os camponeses, além da pequena produção privada, tivessem acesso a incentivos à produção em dinheiro e pudessem firmar contratos para uso de equipamentos”¹⁵⁹. Isso e outros pontos que serão abordados neste capítulo fizeram com que muitos autores tivessem visões divergentes sobre o período Mao especialmente na questão do desenvolvimento, como explica Nogueira:

[...] do ponto de vista distributivo, o período maoísta é um emaranhado de contradições. A China de Mao se distancia radicalmente dos demais países de renda baixa superpopulosos em função: 1. da eliminação da propriedade, que garantiu uma notável baixa fatia da renda indo para os mais ricos da população e uma das mais baixas desigualdades intra urbanas do mundo no período; 2. do sistema de comunas rurais, que supriu, ainda que com imperfeições, cuidados médicos e educação básica a 80% da população nacional. Isso fez com que o Banco Mundial concluísse, no início dos anos de 1980, que, apesar do seu baixo nível de renda, “os mais pobres na China estão em uma situação muito melhor do que seus equivalentes na maior parte dos países em desenvolvimento” (BANCO MUNDIAL, 1985, p. 94). Por outro lado, é também verdade que a baixa desigualdade intra-urbana teve uma contribuição fundamental do sistema de controle migratório, que fez com que o gap urbano-rural se equivalesse ao de outros países vizinhos de renda per capita baixa, como Paquistão, Sri Lanka e Bangladesh (mas ainda menor do que o da Índia e de todos os países em desenvolvimento do sudeste da Ásia).¹⁶⁰

O desenvolvimento chinês é um caso extremamente complexo que passou por várias reviravoltas até chegar aos dias de hoje. Em razão disso, não podemos compreender esse fenômeno sem entender também como o desenvolvimento era regulado juridicamente, cabendo-nos então realizar uma breve introdução ao direito na China e para isso será necessário

Disponível em: <https://research.monash.edu/en/publications/three-parts-natural-seven-parts-man-made-bayesian-analysis-of-chi>

¹⁵⁸ NABUCO, Paula. Ob Cit.

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ NOGUEIRA, Isabela. **Acumulação, Distribuição e Estratégia sob Mao: Legados do maoísmo para o desenvolvimento da China**. Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 2019, p. 29

que conheçamos dois modelos jurídicos que o país teve, o Confucionismo/Direito Societal (礼, *lǐ*) e o Legalismo/Direito Positivo (法, *Fǎ*).

O Confucionismo, principal corrente de pensamento na China antiga, entende o direito como uma norma societal¹⁶¹ fundada principalmente na moral (礼, *lǐ*) e na virtude, como podemos observar:

A teoria Confucionista sustenta que todos os homens são naturalmente similares e que a diferença entre eles decorre do nível de instrução e disciplina. Ou melhor, os homens se diferenciam de acordo com o quanto a educação resultou em crescimento moral. Nessa ordem de ideias, todos os homens têm a mesma capacidade individual de alcançarem a moral universal – way – em suas relações sociais. Relativamente a aspectos políticos, apenas um governo baseado na moral (*lǐ*) e na virtude (*dè*) é capaz de controlar os homens.¹⁶²

O Legalismo, por sua vez, aborda a questão de maneira diferente, considerando como direito apenas a própria lei (法, *Fǎ*) imposta pelo estado. Essa corrente de pensamento ganhou força principalmente com a unificação da China. Nesse sentido:

Esta escola de pensamento se fortaleceu e ganhou notoriedade na China com a Dinastia Qin (221-206 a.C.). A bem da verdade, a adoção dos ideais legalistas foi um dos motivos pelos quais a Dinastia Qin se sobrepôs aos demais Estados Chineses ao fim da era dos Reinos Combatentes (403-221 a.C.), fundando o Estado unificado em 221 a.C. Shouyi afirma que a prevalência dos Qins naquela oportunidade se deveu à preexistência, naquele estado, de organização política e de uma desenvolvida força produtiva. Apesar da curta duração – apenas quinze anos –, a Dinastia Qin constitui importante contribuição para o pensamento chinês. Fundado no centralismo, os Qins implementaram a burocracia, por meio do desenvolvimento de normas administrativas: o Estado unificado (governado pelo Primeiro Imperador, como se intitulou o Rei Qin Shihuang – também conhecido como Ying Zheng) foi dividido em 31 condados, cada qual administrado por magistrados indicados pelo Poder Central – se uma estrutura piramidal. [...] A unidade territorial foi seguida da uniformização da linguagem escrita, de pesos, de medidas e da moeda, tudo como forma de tornar o controle central mais eficaz.¹⁶³

E complementando:

Após a supremacia da tradição legalista durante a Dinastia Qin, que extirpou qualquer influência do Confucionismo no Direito, a Dinastia Han retornou com os valores dessa tradição do pensamento e passou a introduzi-los na legislação. [...] O Confucionismo se tornou a filosofia oficial da Dinastia Han, uma espécie de arma ideológica do Império. Aliás, os imperadores Han acrescentaram os ideais confucionistas aos critérios de seleção oficial para cargos do Império, inclusive com provas escritas sobre os clássicos de Confúcio. Nessa ordem de ideias, em vez da aplicação imediata e rigorosa da lei, recomendava-se que as pessoas deveriam, antes, ser educadas. Ou, noutros termos, que a educação moral, e não a lei, era a peça chave para manutenção da ordem social ideal. Mas, a despeito da prioridade da educação moral, a lei – no

¹⁶¹ Por esse motivo, em alguns períodos do texto nos referimos a teoria confucionista do direito como direito societal.

¹⁶² POLIDO, Fabrício Bertini. P.; RAMOS, Marcelo. M. **Direito Chinês Contemporâneo**. Lisboa: Grupo Almedina (Portugal), 2015, p. 62. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584930463/>. Acesso em: 24 nov. 2021.

¹⁶³ POLIDO, Fabrício Bertini. P.; RAMOS, Marcelo. M. Ob Cit., p. 64

sentido de punição – possuía um caráter subsidiário, porém necessário.¹⁶⁴

Dessa forma, esse conflito entre ambas as correntes é vital para compreender também as discussões que ocorreram na China sobre essa questão. Assim:

Dois modelos jurídicos têm coexistido e competindo entre si na República Popular da China. Um pode ser chamado de modelo legal (formal) e outro de modelo societal (informal). Assim como *Fa* (direito positivo) e *Li* (código moral) coexistiram na China tradicional para regular o comportamento humano e a ordem social, os modelos legal e societal coexistiram na China atual. Além disso, regras formais têm exercido papel secundário em cada situação. Refletindo influências soviéticas e ocidentais, o modelo legal representa codificações formalizadas e elaboradas por uma burocracia centralizada e institucionalizada. O modelo societal, por outro lado, foca em normas e valores socialmente aceitos, implementados pela socialização política e reforçado por pressões sociais. (tradução nossa).¹⁶⁵

Para melhor compreensão, devemos analisar uma das últimas grandes experiências do período Mao. A Revolução Cultural (*Wúchǎnjiējí wénhuà dàgémìng*) se trata de um movimento que buscava eliminar o chamado revisionismo no seio do partido e, assim, buscou que as massas agissem de modo a lutar contra tendências desse referido revisionismo. A história desse movimento é lembrada pelos excessos cometidos e foram seus eventos que acabaram por levar Deng Xiaoping ao poder como veremos no próximo item do trabalho.

Durante períodos como a Revolução Cultural, o direito societal ganhou muita força, sendo muitas vezes criticado por setores da sociedade que buscava maior legalismo e codificação para evitar excessos do estado e de certas instituições¹⁶⁶. Além disso, os próprios cursos de direito foram abolidos, retornando apenas em 1978¹⁶⁷. Com a morte de Mao, o bando dos quatro¹⁶⁸, grupo que controlava boa parte dos órgãos centrais do PCCh e foi responsável por muitos dos excessos realizados nesse período, acabou por ser deposto e seus membros condenados criminalmente.

Os fatos expostos anteriormente tornaram possível a ascensão ao poder de Deng Xiaoping, que havia sido expurgado pelo bando dos quatro, que iria começar um processo que seria paradigmático para a compreensão da China moderna: o processo de abertura econômica. Contudo, devemos antes nos desdobrar sobre o desenvolvimento.

¹⁶⁴ Idem, p. 65-66.

¹⁶⁵ LENG, Shao-Chuan. **The Role of Law in the People's Republic of China as Reflecting Mao Tse-Tung's Influence**. *Journal of Criminal Law and Criminology*, Vol. 68. N. 3, 1977, p. 356-357. Disponível em: <https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=6029&context=jclc>. Acesso em: 22/05/2021.

¹⁶⁶ LENG, Shao-Chuan. Ob. Cit., p. 365.

¹⁶⁷ OLIDO, Fabrício Bertini; RAMOS, Marcelo. Ob. Cit.

¹⁶⁸ Nome utilizado para se referir a Jiang Qing (esposa de Mao Zedong), Zhang Chunqiao, Wang Hongwen e Yao Wenyuan.

Quando falamos em desenvolvimento sustentável chinês é muito difícil não ligar o seu início ao período de fortalecimento do Direito Positivo. Isso ocorreu pois, na Era Mao, o direito societal estava em grande destaque, o que fazia com que as normas sociais, na maioria das vezes, fossem as normas determinadas política e ideologicamente pelo partido. Quando a ideia de Mao se tornou a de buscar o desenvolvimento a qualquer custo, isso afetou a proteção ambiental no país, causando um desenvolvimento quase insustentável ao longo prazo (para dar um exemplo, entre 1953 e 1957 foram realizados mais de 156 projetos industriais em escala nacional e entre 1964 e 1978 cerca de 1.100 projetos de média e grande escala das mais diversas áreas¹⁶⁹).

Complementarmente, é muito difícil achar fontes sobre qualquer legislação ambiental ou outras políticas de contenção de danos nesse período, sendo inclusive escassas as pesquisas nacionais e internacionais nesse sentido no ocidente¹⁷⁰. Contudo, o autor italiano Tarantino nos explica que no final do governo Mao já havia alguns movimentos, em esferas nacionais e internacionais, que tratavam da questão. Por exemplo, em 1972, o país participou da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo) e em 1973 foi realizada a primeira conferência do partido sobre a questão:

Em 1973, Zhou Enlai (周恩来), então Primeiro Ministro da RPC, organizou a I Conferência Nacional de Proteção Ambiental, durante o evento, se elaborou estratégias de proteção ambiental concernentes ao desenho e uso de infraestruturas industriais, e se lançaram as premissas conceituais para o subseqüente desenvolvimento da "economia circular", também foi sublinhado a importância do conceito de "consciência ambiental" (*huánbào yìshì* 环保意识) e o papel da participação pública nas iniciativas governamentais (tradução nossa).¹⁷¹

Assim, podemos concluir que o desenvolvimento chinês foi realmente um emaranhado de contradições nesse período. Apesar dos grandes avanços econômicos e sociais da Era Mao (ver tabela a seguir), não foi possível que o Partido Comunista Chinês realizasse planejamentos a longo prazo na questão da sustentabilidade de seu processo de modernização. Contudo, foi a partir das falhas de Mao que lideranças como Deng Xiaoping puderam rever a ideia de planejamento central pelo estado e pensasse o socialismo e como ele poderia fazer um país dependente chegar a competir com os países centrais.

Por fim, deixamos o leitor com uma tabela que compila alguns dados econômicos,

¹⁶⁹ ZHENG, Siqi; KAHN, Matthew. 2017. **A New Era of Pollution Progress in Urban China?**. Journal of Economic Perspectives, 2017, p. 73. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.31.1.71>

¹⁷⁰ Aqui nos referimos a pesquisas realizadas e/ou traduzidas em português, francês, alemão, espanhol e italiano.

¹⁷¹ TARANTINO, Paola. **Sviluppo economico e degrado ambientale in Cina: il ruolo dell'attivismo ambientale "con caratteristiche cinesi"**. Università Ca' Foscari Venezia, 2017. Disponível em: <http://dspace.unive.it/handle/10579/9553>

sociais e ambientais sobre o período estudado neste capítulo em relação com o seu início¹⁷².

	1960	1978
PIB (em bilhões de dólares) ¹⁷³	59.7	149.5
População ¹⁷⁴	667.070.000	943.445.000
Taxa de Analfabetismo da População ¹⁷⁵	43%* ¹⁷⁶	30%
Expectativa de Vida (em anos) ¹⁷⁷	43.7	66.3
Emissões de CO2 (toneladas métricas per capita) ¹⁷⁸	1.17	1.543

○ 3.2 A Era Deng e as Quatro Modernizações

A Era Dengista (1978-2013)¹⁷⁹ marca uma nova fase do desenvolvimento Chinês caracterizada pelo surgimento de um novo modelo econômico no país. Esse sistema é caracterizado por uma abertura da economia chinesa ao capital estrangeiro e uma consequente descentralização do controle governamental buscando uma regionalização das tomadas de decisões, tendo como objetivo final as quatro modernizações¹⁸⁰ definidas por Deng:

¹⁷² A base de comparação como primeiro ano do período Mao será 1960 pois é o primeiro com dados mais palpáveis por parte do FMI e do Banco Mundial até então.

¹⁷³ Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/china>

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ ROSS, Heidi. **China Country Study (Background paper prepared for the Education for All Global Monitoring Report 2006)**. Unesco, 2006. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146108>

¹⁷⁶ Cabe ressaltar que o referido relatório da Unesco indica que em 1959, no início do período Mao era 80%, totalizando uma diferença de 57% na taxa de analfabetismo durante seu governo.

¹⁷⁷ Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/china>

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ Utilizamos essa data para nos referir ao período de Deng, apesar deste ter morrido em 1997. Isso ocorre pois, para fins didáticos, esse artigo busca introduzir duas eras do desenvolvimento chinês, a socialista clássica e a de socialismo de mercado. Como os sucessores de Deng (Jiang Zemin e Hu Jintao) fizeram breves alterações em suas políticas, eles não serão considerados como momentos separados, mas sim como continuções do modelo do referido. O período de Xi Jinping (2013-Atualmente), em razão de suas peculiaridades, será abordado pelos autores de maneira mais aprofundada em futuras publicações.

¹⁸⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão. **China e modernização**. São Paulo: Lua Nova, 1985, p. 32-36. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451985000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22/05/2021.

Agricultura, Indústria, Ciência e Forças Armadas.

Essa mudança ideológica no partido parte tanto do grupo político que estava surgindo quanto do próprio Deng que acreditava que seria necessário adaptar o modelo econômico chinês para que pudesse concorrer com as grandes potências. Para isso, o referido fez uma releitura da situação chinesa por meio do marxismo-leninismo e o pensamento de Mao Zedong e criou o conceito de Economia de Mercado de Orientação Socialista¹⁸¹ ou Socialismo com Características Chinesas¹⁸² que até hoje causa polêmicas no plano prático e teórico quando o assunto é China.

Os objetivos do líder chinês eram extremamente ambiciosos e envolviam um crescimento econômico nunca antes visto na história da humanidade devido a sua escala:

O objetivo de Deng, em termos mensuráveis, era quadruplicar a renda per capita do 1,05 bilhão de habitantes da China, passando-a de 250 dólares americanos, quantia fixada como padrão em 1981, para mil dólares no ano 2000. Este valor deveria ser novamente quadruplicado por volta do ano 2050, quando a China seria o centro de um bloco comercial do Leste Asiático, similar ao da Comunidade Europeia ou ao do Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA). Entretanto, esse bloco comercial abrangeria 70% da população mundial, produziria mais de 50% dos bens mundiais, consumiria 40% da produção mundial e responderia por 70% do comércio mundial. A China então estaria verdadeiramente nivelada às nações economicamente mais adiantadas do mundo, um poderoso país socialista capaz de desempenhar papel relevante na manutenção da paz e da estabilidade mundiais. Deng, definitivamente, arracava para uma nova e ousada Longa Marcha.¹⁸³

O primeiro passo para essa Longa Marcha foi abrir a economia chinesa, pela primeira vez desde a revolução, para o capital estrangeiro. Contudo, essa abertura não poderia ser total e desregulada, como seria a da União Soviética nos anos seguintes. Para isso, Deng idealizou, inspirado nas experiências de Xi Zhongxun e Yang Shangkun na província de Guangdong, a ideia da Zonas Econômicas Especiais (ZEE) nas áreas de Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen:

[...] as ZEE eram zonas especiais econômicas e não políticas. Sua função era implementar políticas econômicas especiais e um sistema de gerenciamento econômico particular. Em teoria, as ZEE dependem de capital estrangeiro. Seus produtos deveriam ser manufaturados para exportação dentro de uma estrutura econômica socialista, isto é, embora a região estivesse sob o controle político de um governo marxista que empregava um sistema econômico marxista de controle central, haveria tolerância com a prática limitada local de métodos econômicos capitalistas. Essas iniciativas capitalistas locais de componentes econômicos diversificados eram caracterizadas principalmente por empreendimentos conjuntos (joint ventures) e por firmas administrativas por empresários estrangeiros como únicos proprietários.¹⁸⁴

¹⁸¹ Também chamada de economia socialista de mercado.

¹⁸² Se trata de termo cunhado pelo próprio Deng ao se referir ao novo sistema econômico-social que buscava alcançar com a abertura econômica. Sobre isso, ver: XIAOPING, Deng. **Build Socialism with Chinese Characteristics**. Beijing: Foreign Language Press, 1985, p. 3.

¹⁸³ MARTI, Michael. **A China de Deng Xiaoping**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021, p. 3.

¹⁸⁴ Idem, p. 9.

O grande sucesso das ZEE muitas vezes foi atribuído, de maneira desdenhosa, ao baixo custo da mão de obra chinesa. Contudo, Arrighi nos indica o equívoco nesse pensamento:

Ao contrário do que se acredita, a característica mais atraente da RPC¹⁸⁵ para o capital estrangeiro não foi apenas sua imensa reserva de mão de obra barata, há muitas reservas como essa pelo mundo afora, mas em nenhum lugar atraíram tanto quanto na China. A característica mais atraente, como argumentamos, foi a elevada qualidade dessa reserva em termos de saúde, educação e capacidade de autogerenciamento, combinada à expansão rápida das condições de oferta e demanda para a mobilização produtiva dessa reserva dentro da própria China. Além disso, essa combinação não foi criada pelo capital estrangeiro, mas sim por um processo de desenvolvimento baseado em tradições nativas- inclusive a tradição revolucionária que deu origem ao RPC. O capital estrangeiro interveio tarde no processo, sustentando-o em certas direções, porém minando-o em outras¹⁸⁶

O forte investimento desse período fez com que fosse possível que Deng começasse seus projetos de modernização e o primeiro setor a ser abordado foi o da agricultura. Buscando corrigir os erros cometidos na Era Mao, as comunas foram eliminadas e a responsabilidade sobre as quotas de produção voltaram para as famílias rurais que agora poderiam ter pequenas propriedades rurais, fato que fez com que, em apenas 6 anos, a produção crescesse em 50%¹⁸⁷. Isso tornou possível uma reforma na política industrial chinesa:

A política industrial no período das reformas econômicas objetivou promover nichos econômicos, utilizando estatais, empresas rurais municipais (*town-village enterprises* – TVEs) e *joint-ventures* com empresas internacionais, desde que estas promovessem o investimento e o crescimento econômico sem contrariar os interesses estratégicos do Estado na economia. [...] No tocante ao IED¹⁸⁸, as reformas econômicas desenharam toda uma política de atração destes investimentos em áreas em que interessava acelerar a curva de aprendizado tecnológico. Para tanto, o mecanismo de formação de joint-venture entre as estatais e as multinacionais foi vital para viabilizar a transferência tecnológica e sua endogeneização. Cabe ressaltar que a maior parte do estoque de IED na China, no início do processo de abertura, procedeu de residentes chineses no exterior, sobretudo em Hong Kong e Taiwan. [...] Nesse período, a significativa expansão do PIB chinês foi impulsionada pelo processo de urbanização e de industrialização, ainda que o crescimento dos setores industriais tenha sido bastante heterogêneo. Os setores que mais cresceram foram: televisões, geladeiras e construção civil.¹⁸⁹

Essa política econômica acabou por criar um complexo industrial em uma proporção nunca antes vista no país, inclusive com uma grande colaboração estratégica entre empresas, universidades e estado. Conforme explica Arrighi:

[...] essas políticas permitiram ao governo chinês combinar as vantagens da

¹⁸⁵ Aqui RPC é a sigla do autor para República Popular da China.

¹⁸⁶ ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 357.

¹⁸⁷ MARTI, Michael. Ob. Cit., p. 18.

¹⁸⁸ Sigla do autor para Investimento Estrangeiro Direto.

¹⁸⁹ CORRÊA, Alexandre Palhano. Industrialização, demanda energética e indústria de petróleo e gás na China. In: CINTRA, M. A; FILHO, E. B; PINTO, E. C (Orgs.). **China em Transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015, p. 189-236.

industrialização voltada para a exportação, induzida em grande parte pelo investimento estrangeiro, com as vantagens de uma economia nacional centrada em si mesmo e protegida informalmente pelo idioma, pelos costumes, pelas instituições e pelas redes, aos quais os estrangeiros só tinham acesso por intermediários locais. Uma boa ilustração dessa combinação são as imensas ZPEs¹⁹⁰ que o governo chinês ergueu do nada e que hoje abrigam dois terços do total mundial de trabalhadores em zonas desse tipo. O simples tamanho da China permitiu que ela construísse três conglomerados industriais básicos, cada um com sua própria especialização: o delta do rio Pérola é especializado em indústrias que fazem uso intensivo de mão de obra, em produção e montagem de peças de reposição; o delta do rio Yang-Tsé é especializado em setores que fazem uso intensivo de capital e em produção de carros, semicondutores, celulares e computadores; e Zhongguan Cun, em Pequim, é o vale do silício da China. Mais que no resto do mundo, ali o governo intervém diretamente para promover a colaboração entre universidades, empresas e bancos estatais no desenvolvimento da informática.¹⁹¹

Os dados apresentados (e que serão complementados ao final desse capítulo) nos mostram que através dessa abordagem extremamente eclética de Deng foi possível que a China não apenas se desenvolvesse economicamente, mas sim que obtivesse os meios para a superação da dependência. Não mais se buscava a grande produção rural ou a industrialização de base para atender a demandas dos grandes países capitalistas ou até mesmo das necessidades da União Soviética. Deng torna possível que a China se industrialize de modo com que a transferência tecnológica fosse requisito para que a entrada de uma empresa no país se consolidasse.

Assim, se tornando a “Fábrica do Mundo” a China aprendeu a desenvolver quase todos os tipos de tecnologia até que as dominasse. Desse momento em diante, a China começou a realizar seu desenvolvimento independente das grandes potências centrais, trazendo possível com os primeiros passos para sua efetiva soberania econômica. Quando chegamos ao ano de 2013 (último ano analisado por essa parte do item), a China já era uma das maiores potências mundiais e não mais poderia ser considerada dependente e/ou periférica, apesar de ainda não ter superado plenamente o subdesenvolvimento em sentido amplo.

Neste momento histórico também há uma nova fase para o modelo legal com um incentivo cada vez maior à codificação e à regulamentação de normas que antes não recebiam a devida atenção. Como pode ser observado:

A liderança chinesa passou rapidamente a estabelecer as leis necessárias para cumprir a visão de modernização de Deng, incluindo o que viria a ser chamado como “Economia Socialista de Mercado”. Focando nos objetivos de utilizar a lei para proteger a nação contra caos futuro, promover estabilidade social e gerar desenvolvimento econômico, o Congresso Nacional do Povo, órgão legislativo chinês, adotou nos anos vindouros novas leis penais e processuais penais, leis processuais civis, uma lei provisória de proteção ambiental, contratos domésticos e

¹⁹⁰ Sigla do autor para Zonas de Processamento para Exportação.

¹⁹¹ ARRIGHI, Giovanni. Ob. Cit., p. 362.

regulações tributárias, registro de marcas e de patentes e, começando em 1979, uma série de leis e regulamentações permitindo investimento estrangeiro pela primeira vez desde o estabelecimento da república popular em 1949. (tradução nossa)¹⁹²

Dessa forma, o modelo legal começa a superar em importância o modelo societal, até mesmo pela quantidade de regulações que começam a surgir. Estima-se¹⁹³ que de 1979 a 2009 tenham sido criadas 231 leis, 600 regulações administrativas, 7000 regras e regulações locais, sem contar as regulações das regiões autônomas da China¹⁹⁴. Além disso, a entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC) exigiu que diversas leis e regulamentações regionais fossem complementadas ou revogadas para que estivessem de acordo com os padrões do comércio global¹⁹⁵.

Essas exigências podem ser resumidas em sete medidas para a modernização de seu sistema legal¹⁹⁶, elas são:

1. Separação entre governo central, instituições públicas (*shiyè danwei*) e empresas, visando a: melhorar as relações governo-mercado-sociedade, diferenciar as atribuições do governo central das dos departamentos governamentais e criar um sistema transparente e efetivo de gestão administrativa;
2. Harmonização das normas locais e administrativas com os pressupostos da constituição e outras normas nacionais;
3. Implementação de leis e regulamentações para manter a estabilidade econômica e social;
4. Formulação de mecanismos de tomada de decisões para refletir as necessidades do povo;

¹⁹² HORSLEY, Jamie. **The Rule of Law: Pushing the Limits of Party Rule**. Published in Joseph Fewsmith, ed., *China Today, China Tomorrow: Domestic Politics, Economy and Society*. Rowman & Littlefield Publishers, 2010. Disponível em: https://law.yale.edu/sites/default/files/horsley_rol-_pushing_limits_of_party_rule.pdf. Acesso em: 22/05/2021.

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ As regiões autônomas são definidas pelo governo central como instituições menores que possuem uma população considerável de certo grupo étnico minoritário. Administrativamente elas se assemelham às províncias, mas tem maiores capacidades legislativas. Atualmente, a China tem cinco regiões autônomas que são: Guangxi, Mongólia Interior, Ningxia, Tibet (Xizang) e Xinjiang.

¹⁹⁵ KEYUAN, Zou. **Administrative Reform and Rule of Law in China**. *The Copenhagen Journal of Asian Studies*: 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/234074202_Administrative_Reform_and_the_Rule_of_Law_in_China. Acesso em: 22/05/2021

¹⁹⁶ Neste momento, enumeraremos as medidas a serem tomadas com base no artigo citado acima. Isso ocorre, pois a tradução do autor parece ser a mais confiável do documento chinês, haja visto que não há tradução em português. Assim, não se trata de uma citação direta mediante tradução buscando a exatidão do texto traduzido, mas sim de uma reinterpretação em português das medidas para fins didáticos.

5. Criação de mecanismos para soluções de conflitos sociais;
6. Aumento de supervisão e responsabilização no exercício do poder administrativo;
7. Aumento do conhecimento legal dos membros das estruturas administrativas.

Assim, essa época foi extremamente importante para que a China estruturasse o seu “*rule of law*” (*fazhi*)¹⁹⁷ e seus meios de gestão administrativa das normas regionais. Foram esses movimentos de abertura econômica e modernização de seu sistema legal que possibilitaram ao país adquirir a atual posição de destaque na economia mundial e na política mundial. Entretanto, esse processo não foi simples tendo requerido que o sistema jurídico da China se adaptasse às novas relações privadas que começaram a surgir.

Com a abertura econômica, houve consequentemente um aumento expressivo das atividades poluidoras na China, tornando necessária não só apenas a fiscalização dessas atividades como também a criação de órgãos especializados na defesa do meio ambiente, os chamados Departamentos de Proteção Ambiental (DPA)¹⁹⁸. Esses órgãos tinham como principal função inicial de coletar as taxas de despejo¹⁹⁹ envolvendo poluição da água, conforme explica Jahiel²⁰⁰:

Taxas de Despejo quanto à poluição da água são mecanismos de fiscalização destinados a reduzir a poluição através do uso de incentivos econômicos. Esses sistemas tradicionalmente incluem um incentivo econômico negativo sob a forma de taxas de penalidade que as empresas devem pagar se a concentração de poluentes na água despejada exceder certos padrões. A razão por trás desse incentivo é que, se forçadas a pagar pela poluição, as empresas tomarão medidas para reduzi-la. Na China, o sistema da taxa de despejo também incluiu incentivos econômicos positivos sob a forma de reembolsos substanciais da taxa para as empresas com a condição de que o dinheiro devolvido seja utilizado para instalação de equipamentos de recuperação ou prevenção da poluição ambiental (tradução nossa).

Uma grande dificuldade enfrentada para a efetivação do sistema foi a falta de efetividade da cobrança. Como os DPA’s eram instituições consideravelmente novas, não havia pessoal suficiente para acompanhar o pagamento do crescente número de indústrias que eram criadas no país, em algumas cidades como Wuhan haviam 30 fiscais para fiscalizar mais de 900 indústrias²⁰¹. Isso demonstra o desafio enfrentado pela proteção ambiental na China que teve que lidar com uma expansão industrial muito maior do que sua capacidade fiscalizatória podia

¹⁹⁷ Termo utilizado pelo autor Zou Keyuan previamente citado.

¹⁹⁸ Tradução nossa de *Environmental Protection Bureaus* (EPB).

¹⁹⁹ Tradução nossa de *Discharge Fee*.

²⁰⁰ JAHIEL, Abigail R. **The Contradictory Impact of Reform on Environmental Protection in China**. *The China Quarterly*, no. 149, 1997, p. 85-86.

²⁰¹ *Idem*, p. 87

atender no momento.

Além disso, o meio ambiente passou, a partir de 1982²⁰², a ser objeto de proteção constitucional do ordenamento jurídico chinês, com a inclusão do artigo 26 que determinou que “O estado protege e melhora o ambiente em que o povo vive e o meio ambiente ecológico. Assim como, previne e controla a poluição e outros perigos ambientais (tradução nossa)”²⁰³. Essa nova proteção culminou na criação da Agência Nacional de Proteção Ambiental (ANPA) liderada por Qu Geping, chamado por muitos autores de “o pai da proteção ambiental na China”²⁰⁴.

A última década do século XX marca também uma série de avanços na fiscalização de danos ambientais como informa Sanders:

Chegando em 1990 as políticas de proteção ambiental eram baseadas em três princípios. “colocar a proteção em primeiro lugar e combinar prevenção com controle”, “fazer com que o poluidor seja responsável por tratá-la” e “intensificar a gestão ambiental”. Havia um sistema de taxas de despejo e órgãos locais de proteção ambiental tinham a competência para aplicar multas por excesso de emissão de poluentes, os fundos eram arrecadados para serem usados no controle da poluição e, em casos extremos, para ordenar o fechamento da unidade poluidora. Todos os maiores projetos de construção eram estimulados a usar avaliação de impacto ambiental, sistema de responsabilidade para proteção ambiental foram planejados e a fiscalização ambiental foi fortalecida.²⁰⁵

Isso resultou num aumento da consolidação das normas ambientais e na expansão do aparato estatal responsável pela proteção ambiental. Estima-se que, em 1996, o país já contava com 8400 órgãos ambientais nos mais diversos níveis da administração, contando com cerca de 96.000 funcionários²⁰⁶. Esse foi um dos primeiros passos para o desafio que a China teria, e tem até hoje, que enfrentar em conter os danos ambientais em uma economia em constante expansão e com uma das maiores populações do mundo.

Foi também ao final dos anos 90 que a China pode recuperar seus territórios perdidos durante o século da humilhação. Foram retornados por meio de negociações bilaterais Hong Kong em 1997 e Macau em 1999. As referidas localidades foram consideradas Regiões Administrativas Especiais e têm uma série de autonomias no que se refere à legislação e a seu sistema político-econômico, que não é obrigado a seguir as determinações da China continental e do partido. Essa política de convivência foi denominada “Um país, dois sistemas”.

²⁰² Promulgada pelo Quinto Congresso Nacional do Povo em 04 de dezembro de 1982.

²⁰³ SANDERS, Richard. **The Political Economy of Chinese Environmental Protection: Lessons of the Mao and Deng Years**. *Third World Quarterly* 20, no. 6, 1999, p. 1206. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3993666>. Acesso em: 22/05/2021

²⁰⁴ SANDERS, Richard. Ob. Cit., p. 1207

²⁰⁵ SANDERS, Richard. Ob. Cit., p. 1207

²⁰⁶ Idem.

Além disso, Taiwan, que havia se separado da China com a revolução de 1949, voltou nesse período a manter relações mais amigáveis com o país. Apesar de o governo Chinês e a ONU²⁰⁷ até hoje considerarem Taiwan como província chinesa (fazendo parte da política de convivência referida anteriormente), a região se autodenomina como soberana e independente da China por meio de suas próprias legislações²⁰⁸.

Essas reformas (ou revoluções) nos setores econômico, jurídico e ambiental não seriam possíveis sem uma necessária mudança política do partido e na forma com que a sociedade participava dele. Em 1992, uma renovação do Comitê Central e do Politburo deu novos ares à representação política na China. Dos 319 membros: 46.7% eram de “sangue novo”²⁰⁹; a idade média era de 56 anos; 83% tinham ensino superior; 62% eram lideranças regionais; e havia uma proporção igual de burocratas do partido e especialistas (pessoas oriundas de profissões técnicas como engenharia)²¹⁰.

É dessa renovação que os sucessores de Deng surgem e continuam sua política de Reforma e Abertura que foi concretizada na presidência de Jiang Zemin (1993-2003) e ampliada de forma a buscar expandir os investimentos chineses para o mundo na de Hu Jintao (2003-2013). Porém, a renovação não foi apenas dentro do partido mas também nas formas de participação da população nas políticas do governo, não só de maneira formal como informal:

O resultado disso foi a proliferação de lutas sociais, tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais. Os casos oficialmente registrados de “distúrbios da ordem pública”- referência a protestos, quebra-quebras e outras formas de agitação social- aumentaram de cerca de 10 mil em 1993 para 50 mil em 2002, 58 mil em 2003, 74 mil em 2004 e 87 mil em 2005, declinando apenas levemente nos seis primeiros meses de 2006. Nas áreas rurais, até cerca de 2000, as principais queixas que provocavam a ação de massas eram impostos, tributos, cobranças e vários outros “fardos”. Mais recentemente, o desvio da terra agricultável para o desenvolvimento industrial, imobiliário e infraestrutural, a degradação do meio-ambiente e a corrupção das autoridades locais do governo e do partido tornaram-se problemas mais explosivos. Episódios como a revolta de 2005, em Dongyang, causada pela poluição de uma fábrica de inseticidas, em que mais de 10 mil moradores derrotaram a polícia e obtiveram a suspensão do funcionamento da fábrica, “entraram para o folclore chinês como prova de que cidadãos decididos, agindo em massa, podem obrigar as autoridades a mudar de rumo e a atender às suas necessidades”²¹¹.

Assim, apesar dos avanços desse período, os problemas sociais e ambientais

²⁰⁷ A República Popular Chinesa substituiu a cadeira de Taipei (Taiwan) em 1971 sendo considerada a única representante do território chinês na ONU. Até hoje, apenas 15 países mantêm relações diplomáticas e reconhecem Taiwan como independente.

²⁰⁸ O debate sobre o status geopolítico de Taiwan é gigantesco e ultrapassa os limites metodológicos desta pesquisa. Portanto, a questão não será aprofundada.

²⁰⁹ No sentido de serem membros que não participavam do alto escalão do partido anteriormente.

²¹⁰ MARTI, Michael. Ob. Cit., p. 248.

²¹¹ ARRIGHI, Giovanni. Ob. Cit., p. 381

continuavam a fazer parte do cotidiano chinês, fato que faria com que se tornassem temas de grande debate nos anos seguintes como será abordado no próximo item. Por fim, deixamos mais uma vez uma tabela com os dados compilados sobre esse período.

	1979	2013
PIB (em bilhões de dólares) ²¹²	178.20	9570
População ²¹³	969.005.000	1.357.000.000
Taxa de Analfabetismo da População ²¹⁴	22.8%	4.8% * ²¹⁵
Expectativa de Vida (em anos) ²¹⁶	66.3	75.3
Emissões de CO2 (toneladas métricas per capita) ²¹⁷	1.54	7.32

○ 3.3 A Era Xi e o Futuro da China

O atual presidente chinês Xi Jinping (2013-Atualmente), iniciou o seu mandato em uma China totalmente diferente da que Mao e Deng conheceram. Tendo passado sua infância em um dos períodos mais extremos da revolução cultural²¹⁸, o líder chinês conheceu os danos do excesso de poder do período Maoísta e cresceu estudando o pensamento de Deng Xiaoping e como a economia chinesa se destacou no mundo através das reformas. O país é atualmente a segunda maior potência econômica do mundo e tem seu desenvolvimento econômico com um dos maiores temas de estudo atual da economia. Sobre isso:

O processo de desenvolvimento econômico chinês é um dos fenômenos mais impressionantes do mundo em que vivemos, em função tanto da sua longevidade

²¹² Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/china>

²¹³ Idem.

²¹⁴ ROSS, Heidi. **China Country Study (Background paper prepared for the Education for All Global Monitoring Report 2006)**. Unesco, 2006. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146108>

²¹⁵ Baseado no censo de 2010. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/china>

²¹⁶ Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/china>

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ A família de Xi foi perseguida devido aos pensamentos “direitistas” de seu pai, o que culminou no seu expurgo do partido e no suicídio de uma das irmãs de Xi. Inclusive, o próprio líder chinês foi preso por tentar fugir do trabalho forçado a que foi submetido. Sobre isso, ver: BUCKLEY & TATLOW. **Cultural Revolution Shaped Xi Jinping, From Schoolboy to Survivor**. New York: The New York Times, 2018. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20180305150638/https://www.nytimes.com/2015/09/25/world/asia/xi-jinping-china-cultural-revolution.html>. Acesso em: 13/12/2021.

quanto no seu alcance interno e externo: o crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos 35 anos foi de 9,5% a.a., ao mesmo tempo em que a renda per capita no período passou de US\$ 250 em 1980 para US\$ 9.040 em 2014. Por trás desse processo, há de se destacar a alta relação investimento/PIB (45,6% em 2015), suas imensas reservas cambiais (US\$ 3,1 trilhões em dezembro de 2016) e o enorme volume de comércio externo (35,9% do PIB). É na história por trás desses dados que reside tanto a formação, na China, de uma “tripla condição” de potência comercial, industrial e financeira, quanto a privilegiada posição política e geopolítica de maior credora líquida do mundo (US\$ 1,97 trilhão ou 20,8% do PIB, em março de 2015).²¹⁹

A liderança chinesa atual compactua que esse sucesso se dá em razão do estabelecimento de uma economia de mercado socialista para a realocação de recursos, mas também da função extremamente importante do estado como coordenador e planejador da atividade econômica:

Primeiro, fazer com que o mercado desempenhe um papel decisivo na alocação de recursos e desenvolver melhor o papel de governo. Isso é um importante ponto teórico formulado nas Resoluções da plenária, pois a reforma do sistema econômico continua sendo um ponto prioritário do aprofundamento integral da reforma e o tratamento adequado das relações entre o governo e o mercado permanece como o cerne da reforma desta área. Em 1992, o 14º Congresso Nacional do Partido estipulou que o objetivo da reforma do sistema econômico era o de estabelecer um sistema de economia de mercado socialista, formulando a necessidade de fazer com que o mercado desempenhasse um papel básico na alocação de recursos sob o macrocontrole estatal. Esse importante avanço teórico desempenhou um papel extremamente importante na reforma e abertura e no desenvolvimento socioeconômico de nosso país. Isso demonstra também que a inovação teórica constitui uma diretriz importante e necessária para inovação prática e o aprofundamento integral da reforma.²²⁰

Contudo, isso não quer dizer que não restam grandes problemas a serem resolvidas na estrutura econômica chinesa:

Com mais de 20 anos de prática, o sistema de economia de mercado socialista foi estabelecido preliminarmente no nosso país, porém, ainda existem muitos problemas como, por exemplo, a falta de regulamentação da ordem do mercado e a busca de interesses econômicos por meios ilícitos; o atraso do desenvolvimento do mercado em fatores essenciais da produção, e a existência paralela do uso ocioso de determinados fatores e de uma grande quantidade de demandas não satisfeitas; a falta de unificação de regras no mercado e o excesso de protecionismo departamental e local; e a incompletude da concorrência no mercado que obstaculiza a permanência dos mais aptos e o reajuste estrutural. Se os problemas não forem resolvidos adequadamente, será difícil estabelecer um sistema de economia de mercado socialista perfeito.²²¹

Esse período do desenvolvimento econômico chinês marca o que o economista Elias Jabbour vem chamando de Nova Economia do Projeto, uma etapa superior da NFES chinesa. O autor define esse conceito da seguinte forma:

De forma contraditória, atualmente o Estado chinês conta com uma capacidade muito maior de intervenção sobre a realidade do que no final da década de 1970. Reformas

²¹⁹ JABBOUR, E.; PAULA, L. F. **A China e a “socialização do investimento”**: uma abordagem Keynes Gerschenkron-Rangel-Hirschman. Rev. Econ. Contemp., v. 22, n. 1, p. 1-23, jan./abr. 2018: e182217

²²⁰ JINPING, Xi. **A Governança da China**, Volume I. Rio de Janeiro: Contraponto, Foreign Languages Press, 2019, p. 91

²²¹ Idem, p. 91-92.

e inovações institucionais permanentes tanto condicionaram o país a internalizar ferramentas necessários à, e típicos do que Keynes (1936) chamou de, “socialização do investimento” (Jabbour; Paula, 2018) quanto a transformar o Estado chinês em um típico “Empreendedor-em-Chefe” (Burlamaqui, 2015) e a exercitar as prescrições de Minsky (1986) de ser intérprete do duplo papel de “Big Government” e “Big-Bank”. Na China, emerge uma verdadeira antítese à financeirização com uma economia voltada, completamente, ao setor produtivo e com alto grau de repressão financeira. Porém, como parte do processo, as contradições são latentes. O fato de estar emergindo uma dinâmica de acumulação amplamente diferente da dinâmica financeirizada, não significa que esta “nova economia” não tenha que lidar com profundas e complexas contradições, entre elas as que envolvem as pressões internas por liberalização da conta de capitais, endividamento provincial e do setor privado explosivos e até um shadow banking que surge no sentido de suprir crédito ao setor privado, refratário ao setor público com acesso privilegiado ao setor financeiro oficial. A grande resposta dada pela emergente Nova Economia do Projeto na China aponta, por exemplo, para maior protagonismo do Estado na regulação do próprio sistema financeiro e manutenção - em oposição aos sistemas financeiros do centro do sistema capitalista - de seu caráter estatal e, principalmente, político.²²²

E complementa, indicando quais os fatores que tornaram essa formação possível:

Desde o início da década de 1990, sucessivas mudanças institucionais foram essenciais à: 1) a emergência de uma moderna economia monetária (fortalecimento e capilarização de uma imensa rede de bancos públicos voltados ao crédito de longo prazo) substituindo uma rede de financiamento dependente do orçamento estatal e das empresas; 2) mecanismos de controle macroeconômico (maxidesvalorização cambial em 1994 e instituição de controle sobre os fluxos de capitais); 3) um processo de fusões e aquisições no setor estatal da economia dando margem à formação de 149 conglomerados empresariais localizados nos setores estratégicos da economia e 4) formação, em 2003, da SASAC (State-owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council) responsável pela observância quanto à execução das políticas de Estado por parte dos citados conglomerados estatais (um claro órgão moderno de coordenação do investimento).²²³

Esse fenômeno pode ser observado por meio da forma com que o país tem lidado com o crescente poder do setor privado. A China, devido a sua gigantesca população, sempre planeja seu crescimento urbano com anos de antecedência, criando as chamadas “Cidades Fantasmas” que são grandes blocos de urbanização que ainda não abrigam população mas que, em alguns anos serão centros econômicos importantes (um exemplo disso foi o distrito de Pudong que era uma “Cidade Fantasma” até 2013 e depois se tornou um grande centro financeiro da cidade de Xangai)²²⁴. Fatos como esse criam no imaginário ocidental a ideia de que haveria uma suposta bolha imobiliária chinesa prestes a estourar²²⁵.

²²² JABBOUR, Elias; DANTAS, Alex. **Ignácio Rangel na China e a “Nova Economia do Projeto”**. Econ. soc. 30 (2), 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2021v30n2art01>

²²³ JABBOUR, Elias. Ob. Cit., p. 95

²²⁴ Para um maior aprofundamento na questão das cidades fantasmas recomendamos ler o artigo de Wade Shepard. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/wadeshepard/2016/08/30/why-china-never-gives-up-on-its-ghost-cities/?sh=2d187713783a>

²²⁵ Nos cabe esclarecer que não afirmamos que não exista uma bolha imobiliária chinesa. Mas sim, que essa bolha é infinitamente menor do que especulado e que o governo chinês tem os mecanismos institucionais para rapidamente resolvê-la caso seja necessário. Sobre isso recomendamos a leitura do artigo de Elias Jabbour

Além disso, com essa crise, o governo chinês se move para uma eventual regulação mais estrita do mercado imobiliário ou até mesmo uma reestatização nos moldes da que ocorreu com a educação²²⁶. Essas manobras institucionais são apenas exemplos de como o estado serve como um sistema de freios para poder privado crescente e como a China tem se acostumado cada vez mais a resolver de maneira rápida suas crises econômicas pontuais.

No período atual, o direito chinês tem seguido a tendência de codificação da Era Deng e focando muito em uma modernização de seu sistema de direito econômico, empresarial e concorrencial (antitruste). Além disso, tem sido dado um foco cada vez maior para a modernização do sistema de ensino jurídico que foi tão atacado na Era Mao. Sobre isso:

Atualmente, as instituições de ensino jurídico superior chinesas contam com cursos de bacharelado, com duração de quatro anos, e outros programas de pós-graduação (Mestrado e Doutorado). Chen observa que determinadas distinções nos modelos educacionais de formação jurídica na China desapareceram com o passar do tempo. Não existe mais a divisão rígida entre universidades/departamentos/faculdades ou escolas de Direito, todos voltados para preparação de estudantes para quadros públicos ou governamentais ou para ensino e pesquisa (portanto, carreiras acadêmicas no Direito), e universidades político-legais, centradas em treinamento de práticos para atuação nas carreiras de procuradoria, órgãos públicos de segurança, tribunais, escritórios de advocacia e órgãos da administração da Justiça.²²⁷

Complementando:

Quanto aos caminhos de especialização endógena às carreiras jurídicas, Chen observa que, paralelamente ao sistema formal de educação superior na área do Direito, os órgãos do serviço público de segurança, o poder judiciário e as procuradorias desenvolveram, cada qual, seus próprios centros, escolas ou institutos de capacitação profissional na área. Em geral, também são chamados “universidades” ou “faculdades”, mas, na realidade, comportam um perfil mais profissionalizante ou encontram-se centradas no objetivo de capacitação técnico-profissional. A esse respeito, por exemplo, o Ministério da Justiça coordena a Escola Central para Administração Político-Legal e a Escola Central para Administração da Reforma de Quadros Trabalhistas, com objetivos de formação profissional. Em geral, como ilustra Chen, esses centros e escolas mantêm acordos de cooperação com universidades e instituições acadêmicas chinesas e estrangeiras, a fim de estabelecer programas de colaboração em treinamento. E em sentido convergente, a pesquisa jurídica também tem renascido com certo vigor na China, em alguns centros voltados para internacionalização e direito comparado.²²⁸

O direito ambiental tem sido muito beneficiado com esse novo foco, tendo expandido suas legislações para adaptar inovações estrangeiras como também novas ideias para a sustentabilidade. Assim, o direito ambiental chinês tem tido uma preocupação cada vez maior

disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2021/09/20/crise-da-evergrande-mira-especulao-imobiliaria-e-favorece-regulao-diz-professor-da-uerj.ghtml>

²²⁶ YU, Sun. **Private school owners forced to hand institutions over to Chinese state**. Financial Times. Disponível em: <https://www.ft.com/content/56a18391-2fbc-4d33-aae8-591cf233b6a7>

²²⁷ POLIDO, Fabrício.Bertini; RAMOS, Marcelo. Ob. Cit.

²²⁸ Idem.

em manter os níveis de desenvolvimento, mas, em conjunto com medidas de proteção ambiental.

Complementando, houve alterações nas políticas de taxaço de danos ambientais, substituindo a antiga política de taxas de despejo da Era Deng. Sobre isso:

Mais recentemente, as agências tributárias locais e a polícia local começaram a desempenhar um papel mais significativo nas atividades de fiscalização ambiental. A recente introdução de um imposto ambiental sob uma nova Lei Tributária de Proteção Ambiental tem como objetivo aumentar significativamente os custos da poluição. Em vigor desde janeiro de 2018, essa reforma pôs fim a um sistema de taxas de poluição administrado pelos Departamentos de Proteção Ambiental (DPAs) locais. Em vez disso, as agências tributárias locais serão responsáveis pela cobrança de um novo imposto ambiental que substituirá o sistema de taxas. É amplamente esperado que este movimento force os governos locais a parar de explorar brechas e proteger empresas poluentes que mais contribuem para a receita tributária local e empregos (Xinhua Net, 2018). As receitas geradas com o novo imposto ambiental se tornarão parte das receitas fiscais locais, criando um incentivo para que os governos locais, que estão sempre sem dinheiro, adotem o novo imposto ambiental. Uma desvantagem potencial dessa mudança é que ela pode enfraquecer ainda mais a posição dos DPAs locais, uma vez que a perda de receitas das taxas de poluição poderia torná-los ainda mais dependentes das alocações orçamentárias dos governos locais. (tradução nossa)²²⁹

Outro ponto importante foi a recente reestruturação do antigo Ministério da Proteção Ambiental para um novo Ministério da Ecologia e Meio Ambiente com fortalecimento de suas atribuições. Nesse sentido:

[...] também vemos esforços para melhorar a capacidade do estado na política ambiental. Em particular, as reformas administrativas recém-lançadas em 2018 visam uma racionalização considerável da burocracia ambiental para reduzir ineficiências e conflitos associados a uma fragmentação considerável da formulação de políticas e da autoridade de execução. Sob a ambiciosa reestruturação dos ministérios centrais do estado em 2018, o Ministério da Proteção Ambiental (MPA) foi desmontado e substituído por um Ministério da Ecologia e Meio Ambiente (MEMA) muito maior e potencialmente muito mais poderoso. Além de sua responsabilidade pelo controle da poluição, o novo MEMA recebeu maior autoridade sobre as políticas relacionadas às mudanças climáticas, anteriormente atribuídas à Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma. Ao consolidar o poder do MEMA, essa reorganização das responsabilidades burocráticas em nível nacional pode ajudar a resolver o problema de longa data de coordenação na China [...] e problemas persistentes decorrentes da atribuição difusa de responsabilidades aos ministérios, como frequentes sobreposições e conflitos na formulação de políticas e processos de implementação. (tradução nossa)²³⁰

Isso ocorre pois os níveis de poluição do país têm chegado a níveis alarmantes desde a abertura econômica e a industrialização em massa. Para que essa questão seja contextualizada, expomos a seguir os níveis de poluição do ar das áreas mais poluídas da China em comparação às dos EUA²³¹ (cabendo lembrar que qualquer número acima de 10 é considerado pela

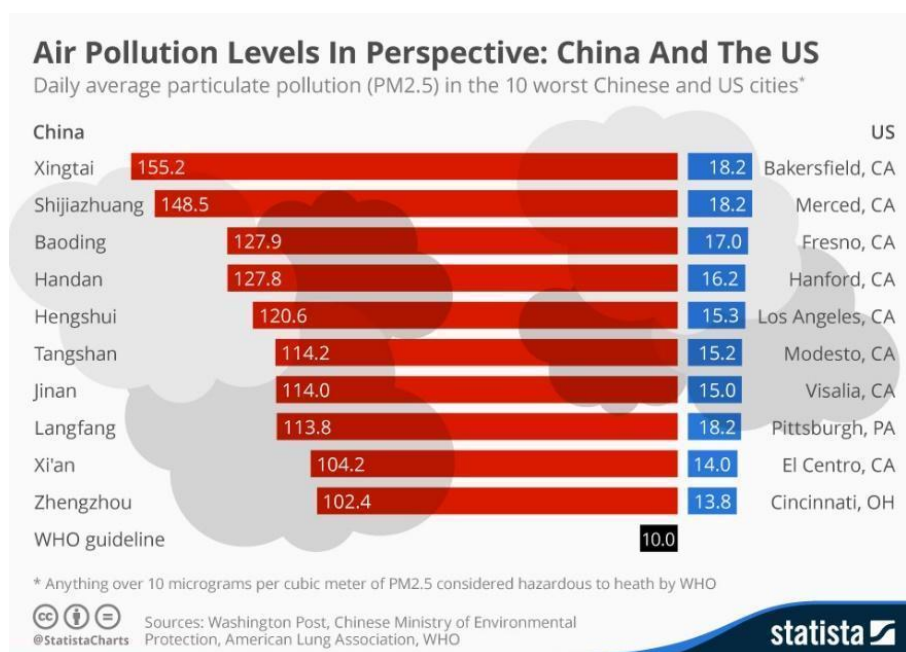
²²⁹ KOSTKA, Genia & ZHANG, Chunman Zhang. **Tightening the grip: environmental governance under Xi Jinping**, *Environmental Politics*, 27:5, 769-781, 2018. DOI: 10.1080/09644016.2018.1491116

²³⁰ Idem.

²³¹

Organização Mundial da Saúde como danoso para a saúde).

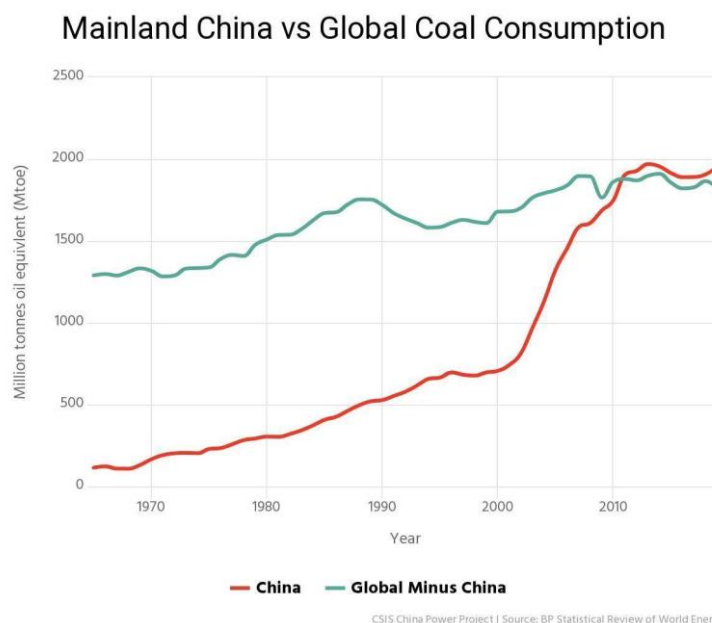
Figura 2: Níveis de Poluição em Perspectiva: China e os EUA



Fonte: OMC, Washington Post e Departamento de Proteção Ambiental Chinês.²³²

Esse fato se deve principalmente ao uso gigantesco de combustíveis fósseis, em especial o carvão, produto cuja utilização, pela China, supera todos os demais países do mundo somados, como podemos observar.

Figura 3: Consumo de Carvão: China vs Mundo.



²³² Disponível em: <https://www.statista.com/chart/3161/air-pollution-levels-in-perspective>

Fonte: *Statistical Review of World Energy*²³³

Por esse motivo, uma nova abordagem da sustentabilidade tem tido grande expansão e incentivo do governo chinês: a criação de Ecocidades. Essas podem ser definidas como iniciativas urbanísticas e ecológicas que buscam criar cidades que tenham seu planejamento intrinsecamente ligado com a questão ambiental e a ideia da cidade que será deixada para as futuras gerações. Como explicam Höffken & Limmer:

Com a eleição de Xi Jinping como o sétimo presidente da República Popular da China, os esforços políticos logo se concentraram no desenvolvimento urbano. Um ano após a posse de Xi, todo o desenvolvimento eco-urbano foi incluído no chamado projeto "Cidades Piloto All-in-One". Esta abordagem foi concebida como uma resposta de cima para baixo à problemática urbanização rápida. Ele abrange uma variedade de projetos de desenvolvimento de eco-cidades e serve como um "guarda-chuva" para a urbanização verde. Nesse sentido, soluções (tecnológicas) sustentáveis são fortemente incentivadas e procuradas, e o investimento corporativo apoiado. A ação é liderada por um consórcio de Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, Ministério dos Recursos Terrestres, Ministério da Proteção Ambiental²³⁴ e Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano-Rural (NDRC 2014). Ela sugere abraçar uma abordagem abrangente para fazer cumprir as regulamentações, promovendo a economia de energia e ajustes estruturais dentro de uma estrutura de redução da pobreza. Abrangendo 28 iniciativas ecológicas de cidades e condados, o projeto "All-in-One" recomenda diversidade na solução de problemas ambientais urbanos. Uma de suas principais características é a ausência de um modelo de projeto para o desenvolvimento da cidade. (tradução nossa)²³⁵

E complementa:

Isso corresponde a uma tendência geral para a descentralização (Rong, Jin e Long 2015). Seguindo as orientações do regime anterior de Hu, Xi continua devolvendo o poder às autoridades locais (Baker 2016). A transferência de responsabilidades de desenvolvimento urbano para os municípios sugere que essas medidas estão vinculadas a reformas de baixo para cima. Portanto, a urbanização verde molda a reestruturação e adaptação política (Sharifi 2016). Os esforços de descentralização estão interligados com o desenvolvimento econômico verde, especialmente por meio da eficiência de recursos (Baker 2016). Alguns membros do gabinete do presidente Xi promovem vigorosamente a urbanização verde dentro dos domínios das principais prioridades econômicas (PRCNC 2016). As ecocidades tornaram-se, portanto, uma parte integrante da mudança econômica que visa substituir as tecnologias relativamente jovens, mas pesadas em carbono, das quais a economia doméstica depende, por alternativas verdes (MEP 2016). A promoção de economias verdes localizadas para o desenvolvimento de ecocidades são facetas características da abordagem "All-in-one". (tradução nossa)²³⁶

Um empenho em larga escala está sendo realizado para tornar possível esse novo

²³³ Disponível em: <https://chinapower.csis.org/air-quality/#mainland-china-vs-world-coal-consumption>

²³⁴ Atual Ministério da Ecologia e Meio Ambiente, conforme já abordado.

²³⁵ HÖFFKEN, Johanna & LIMMER, Agnes. **Smart and eco-cities in India and China**, Local Environment, 24:7, 646-661, 2019. DOI: 10.1080/13549839.2019.1628730

²³⁶ Idem.

ecourbanismo na China com mais de 285 ecocidades já em construção²³⁷. Essa nova perspectiva leva à preocupação não só em reverter os danos ambientais já causados, mas, também, em prevenir e antecipar novos danos²³⁸. Um exemplo dessas ecocidades é o novo distrito de Tianfu, na cidade de Chengdu, em que se foi projetada uma ecocidade que serve de exemplo para compreendermos os objetivos desses projetos:

O novo distrito de Tianfu é um projeto de desenvolvimento localizado na zona sul de Chengdu. Embora as partes do sul sejam terras na maior parte montanhosas, esta "direção para o sul" é benéfica para proteger as planícies ao norte e oeste de Chengdu, e sua localização ao sul é também pensado para ter mais potencial de conectar-se com o Chongqing e o cinturão econômico fluvial de Yangtzw. O projeto incluiu um desenvolvimento da nova cidade central (Nova Cidade de Tianfu) com uma área de planejamento de 650 km², dos quais 25,7% é destinado para uso industrial, 18,5% é residencial, 14,2% para órgãos de serviços públicos e 14,8% para espaços verdes públicos [...] O novo distrito foi planejado e projetado de acordo com as ideias *smart-eco*²³⁹. De acordo com o plano diretor aprovado em 2011, a cobertura de Fiber-to-the-Home (FTTH) chegará a 99%, e internet wireless chegará a 95% até o final do décimo segundo plano quinquenal (2011-2015). O novo distrito também atraiu muitos grandes investimentos das indústrias da informação, incluindo o centro de operações de informação da China Telecom. (tradução nossa)²⁴⁰

Esse projeto também inclui uma série de setores para o controle e prevenção dos danos ambientais, entre eles estão²⁴¹:

- Controle Industrial (com critérios de exclusão de empreendimentos poluidores em excesso);
- Controle de Poluição Aquática (incluindo saneamento básico e reutilização de águas da chuva);
- Controle dos Depósitos de Lixo (com objetivo de coletar e classificar o lixo para reciclagem);
- Controle da Poluição do Ar;
- Controle da Poluição Sonora;
- Controle da Poluição Eletromagnética.

Essa iniciativa de desenvolvimento sustentável tem ido de encontro com as propostas do governo Xi de buscar construir uma ecocivilização²⁴² na China e, também, com a nova

²³⁷ Sobre isso ver: <https://www.forbes.com/sites/wadeshepard/2017/09/01/no-joke-china-is-building-285-eco-cities-heres-why/?sh=187dba432fe8>

²³⁸ BORGES, Leonardo Estrela. **As Obrigações de Prevenção no Direito Ambiental Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2017.

²³⁹ Cidades inteligentes e ecológicas.

²⁴⁰ TAN-MULLINS, M.; et. al.. **Smart-Eco Cities in China: Trends and City Profiles 2016**. Exeter: University of Exeter (SMART-ECO Project), 2017, p. 11

²⁴¹

²⁴² JINPING, Xi. Ob. Cit., p. 253.

proposta de integração mundial da China por meio de uma nova rota da seda. A referida proposta se trata da iniciativa *One Belt One Road* (OBOR) (Um Cinturão uma Rota) onde se realizam rotas marítimas e terrestres de modo a facilitar a integração, o transporte e o investimento entre a China e os países do Oriente Médio, Europa e África. Fato que já tem transformado a OBOR em uma das maiores iniciativas de investimento internacional do mundo:

Em 2014-2015, com o início da implementação do projeto BRI²⁴³, eles se juntaram a: - O Fundo da Rota da Seda (metade do seu capital inicial de 40 bilhões de dólares foi formado pela transferência de uma parte das reservas cambiais da China, o restante foi fornecido por várias entidades governamentais e bancos. Em 2017, o fundo foi adicionalmente capitalizado pelo governo em 100 bilhões de yuans); - O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (a China forneceu 50% de seu capital autorizado de 100 bilhões de dólares); - O Novo Banco de Desenvolvimento, com sede em Xangai (criado pelos países do BRICS, seu capital subscrito é de 50 bilhões de dólares, a participação de cada membro é de 20%). Essas instituições financeiras visam principalmente empréstimos para a construção de instalações de infraestrutura ao longo das rotas terrestre (Cinturão Econômico) e marítima (MSR). De acordo com as estimativas de Zhou Xiaochuan, ex-chefe do Banco Popular da China, os bancos “políticos” chineses e as “instituições de desenvolvimento” criadas internacionalmente respondem por pouco menos da metade do financiamento de empréstimos do BRI (até 2018). O restante dos empréstimos é feito pelos bancos chineses, que na verdade permanecem sob controle estatal, mas são formalmente considerados comerciais, e o fazem com taxas de juros mais altas.²⁴⁴

Apesar de, em primeiro momento, essa iniciativa parecer apenas focar na perspectiva econômica, cada vez mais a perspectiva da sustentabilidade tem sido inserida no debate sobre a OBOR. Um cuidado cada vez maior tem sido dado para realizar um “Cinturão Verde” em que os grandes empreendimentos da OBOR sejam feitos tendo em vista a questão da sustentabilidade:

As ações abrangidas pela Iniciativa Cinturão e Rota devem estar em consonância com os consensos multilaterais em termos de governança nas áreas de comércio internacional, direitos sociais e trabalhistas, condutas ambientalmente sustentáveis tal como definido pela ONU nas metas dos “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”. Tal perspectiva, aliás, foi ressaltada pelo presidente chinês Xi Jinping em seu discurso na abertura do Fórum Belt and Road, em maio de 2017: Devemos buscar a nova visão do desenvolvimento verde e um modo de vida e trabalho que seja verde, de baixo carbono, circular e sustentável. Esforços devem ser envidados para fortalecer a cooperação em proteção ambiental e ecológica e construir um ecossistema sólido, a fim de realizar as metas estabelecidas pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.²⁴⁵

²⁴³ Outra sigla para OBOR, proveniente da tradução *Belt and Road Initiative*.

²⁴⁴ DE CONTI, Bruno Martarello; MOZIAS, Petr. A **“Iniciativa do Cinturão e Rota”**: Desafios e Oportunidades para a China e para o Mundo. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, e-ISSN 2238-6912 | ISSN 2238-6262 | v.9, n.17, Jan./Jun. 2020 | p.212-241

²⁴⁵ PIRES, Marcos Cordeiro. A INICIATIVA CINTURÃO E ROTA SUAS DERIVAÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E CULTURAIS E SEUS VÍNCULOS COM O FUTURO DA AMÉRICA LATINA. Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais: v. 1 n. 2 (2019): Os desafios e as possibilidades das relações entre a República Popular da China e a América Latina. Disponível em: https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoeDesenvolvimento/article/view/39

É necessário esclarecer que a maioria esmagadora dos projetos de desenvolvimento acelerado, principalmente os de grande escala como a OBOR, necessariamente causam um aumento da produção de CO₂ na atmosfera, principalmente em razão do aumento drástico no consumo de energia. Contudo, o que o “Cinturão Verde” se propõe é utilizar os recursos econômicos e políticos chineses para tornar possível uma coalizão de diversos países para abordar a questão de como minimizar os danos dessa poluição e de como ampliar um desenvolvimento sustentável nacional e regional:

Os projetos da OBOR podem ter impactos de aceleração do aquecimento global devido ao aumento em infraestrutura, geração de energia e atividades comerciais (Fan et al. 2017, Zhao et al. 2016). Por outro lado, pode também ser uma oportunidade para minimizar a emissão global de CO₂ e melhorar a qualidade ambiental enquanto implementar a OBOR em países parceiros. É possível principalmente por meio do empoderamento dos países em desenvolvimento que tem abundantes reservas de energia renovável mas não tem equipamento financeiros e tecnológico para utilizar esses recursos. A OBOR pode também servir como plataforma para que os países parceiros tomem ações conjuntas contra a emissão de CO₂ (Zhang et al. 2018). Várias pesquisas extremamente sofisticadas tem sido realizadas na área econômica, comercial e cooperação internacional sobre os impactos da OBOR nos países em particular e no mundo em geral. (tradução nossa)²⁴⁶

Essa hipótese toma maior forma com os diversos estudos realizados sobre os efeitos da iniciativa no mundo:

A utilização de tecnologias sustentáveis pode reduzir o peso no setor de geração de energia que pode acabar por reduzir o impacto na saúde ecológica dos países. [...] No que se refere ao Cinturão Verde²⁴⁷, é um bom passo para promover as tecnologias sustentáveis e opções para um crescimento energético e econômico sustentável nos países parceiros da OBOR. Estudos recentes têm chegado a conclusões similares também (Apergis &Ozturk, 2015; Arouri et al., 2012; Atici, 2009; Bekhet &Othman, 2017, Hafeez et al., 2018; Jalil &Mahmud 2009; Khan et al. 2017; Nasir &Rehman, 201; Omri 2013; Rauf et al. 2018b; Xu &Lin 2016b). A opção por tecnologias de Carbono Zero²⁴⁸, como a energia nuclear, biomassa, eólica, hidráulica e solar, em conjunto com as demais podem transformar o crescimento dos países da OBOR em conjunto com uma melhoria da qualidade ambiental. Pesquisas similares indicam essa possibilidade para o Paquistão (Javid &Sharif, 2016), China (Zhang &Gao, 2016; Xu &Lin 2016b), membros da União Européia (Kasman &Duman, 2015) e para demais membros da OBOR (Rauf et al. 2018a; Rauf et al. 2020; Rauf et al. 2018b)²⁴⁹

Apesar das perspectivas otimistas de vários pesquisadores, é necessário ressaltar que as abordagens de desenvolvimento sustentável, mesmo que regionais, devem sempre contar com uma abordagem feita especificamente para o país/região que ela será feita, evitando criar modelos gerais contraproducentes.

²⁴⁶ JALIL, Abdul et al. **Energy Consumption, Economic Growth And Environmental Sustainability Challenges For Belt And Road Countries: A Fresh Insight From “Chinese Going Global Strategy”**, Research Square, 15 June 2021, PREPRINT (Version 1), p. 6

²⁴⁷ No original: the Green BRI initiative.

²⁴⁸ No original: carbon free technologies

²⁴⁹ JALIL ABDUL et al. Ob. Cit., p. 24

Com isso, podemos concluir que apesar da China não poder ser considerada um exemplo de país sustentável, no nível dos países europeus por exemplo, ela tem tomado iniciativas em escala nacional e internacional para mudar o descaso que por muito tempo foi a política ambiental do país. Para isso, a China Contemporânea buscou inovar nas formas de tratamento da questão ambiental (não focando apenas na regulação legislativa dos danos ambientais) com foco em criar cidades e regiões que tenham no seu cerne a proteção ambiental.

Seja com os projetos locais como as ecocidades ou com os projetos regionais da OBOR, o país tem dado mais um passo para provar que um país originalmente dependente pode não apenas vencer a dependência como também desenvolver suas forças produtivas com um pensamento a longo prazo visando criar uma sociedade para as futuras gerações. Ainda existe muito a melhorar e muito a se aprender no que se trata do desenvolvimento sustentável chinês, mas com cada passo dado é possível cada vez mais sonhar com uma ecocivilização para o futuro. Por fim, e pela última vez neste trabalho, encerramos com os dados atuais da China.

	2013	2019 ²⁵⁰
PIB (em trilhões de dólares) ²⁵¹	9.57	14.28
População ²⁵²	1.357.000.000	1.402.000.000
Taxa de Analfabetismo da População	4.8%* ²⁵³	3.2% ²⁵⁴
Expectativa de Vida (em anos) ²⁵⁵	75.3	76.9
Emissões de CO2 (toneladas métricas per capita) ²⁵⁶	7.320	7.405

²⁵⁰ Último ano com dados disponíveis no banco de dados do banco mundial.

²⁵¹ Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/china>

²⁵² Idem.

²⁵³ Baseado no censo de 2010. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/china>

²⁵⁴ Dado de 2018. Disponível em: [https://knoema.com/atlas/China/topics/Education/Literacy/Adult-literacy-rate#:~:text=China%20%2D%20Adult%20\(15%2B\)%20literacy%20rate&text=Adult%20literacy%20rate%20of%20China,average%20annual%20rate%20of%202010.52%25](https://knoema.com/atlas/China/topics/Education/Literacy/Adult-literacy-rate#:~:text=China%20%2D%20Adult%20(15%2B)%20literacy%20rate&text=Adult%20literacy%20rate%20of%20China,average%20annual%20rate%20of%202010.52%25).

²⁵⁵ Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/china>

²⁵⁶ Idem.

3.4 Considerações Finais sobre a Parte II

Estudar a história do desenvolvimento chinês é ao mesmo tempo estudar uma das mais antigas nações do mundo e um povo que foi marcado por um recente século de humilhação. A China apenas consegue se reerguer desse estigma deixado pelo colonialismo quando se reestabelece como estado-nação por meio da revolução nacionalista e posteriormente pela revolução comunista que fundou a República Popular da China sob o governo de Mao Zedong. É nesse momento que ocorre a instituição de um modo de produção socialista nos moldes soviéticos, buscando superar o subdesenvolvimento por meios de uma grande industrialização de base e na coletivização da terra.

Porém, as falhas destes projetos em conjunto com uma situação internacional extremamente desfavorável tornaram necessário que se pensasse no país como se poderia construir não só uma alternativa ao capitalismo dependente, mas também uma alternativa às formas de socialismo até então tentadas. Quando o caos causado pela revolução cultural e a morte de Mao se dissipou, Deng Xiaoping estava no governo de um dos maiores países do mundo, mas que ainda não tinha despertado todo seu potencial econômico.

Nesse período, Deng compreende que a China não tinha forças produtivas suficientes para se estabelecer como uma economia socialista plena. Em outras palavras, por meio da análise marxista da totalidade, a Teoria de Deng Xiaoping tem como principais contribuições, na nossa compreensão, as seguintes:

- A história da humanidade por ser a história da luta de classes é também a história da alternância de modos de produção (Escravidão-Feudalismo-Capitalismo-Socialismo);
- O capitalismo tem por sua própria natureza acumulação de capital e de forças produtivas. A própria instituição do mercado no capitalismo é utilizada na realocação de bens e serviços de modo a sempre gerar um lucro excedente e por meios deste se aumenta a força produtiva de um país;
- O socialismo como etapa posterior ao capitalismo se utilizaria das forças produtivas já acumuladas e realizaria seu projeto econômico e político nas esferas da sociedade. Contudo, países como a China que tinham a maioria de suas relações produtivas ainda com características feudais (principalmente no campo) não possuíam forças produtivas suficientes para tal;

- Dessa forma, era necessário estabelecer um sistema híbrido de transição entre o capitalismo e o socialismo, que Deng chamou de socialismo com características chinesas.

Assim, a grande aposta chinesa para superar o subdesenvolvimento e a dependência (tanto dos países centrais quanto da União Soviética) era utilizar o mercado, um instrumento típico do capitalismo, como meio de realocação de recursos e de acúmulo de forças produtivas. Além disso, foi utilizada a natureza predatória das multinacionais e do capital estrangeiro em favor da China. Toda vez que uma empresa ou grupo econômico se estabelecesse no país, eles deveriam o fazer de maneira extremamente regulada pelo estado (de modo a não afetar a produção nacional) e compartilhar os conhecimentos tecnológicos da empresa.

O plano de Reforma e Abertura de Deng, apesar de suas dificuldades, mostrou ser o que a China precisava para desenvolver sua capacidade produtiva. Com uma reinserção no comércio internacional, o país pode voltar a estabelecer seu papel milenar como rota comercial do mundo e traçar seu caminho para um novo futuro. A China se tornou a fábrica do mundo, mas isso fez com que ela tivesse os meios de começar a criar sua independência econômica e tecnológica. Após passar pela era dos produtos “Made in China”, que consistiam em cópias de produtos ocidentais, agora a tecnologia chinesa está começando a ser pioneira e copiada pelos outros países (como é o caso do 5G). Assim, a transferência tecnológica e a regulação intensa da entrada de capital estrangeiro foram vitais para que a China pudesse buscar sua soberania econômica.

Atualmente, sob o governo de Xi Jinping, o país recuperou sua posição de destaque no cenário mundial sendo um ator extremamente atuante tanto no comércio quanto na política internacional. Além disso, a China conseguiu dar os primeiros passos para enfrentar o subdesenvolvimento, podendo ser definida, na nossa concepção, como o primeiro país, desde a União Soviética, a efetivamente romper com as amarras da dependência e que está caminhando para se tornar um país central na hegemonia global mesmo não sendo um país de capitalismo central.

Contudo, essa nova fase não veio sem desafios: com o desenvolvimento acelerado da era Deng também houve uma série de danos ambientais na China e com isso era necessário começar a pensar a sustentabilidade no país. Uma das alternativas criadas foram as Ecocidades que, seguindo o exemplo da economia chinesa, tem todo o seu processo de criação planejado pelo estado de modo a criar cidades inteligentes onde toda sua infraestrutura fosse pensada na ideia de desenvolvimento sustentável.

Além disso, ainda havia as dificuldades de se colocar como alternativa à hegemonia americana. Isso fez com que os chineses buscassem uma integração regional (e posteriormente em escala global) por meio do desenvolvimento econômico com a iniciativa “Um Cinturão Uma Rota”. Por meio de investimentos na infraestrutura de diversos países subdesenvolvidos, a China se tornou uma alternativa aos empréstimos do FMI, na busca de capital estrangeiro desses países, fato que tem contribuído para uma ideia de desenvolvimento em escala regional por meio da integração. Inclusive, é essa integração que tem tornado possível o uso da moeda chinesa (*yuan renmibi*) como alternativa ao dólar em muitos acordos comerciais dos países vizinhos à China.

Dessa forma, pode-se concluir que o desenvolvimento chinês foi tão expressivo que agora ela se apresenta como uma potência capaz de apresentar alternativas até mesmo ao consenso de Washington e ao FMI. Surge uma Nova Formação Econômico-Social que pode dar aos países dependentes alternativas à submissão total aos interesses do capitalismo central, alternativas essas que deverão ser cada vez mais consideradas conforme nos movemos para novos paradigmas internacionais.

A questão que é sempre levantada pelos pensadores ocidentais é se a China como um governo autoritário, em razão de ser tão diferente do modelo da democracia liberal ocidental, seria capaz de desenvolver-se plenamente. Para responder essa pergunta, ressaltamos a velha polêmica entre o economista Adam Smith e o filósofo Georg W. F. Hegel sobre a revolução haitiana.

A pequena ilha colonizada pela França iniciou uma revolução buscando a independência e o fim da escravidão. Adam Smith, que apesar de ser um gênio incontestado da economia política, tinha seu pensamento extremamente ligado à mentalidade colonizadora e, dessa forma, indicou que a Europa deveria intervir no Haiti para evitar que se instaurasse um governo autoritário. Hegel, por sua vez, indicou que talvez a única coisa verdadeiramente capaz de libertar o povo do Haiti fosse um governo autoritário²⁵⁷.

Isto não é uma apologia ou sequer uma celebração da parte de Hegel sobre o autoritarismo, mas sim uma constatação de que a violência da situação colonial só pode ser efetivamente superada de maneira considerada por muitos violenta. Não se trata de uma escolha mas sim da única opção que foi deixada pelo contexto histórico, econômico e político do país

²⁵⁷ Sobre isso, recomendamos a leitura: BUCK-MORSS, Susan. Hegel, Haiti, and universal history. University of Pittsburgh Press, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/Rms6hs73V39nPnYsv44Z93n/?lang=pt>

colonizado. Diante disso, não se pode esperar que países que ainda tentam superar este período histórico tenham modelos políticos nos moldes das ‘‘Democracias Maduras’’²⁵⁸

Além disso, quando usamos esse termo, normalmente nos esquecemos que para uma democracia amadurecer ela precisa primeiro envelhecer. Em outras palavras, é necessário um período longo e complexo para que se desenvolva esse nível de democracia, período esse que a China não teve pois praticamente nunca teve um período plenamente democrático tendo sua história sido marcada pelo escravismo, feudalismo e colonialismo.

Hoje, a China, apesar de ainda manter certas restrições a liberdades individuais, está no estágio mais avançado de democracia de sua história, e não há dúvidas de que, mesmo com um governo autoritário, o desenvolvimento promovido nos últimos anos conseguiu retirar grande parcela da população chinesa da miséria, elevando igualmente o nível de vida de outra grande parcela populacional. O que se constata, portanto, é que o aumento de bem-estar do povo chinês, bem ou mal, ocorreu, inclusive com a promoção de ideais de sustentabilidade e proteção ambiental, conforme visto ao longo do trabalho.

É necessário, portanto, compreender que a ideia de democracia não pode ser um modelo único com uma definição rígida provinda de regiões totalmente distintas da maioria dos países do mundo, mas sim um ideal a ser buscado de maneira a se adaptar às realidades e culturas de cada país.

CONCLUSÃO

Na sua tese de cátedra na Universidade de São Paulo, Caio Prado Jr escreveu que a função do estado brasileiro é a de romper com o subdesenvolvimento e, dessa forma, buscar ‘‘a libertação definitiva de nosso país e nacionalidade de seu longo período colonial’’²⁵⁹. Essa simples frase poderia facilmente substituir todas as páginas escritas nessa pesquisa até então. Ser um pesquisador (ou um aspirante a tal) em um país dependente é constantemente se ver de frente com um espectro silencioso, porém extremamente nocivo a tudo que toca.

O espectro do colonialismo corrói a própria nervura da totalidade que se apresenta. Porém, ao fim de sua corrosão, ele assume a forma de um parasita que se alimenta do que foi destruído e o substitui criando cópias de si mesmo, cópias essas que, apesar de não poderem ser

²⁵⁸ Traduzido do termo *Mature Democracies* muito usado por estudiosos americanos e que nós definimos como democracias liberais extremamente avançadas tanto em direito sociais quanto em liberdades civis como Bélgica e Suíça.

²⁵⁹ PRADO JR, Caio. **Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira**. São Paulo (Tese de Cátedra): FDUSP, 1954, p. 236.

nomeadas, podem ser adjetivadas com o termo “colonizada (o)”. Assim, o colonialismo dá espaço a uma cultura colonizada, uma educação colonizada, uma ciência colonizada e, conseqüentemente, um pensamento colonizado.

Pensar a superação do subdesenvolvimento é, em primeiro lugar, ter consciência da situação colonial e de suas raízes e, em segundo lugar, buscar meios de romper com elas. É isso que a TMD se propõe a fazer ao analisar a relação entre países centrais e dependentes e ao dizer que meras propostas desenvolvimentistas não são capazes de prosperar em um sistema econômico que se sustenta com essa situação e, portanto, precisa que a maioria dos países permaneça no subdesenvolvimento.

Nesse sentido, o Brasil é um claro exemplo de desenvolvimento do subdesenvolvimento. A adoção do consenso de Washington e da política agroexportadora consolidaram o que a TMD já previa: sem uma alternativa ao capitalismo dependente, nenhum país será capaz de romper as amarras da dependência. Apenas por meio de uma radical revisão do sistema econômico e da função do estado na economia será possível que se dê os primeiros passos para a verdadeira soberania de um país.

A perspectiva comparada desse estudo também serviu para mostrar que mesmo um país que já havia sido uma potência econômica na antiguidade, como a China, pode se tornar um dos países mais pobres do mundo em razão do colonialismo. Assim, Brasil e China começam o século XX em posições econômicas e geopolíticas muito parecidas: ambas economias capitalistas dependentes, ambas marcadas pelas cicatrizes do colonialismo e subservientes aos interesses dos países centrais.

A ruptura colonial chinesa ocorre formalmente com suas duas revoluções. Porém, só se concretiza materialmente com a efetivação das políticas econômicas de Deng. A China conquistou sua independência por meio de uma revolução no seu papel na economia mundial e foi por meio desta que conseguiu sua autonomia monetária, financeira, econômica e tecnológica. Foi isso que tornou possível que a hegemonia dos países centrais pudesse ser finalmente enfrentada pelo resto do mundo, sendo a China, conforme disse Henry Kissinger, não uma potência em ascensão, mas uma potência que retorna ao lugar que um dia já ocupou²⁶⁰.

Nesse sentido, caberia perguntar se o método de desenvolvimento chinês poderia atuar como um modelo para os demais países dependentes. Acreditamos que não se pode falar em modelos de desenvolvimento, pois cada país tem características sociais, econômicas e

²⁶⁰ KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 546.

geográficas que não podem ser descartadas na hora de realizar projetos de desenvolvimento a longo prazo. Porém, é necessário considerar o porquê de a China ter conseguido o desenvolvimento atual enquanto todos os projetos desenvolvimentistas tradicionais falharam.

Em 1998, André Gunther Frank escreveu o livro “*Reorient: global economy in the asian age*”,²⁶¹ onde explica que o momento em que vivemos até então onde o Ocidente era o “centro da economia mundial” se trata de um período atípico da história, pois a China e o Oriente, em todos os outros períodos históricos representavam a maioria esmagadora da produção global. Um exemplo que o autor usa é que enquanto a Inglaterra começava a dominar as máquinas a vapor e criar o capitalismo industrial, a China ainda representava 70% do comércio do mundo.

Durante os dois anos em que nossa pesquisa foi escrita, o mundo passou por diversas mudanças, causadas principalmente pela crise da covid. Contudo, desejamos brevemente abordar a recente invasão russa da Ucrânia e seus efeitos na hegemonia global. Em um ato conjunto, os países centrais buscaram isolar a Rússia por meio de sanções econômicas como já haviam feito com o Irã e tantos outros países. Porém, essas sanções se demonstraram incapazes de isolar o gigante euroasiático que, em conjunto com os países ao seu redor, se virou para a China como uma nova alternativa econômica e financeira ao *establishment* ocidental.

Isso fez com que diversos países comesçassem a ver o rublo e, principalmente, o yuan renminbi como novas moedas para comércio internacional, dando os primeiros passos para abalar a solidez do dólar como moeda de reserva mundial. Isso já demonstrou seus efeitos nos EUA, que agora sofrem com sua inflação (até então controlada em razão do papel de sua moeda no globo) aumentando, fato que irá, inevitavelmente, afetar todas as moedas atreladas ao dólar. Isso fez com que as estruturas da hegemonia dos países centrais fossem, pela primeira vez em muito tempo, abaladas.

Esses fatos históricos recentes vêm de encontro ao tema de nossa pesquisa. Isso ocorre pois, ao analisarmos o desenvolvimento econômico do Brasil e da China, os fatores externos da dependência sempre foram cruciais em praticamente todos os períodos analisados, principalmente em razão da dificuldade, principalmente brasileira, de realizar mudanças estruturais sem intervenção dos países centrais visando reforçar seus interesses no país. Contudo, com essa alteração no cenário internacional, se expandem as possibilidades de manobras por parte dos países dependentes para buscar novas formas de desenvolvimento.

Nesse caso, poderia o modelo chinês servir como modelo para o Brasil neste momento

²⁶¹ FRANK, André Gunther. **Reorient: global economy in the Asian age**. University of California Press, 1998

histórico? A conclusão a que chegamos é que, conforme prevemos em nossa hipótese, não se pode determinar modelos de desenvolvimento em si. Isso ocorre pois as especificidades econômicas, ambientais e políticas de cada país tornam necessário um projeto de desenvolvimento que se adapte a aquela região e a aquele país. Em outras palavras, não podemos trocar o Consenso de Washington por um “Consenso de Pequim”, mas podemos utilizar os erros e acertos do modelo chinês para pensar um desenvolvimento brasileiro.

Assim, buscamos analisar o desenvolvimento chinês ao longo da história para entender os desafios que vieram com buscar uma alternativa ao capitalismo dependente e como, mesmo com um passado colonial brutal, foi possível que um país extremamente pobre pudesse retornar a ser uma potência econômica assim como havia sido no passado. Os sacrifícios e batalhas que o povo chinês teve que fazer para reerguer sua nação devem servir de exemplo para que os povos latino-americanos possam fazer o mesmo.

Conforme disse Vânia Bambirra: “As contradições engendradas pelo desenvolvimento dependente tenderão a se acentuar cada vez mais profundamente e necessitarão de respostas cada vez mais radicais[...]”²⁶² e chegou a hora dos países dependentes, e principalmente da América Latina, tirarem seus olhares do Ocidente e os centrar no Oriente para buscar novas formas de sociabilidade, de política econômica e, até mesmo, de democracia. Conforme nos disse o jocosos título do mencionado livro de Gunther Frank, devemos buscar o Oriente para mais uma vez nos reorientar.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

AVELHAN, Livia Liria. **A presença brasileira na África: um estudo sobre o Programa Embrapa-Moçambique**. Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional, Volume 02, Número 03, Dez., 2014.

BERCOVICI & COSTA. **Nacionalização: necessidades e possibilidades**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. Florianópolis: Insular, 2019

BACHA, Edmar. **Plano Real: uma segunda avaliação**. In: O Plano Real e outras experiências

²⁶² BAMBIRRA, Vânia. Ob. Cit., p. 223

- internacionais de estabilização. — Brasília: ipea/cepal, 1997, p. 179-180 Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1541/S3395B81P.pdf?sequence=1>
- BENJAMIN, Antônio Herman. **Introdução ao Direito Ambiental Brasileiro**. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS, Porto Alegre, v. 2, n. 5, ago. 2014. ISSN 2317-8558. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/49540>>. Acesso em: 17 fev. 2022. doi:<https://doi.org/10.22456/2317-8558.49540>.
- BORGES, Leonardo Estrela. **As Obrigações de Prevenção no Direito Ambiental Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2017.
- BORGES, et al. **Evolução da Legislação Ambiental no Brasil**. Revista em Agronegócios e Meio Ambiente, v.2, n.3, p. 447-466, set./dez. 2009 - ISSN 1981-9951
- BROUGHTON, E. **The Bhopal disaster and its aftermath: a review**. Environmental Health 4, 6, 2005. Disponível em: <https://ehjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/1476-069X-4-6#citeas>. Acesso em: 18/02/2022.
- CARDOSO, Fernando Henrique & FALLETO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CARLEIAL, Liana Maria da Frota. **Subdesenvolvimento e mercado de trabalho: uma análise a partir do pensamento latino-americano**. Sociologias, Porto Alegre, v. 12, n. 25, 2010.
- CALVETE & LOPES. **A Inserção das Maiores Economias da África Subsaariana no Sistema Capitalista Contemporâneo: uma Leitura à Luz da Teoria de Rosa Luxemburgo**. Análise Econômica, Porto Alegre, v. 38, n. 76, p. 75-94, jun. 2020. DOI: [dx.doi.org/10.22456/2176-5456.78468](https://doi.org/10.22456/2176-5456.78468);
- CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.
- CINTRA, M. A; FILHO; E. B; PINTO, E. C (Orgs.). **China em Transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015, p. 189-236
- DE ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti. **Introdução à Teoria Econômica**. São Paulo: Editora McGraw Hill do Brasil, 1973.
- DE CONTI, Bruno Martarello; MOZIAS, Petr. A **“Iniciativa do Cinturão e Rota”**: Desafios e Oportunidades para a China e para o Mundo. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, e-ISSN 2238-6912 | ISSN 2238-6262| v.9, n.17, Jan./Jun. 2020
- DE MORAES, Ísaías Albertin; et al. **Relações Brasil-China: Uma Parceria Para Desenvolvimento Ou Uma Relação De Codependência?**. Revista de Desenvolvimento

- Econômico – RDE - Ano XX – V. 2 - N. 40 – Agosto de 2018 - Salvador, BA – p. 402 – 432.
- ESCODÉ, Carlos. **La inserción internacional de Argentina frente al ascenso de China**. Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales, v. 1, p. 1-12, 2011
- FERRARI, Leandro. **Introdução ao pensamento jurídico chinês: estudo histórico-crítico**. Canoas: Consultor Editorial, 2017
- FERREIRA & SALLES. **Política Ambiental Brasileira: Análise Histórico-Institucionalista Das Principais Abordagens Estratégicas**. Revista de Economia, v. 43, n. 2 (ano 40), mai./ago. 2016
- FILHO, Gilberto Montibeller. **Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios**. Textos de Economia, Florianópolis, v. 4, a. 1, 1993
- FISHER, Mark. **Capitalist Realism: Is There No Alternative?** Zero Books, 2009.
- FRAGOSO, João. **Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio**. História (São Paulo) v.31, n.2, p. 106-145, jul/dez 2012 ISSN 1980-4369. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/his/v31n2/07.pdf>. Acesso em: 30/11/2020.
- FRANK, André Gunther. **Reorient: global economy in the Asian age**. University of California Press, 1998
- FURTADO, Celso. **Um Projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. Free Press; Maxwell Macmillan Canada; Maxwell Macmillan International, 1992
- HEAD, John Warren. **Great Legal Traditions: civil law, common law and chinese law in historical and operational perspectives**. Durham, North Carolina: Carolina Academic, 2011.
- HÖFFKEN, Johanna & LIMMER, Agnes. **Smart and eco-cities in India and China**, Local Environment, 24:7, 646-661, 2019. DOI: 10.1080/13549839.2019.1628730
- HORSLEY, Jamie. **The Rule of Law: Pushing the Limits of Party Rule**. Published in Joseph Fewsmith, ed., China Today, China Tomorrow: Domestic Politics, Economy and Society. Rowman & Littlefield Publishers, 2010. Disponível em: https://law.yale.edu/sites/default/files/horsley_rol- pushing limits of party rule.pdf. Acesso em: 22/05/2021
- HOUSER, Daniel. *et al.* **Three parts natural, seven parts man-made: Bayesian analysis of China's Great Leap Forward demographic disaster**. Journal of Economic Behavior & Organization, 2009, p. 148–159.
- JABBOUR, E.; PAULA, L. F. **A China e a “socialização do investimento”:** uma abordagem

- Keynes Gerschenkron-Rangel-Hirschman.** Rev. Econ. Contemp., v. 22, n. 1, p. 1-23, jan./abr. 2018: e182217
- JABBOUR, Elias; DANTAS, Alex. **Ignácio Rangel na China e a “Nova Economia do Projeto”**. Econ. soc. 30 (2), 2021.
- JAHIEL, Abigail R. **The Contradictory Impact of Reform on Environmental Protection in China.** The China Quarterly, no. 149, 1997
- JALIL, Abdul et al. **Energy Consumption, Economic Growth And Environmental Sustainability Challenges For Belt And Road Countries: A Fresh Insight From “Chinese Going Global Strategy”**, Research Square, 15 June 2021, PREPRINT (Version 1)
- JINPING, Xi. A Governança da China, Volume I. Rio de Janeiro: Contraponto, Foreign Languages Press, 2019
- KEYUAN, Zou. **Administrative Reform and Rule of Law in China.** The Copenhagen Journal of Asian Studies: 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/234074202_Administrative_Reform_and_the_Rule_of_Law_in_China. Acesso em: 22/05/2021
- KISSINGER, Henry. **Sobre a China.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2011
- KOSTKA, Genia & ZHANG, Chunman Zhang. **Tightening the grip: environmental governance under Xi Jinping**, Environmental Politics, 27:5, 769-781, 2018. DOI: 10.1080/09644016.2018.1491116
- LEGRAND, Pierre. **Como ler o direito estrangeiro?** - São Paulo: Editora Contracorrente, 2018
- LENG, Shao-Chuan. **The Role of Law in the People's Republic of China as Reflecting Mao Tse-Tung's Influence.** Journal of Criminal Law and Criminology, Vol. 68. N. 3, 1977, p. 356-357. Disponível em: <https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=6029&context=jclc>. Acesso em: 22/05/2021
- MARTI, Michael. **A China de Deng Xiaoping.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução.** Florianópolis: Insular, 2017
- MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2008
- MOREIRA, et al. **A evolução da legislação ambiental no contexto histórico brasileiro.** Research, Society and Development, v. 10, n. 2, e14010212087, 2021 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12087>
- MOREIRA & FALEIROS (Org.). **Reflexões sobre a Revolução Chinesa.** São Paulo:

Expressão Popular, 2021

MOURTHE JR, Carlos Alberto. **O Desenvolvimento Sustentável Como Um Estilo De Pensamento – Uma Abordagem Histórica**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2017, p. 159 Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AVSFC6/1/tese_de_doutorado_carlos_mourth_.pdf)

[AVSFC6/1/tese de doutorado carlos mourth .pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AVSFC6/1/tese_de_doutorado_carlos_mourth_.pdf). Acesso em: 24/02/2021

NABUCO, Paula. **O Grande Salto Adiante e a Questão da Transição Chinesa**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2009. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/o-grande-salto-adiante-e-a-questao-da-transicao-chinesa.pdf

NAPOLITANO, Marcos. **No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970**. Estud. av., São Paulo, v. 28, n. 80, p. 41-58, Apr. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25/10/2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-4014201400010000>.

NOGUEIRA, Isabela. **Acumulação, Distribuição e Estratégia sob Mao: Legados do maoísmo para o desenvolvimento da China**. Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 2019

OSORIO, Jaime. **América Latina frente al espejo del desarrollo de Corea del Sur y China**. México, Problemas del desarrollo, núm. 182, Instituto de Investigaciones Económicas (IIEc), UNAM, 2015.

PRADO JR, Caio. **Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira**. São Paulo (Tese de Cátedra): FDUSP, 1954

POLIDO, Fabrício Bertini. P.; RAMOS, Marcelo. M. **Direito Chinês Contemporâneo**. Lisboa: Grupo Almedina (Portugal), 2015, p. 62. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584930463/>. Acesso em: 24 nov. 2021

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/surur/20100624103322/12_QUIjano.pdf. Acesso em: 30/10/2020

OURIQUES, Nildo e RAMPINELLI, Waldir. **Crítica à Razão Acadêmica: reflexão sobre a universidade contemporânea**. Florianópolis: Insular, 2011.

PÁEZ, José Miguel Villagómez. **Capitalismo Periférico e Desenvolvimento Sustentável:**

Uma Análise da Exploração Petrolífera no Equador (Dissertação). Porto Alegre: UFRGS, 2015

PIRES, Marcos Cordeiro. **A INICIATIVA CINTURÃO E ROTA SUAS DERIVAÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E CULTURAIS E SEUS VÍNCULOS COM O FUTURO DA AMÉRICA LATINA.** Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais: v. 1 n. 2 (2019): Os desafios e as possibilidades das relações entre a República Popular da China e a América Latina. Disponível em: https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoeDesenvolvimento/article/view/39

POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa.** São Paulo: Unesp, 2016

REIS FILHO, Daniel Aarão. **China e modernização.** São Paulo: Lua Nova, 1985, p. 32-36. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451985000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22/05/2021.

ROSS, Heidi. **China Country Study (Background paper prepared for the Education for All Global Monitoring Report 2006).** Unesco, 2006. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146108>

SANDERS, Richard. **The Political Economy of Chinese Environmental Protection: Lessons of the Mao and Deng Years.** Third World Quarterly 20, no. 6, 1999, p. 1206. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3993666>. Acesso em: 22/05/2021

SANTOS, Theotonio dos. **Evolução Histórica do Brasil: Da colônia à crise da Nova República.** São Paulo: Expressão Popular, 2021

STRECK, Lenio. **Verdade e Consenso.** São Paulo: Saraiva, 2017

SIMPSON, J. (ed). **Oxford English Dictionary** (3ª ed.). Oxford: Oxford University Press, 2017.

TARANTINO, Paola. **Sviluppo economico e degrado ambientale in Cina: il ruolo dell'attivismo ambientale "con caratteristiche cinesi".** Università Ca' Foscari Venezia, 2017. Disponível em: <http://dspace.unive.it/handle/10579/9553>

TAN-MULLINS, M.; et. al.. **Smart-Eco Cities in China: Trends and City Profiles 2016.** Exeter: University of Exeter (SMART-ECO Project), 2017

TSETUNG, Mao. **Obras Escolhidas de Mao Tsetung.** Pequim: Edições do Povo, 1975, p. 493-543. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1939/12/revolucao.htm#i4> Acesso em: 22/05/2021

WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

WAHED, Mohammad Shakil. **The Impact of Colonialism on 19th and Early 20th Century**



China. Cambridge Journal of China Studies Volume 11, No. 2, 2016

YU, Sun. **Private school owners forced to hand institutions over to Chinese state.** Financial Times. Disponível em: <https://www.ft.com/content/56a18391-2fbc-4d33-aae8-591cf233b6a7>

ZHENG, Siqu; KAHN, Matthew. 2017. **A New Era of Pollution Progress in Urban China?.** Journal of Economic Perspectives, 2017, p. 73. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.31.1.71>